

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	25
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	26
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
---	----

Notas Explicativas	46
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	125
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	128
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	129
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	130

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	760.339
Preferenciais	0
Total	760.339
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	9.838.843	9.961.528	9.810.880
1.01	Ativo Circulante	452.964	222.524	210.255
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	192.586	43.565	85.958
1.01.02	Aplicações Financeiras	99.593	20.040	13.982
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	99.593	20.040	13.982
1.01.02.01.03	Aplicação Financeira	99.593	20.040	13.982
1.01.03	Contas a Receber	104.483	115.550	67.891
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	104.483	115.550	67.891
1.01.03.02.01	Contas a Receber e Outros Recebíveis - Partes Relacionadas	29.903	23.601	30.044
1.01.03.02.03	Dividendos a Receber	10.028	25.378	2.992
1.01.03.02.04	Juros sobre capital próprio a receber	64.552	66.571	34.855
1.01.06	Tributos a Recuperar	49.881	42.119	41.148
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	49.881	42.119	41.148
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.201	886	723
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.220	364	553
1.01.08.03	Outros	1.220	364	553
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedor	115	4	4
1.01.08.03.02	Outros Créditos	1.105	360	323
1.01.08.03.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	0	0	226
1.02	Ativo Não Circulante	9.385.879	9.739.004	9.600.625
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.417.571	2.872.570	2.589.379
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	59.412	59.289	59.257
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	59.412	59.289	59.257
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	30	1	7
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	3.263.577	2.761.350	2.484.575
1.02.01.09.04	Contas a Receber e Outros Recebíveis - Partes Relacionadas	3.263.577	2.761.350	2.484.575
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	94.552	51.930	45.540
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	9.599	8.341	8.463

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	84.953	43.589	37.077
1.02.02	Investimentos	5.859.341	6.769.320	6.922.948
1.02.02.01	Participações Societárias	5.859.341	6.769.320	6.922.948
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	5.859.341	6.769.320	6.922.948
1.02.03	Imobilizado	54.841	50.383	52.300
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.896	10.910	12.825
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	40.945	39.473	39.475
1.02.04	Intangível	54.126	46.731	35.998
1.02.04.01	Intangíveis	54.126	46.731	35.998
1.02.04.01.02	Intangíveis	54.126	46.731	28.641
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	0	0	7.357

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	9.838.843	9.961.528	9.810.880
2.01	Passivo Circulante	597.065	381.227	1.271.425
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.222	27.409	22.909
2.01.01.01	Obrigações Sociais	33.222	27.409	22.909
2.01.02	Fornecedores	11.390	7.853	1.986
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.390	7.853	1.986
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.585	4.865	30.739
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.585	4.865	30.678
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	3.585	4.865	30.678
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	0	61
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	538.766	311.319	530.208
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	279.605	521.282
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	279.605	521.282
2.01.04.02	Debêntures	538.766	31.714	8.926
2.01.05	Outras Obrigações	10.102	29.781	685.583
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10	19	651.005
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	0	0	650.928
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	10	19	77
2.01.05.02	Outros	10.092	29.762	34.578
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	1.658	0	0
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	4.738	14.528	9.397
2.01.05.02.10	Contas a pagar com operações de derivativos	0	12.536	24.564
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))	3.696	2.698	617
2.02	Passivo Não Circulante	4.397.870	3.115.915	2.166.502
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.290.862	1.693.967	1.624.094
2.02.01.02	Debêntures	2.290.862	1.693.967	1.624.094
2.02.02	Outras Obrigações	1.596.124	1.421.948	542.408
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.485.448	1.336.040	492.079

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	1.485.448	1.336.040	492.079
2.02.02.02	Outros	110.676	85.908	50.329
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	6.599	6.600	9.000
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	63.450	40.266	1.633
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))	40.627	39.042	39.696
2.02.04	Provisões	510.884	0	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.097	0	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.097	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	507.787	0	0
2.02.04.02.04	Provisões para passivos a descoberto	507.787	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	4.843.908	6.464.386	6.372.953
2.03.01	Capital Social Realizado	5.353.848	5.353.848	5.103.848
2.03.04	Reservas de Lucros	1.132.809	1.291.376	1.291.376
2.03.04.01	Reserva Legal	0	155.225	155.225
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.132.809	1.136.151	1.136.151
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.620.478	-158.567	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271	-22.271
2.03.06.01	Ajuste do Patrimônio Líquido - Variação Cambial no Capital	-22.271	-22.271	-22.271

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.520.622	-21.566	34.275
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.799	-22.639	-13.770
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-22.799	-22.639	-13.114
3.04.02.02	Remuneração da Administração	0	0	-656
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.232	1.206	36.575
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.499.055	-133	11.470
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.520.622	-21.566	34.275
3.06	Resultado Financeiro	-99.856	-137.001	-82.464
3.06.01	Receitas Financeiras	511.959	169.940	155.660
3.06.01.01	Receitas Financeiras	471.510	159.413	155.660
3.06.01.02	Variação Cambial Líquida	39.649	0	0
3.06.01.03	Operações de swap líquidas	0	5.374	0
3.06.01.04	Ajuste líquidos de valor de mercado de derivativos	800	5.153	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-611.815	-306.941	-238.124
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-565.088	-280.055	-174.831
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	0	-26.886	-63.293
3.06.02.03	Operações de swap líquidas	-46.727	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.620.478	-158.567	-48.189
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.620.478	-158.567	-48.189
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.620.478	-158.567	-48.189
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,1313	-0,2144	-0,0659

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.620.478	-158.567	-48.189
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.620.478	-158.567	-48.189

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	35.605	25.425	15.702
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	42.059	-18.921	41.082
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-1.620.478	-158.567	-48.189
6.01.01.02	Baixa de Ativo por direito de uso (IFRS 16)	0	240	0
6.01.01.03	Baixa de Ativos Imobilizados e Intangíveis Líquidos	2	5	2.453
6.01.01.04	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-133	0	0
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de empréstimos	-39.033	32.207	75.584
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de debêntures	333.656	169.588	94.277
6.01.01.10	Juros e variações monetárias de mútuos	-204.180	-73.363	-39.815
6.01.01.11	Despesa / (receitas) Financeira (valor presente)	4.485	4.296	2.367
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	3.497	0	0
6.01.01.14	Depreciações e Amortizações	19.261	17.067	17.714
6.01.01.15	Perda / (ganho) operação Swap	45.927	-10.527	-51.839
6.01.01.18	Equivalência patrimonial	1.499.055	133	-11.470
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.454	44.346	-25.380
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-11.067	5.612	-20.936
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-4.344	-157	149
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-43.019	1.511	5.717
6.01.02.07	Outros Créditos	-745	-37	-181
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-99	0	-90
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	-1.258	122	-2.396
6.01.02.11	Fornecedores	2.763	5.266	-1.097
6.01.02.12	Contas a pagar - partes relacionadas	-9	-58	37
6.01.02.13	Cauções Contratuais	1.658	0	0
6.01.02.14	Obrigações Sociais	5.813	4.500	386
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	52.461	22.850	3.614
6.01.02.19	Riscos cíveis trabalhistas, fiscais e regulatórios	-400	0	0
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-8.208	4.737	-10.583

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-174.889	62.411	262.636
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-4.612	-592	-1.676
6.02.02	Adições ao Intangível	-21.336	-21.736	-12.113
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	0	-32	-59.257
6.02.05	Adições ao investimentos	-384.055	71.450	147.453
6.02.09	Recebimento de Juros sobre Capital Próprio	33.004	16.805	26.985
6.02.10	Recebimento de Dividendos	281.663	2.574	171.987
6.02.11	Aplicação Financeira	-79.553	-6.058	-10.743
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	288.305	-130.229	-197.225
6.03.01	Pagamento empréstimos moeda estrangeira – principal	-239.525	-552.385	-278.570
6.03.02	Pagamento empréstimos moeda estrangeira – juros	-978	-5.857	-11.810
6.03.05	Instrumento financeiro derivativo - recebimento	0	26.243	93.852
6.03.06	Instrumento financeiro derivativo - pagamento	-58.463	-27.518	-3.858
6.03.07	Liberação de empréstimos empresas ligadas	-265.400	-343.246	-411.200
6.03.08	Recebimento empréstimos empresas ligadas - principal	77.735	137.154	0
6.03.09	Recebimento empréstimos empresas ligadas - juros	22.264	58.923	0
6.03.10	Captações de empréstimos empresas ligadas	0	360.000	0
6.03.11	Pagamentos empréstimos empresas ligadas - principal	-1.470	-215.198	-295
6.03.12	Pagamentos empréstimos empresas ligadas - juros	-7.530	-18.006	-27.825
6.03.13	Emissão de debêntures	1.000.000	0	1.454.000
6.03.14	Pagamentos debêntures - principal	0	0	-1.457.079
6.03.15	Pagamentos debêntures - juros	-231.292	-78.933	-83.730
6.03.16	Pagamento arrendamento mercantil	-7.036	-6.616	-5.280
6.03.19	Aumento de Capital	0	250.000	0
6.03.20	Captações de empréstimos moeda estrangeira	0	285.210	534.570
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	149.021	-42.393	81.113
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	43.565	85.958	4.845
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	192.586	43.565	85.958

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.353.848	0	1.132.809	0	-22.271	6.464.386
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.353.848	0	1.132.809	0	-22.271	6.464.386
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.620.478	0	-1.620.478
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.620.478	0	-1.620.478
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.132.809	1.132.809	0	0
5.06.04	Compensação de prejuízo através de Reservas de Lucros	0	0	-1.132.809	1.132.809	0	0
5.07	Saldos Finais	5.353.848	0	0	-487.669	-22.271	4.843.908

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.103.848	0	1.291.376	0	-22.271	6.372.953
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.103.848	0	1.291.376	0	-22.271	6.372.953
5.04	Transações de Capital com os Sócios	250.000	0	0	0	0	250.000
5.04.01	Aumentos de Capital	250.000	0	0	0	0	250.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-158.567	0	-158.567
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-158.567	0	-158.567
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.353.848	0	1.291.376	-158.567	-22.271	6.464.386

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.103.848	0	1.339.565	0	-22.271	6.421.142
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.103.848	0	1.339.565	0	-22.271	6.421.142
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-48.189	0	0	-48.189
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-48.189	0	-48.189
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-48.189	48.189	0	0
5.05.02.06	Absorção de prejuízos com reservas de lucros	0	0	-48.189	48.189	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.103.848	0	1.291.376	0	-22.271	6.372.953

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	1.356	1.306	38.411
7.01.02	Outras Receitas	1.356	1.306	38.411
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.144	-4.570	1.106
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	605	-4.547	1.229
7.02.04	Outros	-3.749	-23	-123
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.788	-3.264	39.517
7.04	Retenções	-19.261	-17.067	-17.714
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.261	-17.067	-17.714
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-21.049	-20.331	21.803
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-987.896	142.921	103.837
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.499.055	-133	11.470
7.06.02	Receitas Financeiras	471.510	169.940	155.660
7.06.03	Outros	39.649	-26.886	-63.293
7.06.03.03	Outros	39.649	-26.886	-63.293
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-1.008.945	122.590	125.640
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-1.008.945	122.590	125.640
7.08.01	Pessoal	377	1.013	-2.841
7.08.01.01	Remuneração Direta	334	965	-2.754
7.08.01.02	Benefícios	32	35	-99
7.08.01.03	F.G.T.S.	11	13	12
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25.653	14.020	7.101
7.08.02.01	Federais	25.653	14.020	7.101
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	393.411	186.758	119.726
7.08.03.01	Juros	334.257	174.972	106.698
7.08.03.02	Aluguéis	16	-10	3
7.08.03.03	Outras	59.138	11.796	13.025
7.08.03.03.01	Outras	13.211	11.796	13.025
7.08.03.03.02	Perdas em Operações de SWAP	45.927	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.620.478	-158.567	-48.189
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.620.478	-158.567	-48.189
7.08.05	Outros	192.092	79.366	49.843
7.08.05.01	Juros com Partes Relacionadas	192.092	79.366	49.843

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	18.027.525	18.125.705	16.170.479
1.01	Ativo Circulante	1.957.523	2.014.021	1.137.716
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.032.106	1.304.901	784.074
1.01.02	Aplicações Financeiras	582.678	434.297	81.278
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	582.678	434.297	81.278
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	543.613	419.587	81.278
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	39.065	14.710	0
1.01.03	Contas a Receber	208.252	183.450	151.387
1.01.03.01	Clientes	208.252	183.450	151.387
1.01.03.01.01	Contas a Receber	208.116	183.385	151.154
1.01.03.01.02	Contas a Receber e Outros Recebíveis - Partes Relacionadas	136	65	233
1.01.04	Estoques	0	0	1.895
1.01.06	Tributos a Recuperar	98.291	65.403	93.561
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	98.291	65.403	93.561
1.01.07	Despesas Antecipadas	24.611	16.374	11.724
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.585	9.596	13.797
1.01.08.03	Outros	11.585	9.596	13.797
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedor	892	1.409	1.371
1.01.08.03.02	Outros Créditos	10.693	8.187	12.200
1.01.08.03.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	0	0	226
1.02	Ativo Não Circulante	16.070.002	16.111.684	15.032.763
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.010.896	1.411.860	1.156.761
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	315.318	282.151	175.377
1.02.01.04	Contas a Receber	15.954	9.425	8.366
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	15.954	9.425	8.366
1.02.01.07	Tributos Diferidos	670.162	888.268	780.561
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	670.162	888.268	780.561
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	14.711	17.767	17.333

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	994.751	214.249	175.124
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	98.391	96.832	102.849
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	148.403	117.417	72.275
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro	747.957	0	0
1.02.02	Investimentos	19	19	19
1.02.02.01	Participações Societárias	19	19	19
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	19	19	19
1.02.03	Imobilizado	269.370	204.086	220.888
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	53.178	44.949	51.030
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	216.192	159.137	169.858
1.02.04	Intangível	13.789.717	14.495.719	13.655.095
1.02.04.01	Intangíveis	13.789.717	14.495.719	13.655.095
1.02.04.01.02	Intangíveis	9.828.890	11.486.806	11.306.615
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	3.960.827	3.008.913	2.348.480

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	18.027.525	18.125.705	16.170.479
2.01	Passivo Circulante	2.183.350	1.928.021	2.140.839
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	89.817	79.289	70.982
2.01.01.01	Obrigações Sociais	89.817	79.289	70.982
2.01.02	Fornecedores	245.094	162.911	131.770
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	245.094	162.911	131.770
2.01.03	Obrigações Fiscais	78.602	73.007	93.132
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	78.602	73.007	76.323
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	30.782	19.209	29.011
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	47.820	53.798	47.312
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	0	16.809
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.255.584	1.016.596	1.283.681
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	205.298	568.814	1.072.814
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	205.298	289.209	551.532
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	279.605	521.282
2.01.04.02	Debêntures	1.050.286	447.782	210.867
2.01.05	Outras Obrigações	209.474	282.075	194.726
2.01.05.02	Outros	209.474	282.075	194.726
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	40.425	123.916	41.285
2.01.05.02.06	Cauções Contratuais	80.738	95.997	90.901
2.01.05.02.07	Credores pela Concessão	2.591	2.368	2.067
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	6.838	6.225	5.787
2.01.05.02.09	Risco sacado	0	10.778	0
2.01.05.02.10	Contas a pagar com operações de derivativos	0	12.536	24.564
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16 / CPC 06 (R2))	78.882	30.255	30.122
2.01.06	Provisões	304.779	314.143	366.548
2.01.06.02	Outras Provisões	304.779	314.143	366.548
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	220.328	218.822	285.884

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	84.451	95.321	80.664
2.02	Passivo Não Circulante	11.000.267	9.733.298	7.656.687
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10.080.565	8.992.352	6.982.103
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.532.848	1.685.117	2.135.931
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.532.848	1.685.117	2.135.931
2.02.01.02	Debêntures	8.547.717	7.307.235	4.846.172
2.02.02	Outras Obrigações	309.322	231.692	195.131
2.02.02.02	Outros	309.322	231.692	195.131
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	6.599	6.600	9.000
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	153.639	88.962	43.947
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16 / CPC 06 (R2))	149.084	136.130	142.184
2.02.03	Tributos Diferidos	2.626	3.709	4.525
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.626	3.709	4.525
2.02.04	Provisões	607.754	505.545	474.928
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	93.445	115.072	113.688
2.02.04.02	Outras Provisões	514.309	390.473	361.240
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	352.065	263.504	236.584
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	162.244	126.969	124.656
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.843.908	6.464.386	6.372.953
2.03.01	Capital Social Realizado	5.353.848	5.353.848	5.103.848
2.03.04	Reservas de Lucros	0	1.291.376	1.291.376
2.03.04.01	Reserva Legal	0	155.225	155.225
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	1.136.151	1.136.151
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-487.669	-158.567	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271	-22.271
2.03.06.01	Ajuste do Patrimônio Líquido - Variação Cambial no Capital	-22.271	-22.271	-22.271

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.838.895	4.288.589	3.625.619
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.794.974	-3.439.950	-3.066.562
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-2.063.895	-1.880.694	-1.924.677
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-1.731.079	-1.559.256	-1.141.885
3.03	Resultado Bruto	1.043.921	848.639	559.057
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.467.435	-223.261	-135.972
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-217.575	-207.460	-199.785
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-217.575	-207.460	-172.129
3.04.02.02	Remuneração da Administração	0	0	-27.656
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-1.262.618	-27.826	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.756	12.023	63.813
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	2	2	0
3.04.05.01	Tributárias	2	2	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-423.514	625.378	423.085
3.06	Resultado Financeiro	-824.331	-783.222	-482.264
3.06.01	Receitas Financeiras	292.552	80.103	118.666
3.06.01.01	Receitas Financeiras	252.111	69.576	118.666
3.06.01.02	Variação Cambial Líquida	39.641	0	0
3.06.01.03	Operações de swap líquidas	0	5.374	0
3.06.01.04	Ajuste Líquidos de valor de mercado de derivativos	800	5.153	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.116.883	-863.325	-600.930
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.070.156	-836.133	-537.034
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	0	-27.192	-63.896
3.06.02.03	Operações de swap líquidas	-46.727	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.247.845	-157.844	-59.179
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-372.633	-723	10.990
3.08.01	Corrente	-155.610	-109.246	-124.865
3.08.02	Diferido	-217.023	108.523	135.855

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.620.478	-158.567	-48.189
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-1.620.478	-158.567	-48.189
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.620.478	-158.567	-48.189
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-2,1313	-0,2144	-0,0659

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-1.620.478	-158.567	-48.189
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.620.478	-158.567	-48.189
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.620.478	-158.567	-48.189

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.164.272	1.270.662	1.284.848
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.134.505	1.803.827	1.689.924
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-1.620.478	-158.567	-48.189
6.01.01.02	Baixa de Ativo por direito de uso (IFRS 16 / CPC 06 (R2))	136	127	29.444
6.01.01.03	Baixa de Ativos Imobilizados e Intangíveis Líquidos	2.542	11.177	11.809
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	217.023	-108.523	-135.855
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	0	0	3
6.01.01.06	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-40.641	-9.291	-2.248
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	127.928	214.797	234.011
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias de Debêntures	876.896	566.608	315.641
6.01.01.09	Juros e Variações monetárias de mútuos	-126.075	-35.295	-36.625
6.01.01.10	Despesa / (receitas) Financeira (valor presente)	60.346	47.237	39.585
6.01.01.11	Constituição (reversão) de Provisão Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	9.745	24.440	25.611
6.01.01.12	Constituição (reversão) de Provisão para manutenção	339.867	243.096	354.091
6.01.01.13	Depreciações e Amortizações	1.021.186	982.589	951.932
6.01.01.14	Perda / (ganho) operação Swap	45.927	-10.527	-51.839
6.01.01.15	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	1.086.853	27.826	0
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	10.524	8.133	2.553
6.01.01.18	Processo relicitação - Lei 13.448/17	247.169	0	0
6.01.01.19	Remuneração do ativo financeiro	-124.443	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-970.233	-533.165	-405.076
6.01.02.01	Contas a Receber	-31.239	-33.225	11.294
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-71	168	-91
6.01.02.03	Estoques	0	1.895	8.221
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-5.181	-5.084	12.317
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-40.296	-11.365	-19.047
6.01.02.06	Pagamento de juros	-865.292	-419.496	-282.450
6.01.02.07	Outros Créditos	-2.506	4.013	59

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-107.916	-111.261	-137.895
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	-1.559	8.356	-2.153
6.01.02.11	Fornecedores	25.876	-47.594	-47.001
6.01.02.12	Fornecedor - partes relacionadas	-5.382	13.200	16.439
6.01.02.13	Cauções Contratuais	-321	-2.440	-3.405
6.01.02.14	Obrigações Sociais	10.528	8.307	-5.655
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	165.998	76.838	107.873
6.01.02.18	Credores pela Concessão/ Taxa de fiscalização	836	739	-365
6.01.02.19	Riscos cíveis trabalhistas, fiscais e regulatórios	-41.896	-31.189	-23.513
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-71.812	14.973	-39.704
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.246.003	-2.263.118	-1.330.935
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-18.404	-8.149	-10.934
6.02.02	Adições ao Intangível	-2.063.743	-1.799.396	-1.374.699
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-523.336	-344.505	-121.777
6.02.04	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	483.506	227.241	57.531
6.02.11	Aplicação financeira	-124.026	-338.309	118.944
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	808.936	1.513.283	459.305
6.03.01	Pagamento empréstimos moeda estrangeira – principal	-239.525	-552.385	-278.570
6.03.03	Pagamentos empréstimo - principal	-595.312	-884.833	-138.217
6.03.05	Instrumento financeiro derivativo - recebimento	0	26.243	93.852
6.03.06	Instrumento financeiro derivativo - pagamento	-58.463	-27.518	-3.858
6.03.07	Aumento de Capital	0	250.000	0
6.03.13	Emissão de debêntures	2.000.000	3.050.000	1.454.000
6.03.14	Pagamentos debêntures - principal	-508.169	-681.288	-1.694.053
6.03.15	Pagamento arrendamento mercantil	-62.385	-42.775	-75.352
6.03.16	Captações de empréstimos moeda estrangeira	0	285.210	534.570
6.03.17	Captações de empréstimos	283.641	90.000	563.834
6.03.18	Pagamento de credores pela concessão	0	0	-800

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.03.19	Captação risco sacado	22.879	106.032	67.306
6.03.20	Pagamento risco sacado	-33.730	-105.403	-63.407
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-272.795	520.827	413.218
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.304.901	784.074	370.856
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.032.106	1.304.901	784.074

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.353.848	0	1.132.809	0	-22.271	6.464.386	0	6.464.386
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.353.848	0	1.132.809	0	-22.271	6.464.386	0	6.464.386
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.620.478	0	-1.620.478	0	-1.620.478
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.620.478	0	-1.620.478	0	-1.620.478
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.132.809	1.132.809	0	0	0	0
5.06.04	Compensação de prejuízos através de reservas de lucros	0	0	-1.132.809	1.132.809	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.353.848	0	0	-487.669	-22.271	4.843.908	0	4.843.908

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.103.848	0	1.291.376	0	-22.271	6.372.953	0	6.372.953
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.103.848	0	1.291.376	0	-22.271	6.372.953	0	6.372.953
5.04	Transações de Capital com os Sócios	250.000	0	0	0	0	250.000	0	250.000
5.04.01	Aumentos de Capital	250.000	0	0	0	0	250.000	0	250.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-158.567	0	-158.567	0	-158.567
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-158.567	0	-158.567	0	-158.567
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.353.848	0	1.291.376	-158.567	-22.271	6.464.386	0	6.464.386

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.103.848	0	1.339.565	0	-22.271	6.421.142	0	6.421.142
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.103.848	0	1.339.565	0	-22.271	6.421.142	0	6.421.142
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-48.189	0	-48.189	0	-48.189
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-48.189	0	-48.189	0	-48.189
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-48.189	48.189	0	0	0	0
5.06.04	Absorção de prejuízo com reservas de lucro.	0	0	-48.189	48.189	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.103.848	0	1.291.376	0	-22.271	6.372.953	0	6.372.953

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	5.502.521	4.746.231	4.013.920
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.213.273	2.935.650	2.665.122
7.01.02	Outras Receitas	2.289.248	1.810.581	1.348.798
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	1.731.079	1.559.256	1.141.885
7.01.02.02	Outras	196.671	65.191	111.627
7.01.02.03	Juros capitalizados	361.498	186.134	95.286
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.945.344	-2.399.259	-2.060.032
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-292.408	-283.321	-284.725
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-153.723	-127.528	-124.251
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.262.618	-27.826	0
7.02.04	Outros	-2.236.595	-1.960.584	-1.651.056
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-1.731.079	-1.559.256	-1.141.885
7.02.04.02	Custo da Concessão	-135.124	-117.214	-116.733
7.02.04.03	Outros	-30.525	-41.018	-38.347
7.02.04.04	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-339.867	-243.096	-354.091
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.557.177	2.346.972	1.953.888
7.04	Retenções	-1.021.186	-982.585	-951.932
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.021.186	-982.585	-951.932
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	535.991	1.364.387	1.001.956
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	291.752	52.911	54.770
7.06.02	Receitas Financeiras	252.111	80.103	118.666
7.06.03	Outros	39.641	-27.192	-63.896
7.06.03.03	Outros	39.641	-27.192	-63.896
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	827.743	1.417.298	1.056.726
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	827.743	1.417.298	1.056.726
7.08.01	Pessoal	308.426	292.125	251.431
7.08.01.01	Remuneração Direta	235.343	226.513	189.083
7.08.01.02	Benefícios	57.495	51.863	48.831

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.01.03	F.G.T.S.	15.588	13.749	13.517
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	690.287	275.411	225.469
7.08.02.01	Federais	525.712	127.063	90.187
7.08.02.02	Estaduais	17	21	29
7.08.02.03	Municipais	164.558	148.327	135.253
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.449.508	1.008.329	628.015
7.08.03.01	Juros	1.044.458	754.582	486.487
7.08.03.02	Aluguéis	3.020	3.405	2.481
7.08.03.03	Outras	402.030	250.342	139.047
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	41.480	72.510	46.795
7.08.03.03.03	Perdas em operações Swap	45.927	0	0
7.08.03.03.04	Juros Capitalizados Debentures	193.943	78.329	11.866
7.08.03.03.05	Outras - Despesas financeiras	120.680	99.503	80.386
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.620.478	-158.567	-48.189
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.620.478	-158.567	-48.189
7.08.05.02	Juros - Debêntures privadas e mútuos	-126.075	-35.295	-36.625
7.08.05.03	Juros capitalizados sobre Mútuos	126.075	35.295	36.625

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Arteris S.A. (“Arteris” ou “Sociedade”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas demonstrações contábeis não foram revisados pelos auditores independentes.

Apresentação

A Arteris desempenha importante papel no setor de infraestrutura rodoviária brasileira, sendo responsável por investimentos direcionados à melhoria, ampliação, conservação e operação de rodovias, no âmbito dos programas de concessão do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal.

A Sociedade por meio de suas concessionárias opera e administra aproximadamente 3,2 mil quilômetros de rodovias, que interligam o principal polo econômico do País – situado entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina – caracterizado por sua elevada densidade demográfica, além de grande participação e relevância no PIB nacional. As rodovias da Arteris estão estrategicamente localizadas nas regiões Sul e Sudeste, ligando importantes centros metropolitanos, de modo a promover o transporte de cargas em alguns dos mais importantes eixos econômicos do país.

Ao todo, são sete concessionárias, sendo duas no Estado de São Paulo e cinco no âmbito federal, todas empresas de capital aberto, e controladas 100% pela Arteris, sendo elas: Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (Intervias), ViaPaulista S.A. (ViaPaulista), Autopista Fernão Dias S.A. (Fernão Dias), Autopista Fluminense S.A. (Fluminense), Autopista Litoral Sul S.A. (Litoral Sul), Autopista Planalto Sul S.A. (Planalto Sul) e Autopista Régis Bittencourt S.A. (Régis Bittencourt).

Destaques 2022

Tráfego Pedagiado

Crescimento de 2,4% em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, totalizando 687,8 milhões de veículos equivalentes, com destaque para o crescimento das concessionárias Via Paulista (9,2%), Intervias (6,0%) e Planalto Sul (5,8%). O aumento foi percebido, principalmente, no segmento de veículos leves, em função da retomada econômica frente a flexibilização das medidas de isolamento.

Receita de Pedágio

Aumento de 9,5% em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro do ano anterior, em função, do reajuste de tarifas, preponderantemente devido ao repasse da inflação do período, e da recuperação do tráfego frente a flexibilização das medidas de isolamento. Destaque para a Fernão Dias, que, além da inflação do período, teve sua tarifa ajustada em R\$ 0,20 para fazer frente aos investimentos necessários para a construção de aproximadamente 50 km de terceiras faixas entre os municípios de Mairiporã, Atibaia e Bragança.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Investimentos

A Arteris investiu em obras de melhoria, manutenção e expansão um total de R\$ 2,1 bilhões em 2022, aumento de 15,2% comparado a 2021, com destaque para as obras do Contorno de Florianópolis, na Autopista Litoral Sul, e as duplicações na ViaPaulista.

9ª Emissão de Debêntures – Fernão Dias

A Fernão Dias emitiu, em outubro de 2022, R\$ 1,0 bilhão em debêntures, com vencimento final em 2031, ao custo de IPCA + 6,39% a.a. A debênture, avaliada com rating AAA pela S&P, tem juros semestrais e amortizações a partir de 2026. Os recursos da nova dívida foram utilizados para pré-pagar as linhas de financiamento então existentes da concessão e serão também usados para financiar investimentos em manutenção e expansão na rodovia, tal como a construção de quase 50km de terceiras faixas entre Mairiporã, Atibaia e Bragança, em São Paulo, aprovados mediante reequilíbrio junto a ANTT em julho/22. Esta obra busca conferir maior segurança aos usuários, um melhor fluxo de tráfego em um trecho de grande movimento, ao mesmo tempo que preserva melhor os investimentos já realizados em pavimento ao redistribuir a carga, principalmente de veículos pesados, aumentando a durabilidade, e consequentemente, melhorando a rentabilidade da rodovia.

11ª Emissão de Debêntures – Arteris

Em março de 2022 foi concluída a 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da Arteris Holding no valor de R\$ 1,0 bilhão, com prazo de 5 anos e custo de CDI + 1,65% a.a.

Processo de Relicitação da Autopista Fluminense

Em 15 de junho de 2022, foi assinado entre a concessionária e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o segundo termo aditivo ao contrato de concessão, estabelecendo regras e condições para a prestação de serviços e investimentos durante o período de transição, que ora se instaura, até a realização de uma nova licitação do empreendimento público federal do lote rodoviário BR-101/RJ, no trecho entre a divisa dos Estados do Rio de Janeiro/Espírito Santo, que atualmente é explorado pela Fluminense. Com a assinatura do termo aditivo, a adesão ao processo de relicitação da concessão se completa, tornando-se irrevogável e irretratável. Durante a fase de transição, todos os serviços de atendimento aos usuários da BR-101/RJ serão prestados e realizados de acordo com o estabelecido no termo aditivo assinado.

Também como consequência da assinatura do termo aditivo, a Fluminense passa a ter direito a uma indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, a ser recebida ao final do período de transição e paga pelo poder concedente (ou a quem ele transferir essa obrigação). Este ativo financeiro é sujeito a atualizações monetárias mensais pela inflação.

De acordo com o termo aditivo, a tarifa estabelecida para ser cobrada e paga pelos usuários durante o período de transição é de R\$ 6,60 (tarifa praticada), enquanto a tarifa calculada, considerando a suspensão das obrigações de investimentos não essenciais e que servirá de base para o cálculo do excedente tarifário futuro, é de R\$ 3,80, com data-base de junho/2022. A regra regulatória prevê que a diferença entre as tarifas praticada e calculada resultará no valor do excedente de receita tarifária que será descontado, devidamente atualizado, do valor de indenização a ser paga pelo poder concedente, quando o processo de relicitação for concluído. O excedente tarifário está sendo ajustado como redutor da Receita Operacional Líquida, no montante de R\$ 69.818 mil, conforme auferido, ainda que o valor integralmente pago pelos usuários da Fluminense e convertido em caixa operacional coincida exatamente com a tarifa praticada.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A administração entende, com base em seu julgamento e nas informações disponíveis no momento, que a expectativa atual de recebimento futuro de indenização, equivalente ao valor residual dos investimentos não amortizados via tarifa, já líquidos do desconto estimado pelo excedente tarifário apurado no período, perfaz o montante de R\$ 747.957 mil. Ambos os saldos remanescentes, do ativo financeiro e intangível, foram testados por recuperabilidade, considerando a expectativa futura de geração de caixa pelo período de transição e o valor estimado que será recebido a título de indenização. Os efeitos relacionados ao resultado do teste de recuperabilidade resultam em uma despesa de R\$ 860.410 mil para esta concessionária.

Além disso, pela redução do horizonte de operação e, portanto, de recuperabilidade, a Fluminense também registrou a baixa de seus ativos fiscais diferidos, no montante de R\$ 243.406 mil.

O processo de mensuração de ativos, iniciado em 2022, se estenderá ao longo do período de transição, e os valores do ativo financeiro indenizável serão escopo de constante atualização a luz da evolução dos trabalhos internos, e das interações com o órgão regulador, de forma que a Fluminense, no uso de seu melhor juízo e com base nas mais recentes estimativas, irá atualizar tempestivamente a informação e disponibilizá-la ao mercado nas demonstrações contábeis que se seguem.

Acordo Preliminar – Termo Aditivo e Modificativo Intervias

Em 20 de setembro de 2022, foi assinado entre a concessionária e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), o Acordo-Preliminar 03/2022, que tem como objetivo estabelecer as premissas para a celebração de um novo e subsequente Termo Aditivo e Modificativo da Intervias, “TAM Definitivo”, que deveria ser assinado em até 120 dias (rerratificação contratual em processo de assinatura, qual altera o prazo de 120 para 210 dias) a contar da assinatura do Acordo-Preliminar, que por sua vez, terá por finalidade o encerramento das discussões judiciais a respeito da anulação dos Termos Aditivos e Modificativos firmados em 2006 e o equacionamento de passivos e ativos regulatórios envolvendo a concessionária Intervias, bem como as concessões dormentes Autovias, Centrovias e Vianorte.

Deste encontro de contas, o crédito regulatório em favor do Poder Concedente ensejará um pagamento a ser realizado pela Intervias por meio de um desconto na tarifa de pedágio para usuários das cabines automáticas. Parte do crédito regulatório em favor das Concessionárias será reequilibrado mediante prorrogação do prazo do contrato de concessão da Intervias o que acarretará a inclusão de investimentos para manutenção dos níveis de serviço, exclusivamente para conservação especial do pavimento, além da aquisição de veículos, equipamentos e sistemas vinculados à operação da concessionária. A apuração e validação dos montantes envolvidos depende de manifestação do órgão regulador, o que deve acontecer até o segundo trimestre de 2023, quando o Termo Aditivo Definitivo será assinado.

Deslizamento de encosta BR-376/PR – Litoral Sul

Em 28 de novembro de 2022, devido às fortes chuvas registradas na região, um deslizamento de terra na altura do km 669 da BR-376, em Guaratuba (PR), interditou por 9 dias a rodovia Litoral Sul. A concessionária fez o acionamento imediato de órgãos de emergência da região e atuou fortemente junto das equipes do Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária Federal e Defesa Civil, com total objetivo de assegurar a segurança dos usuários e o socorro requerido aos afetados pelo incidente. Rotas alternativas para a manutenção da fluidez do tráfego e segurança dos usuários foram implementadas, desviando-se o fluxo de veículos para a Autopista Planalto Sul.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho Econômico-Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS (Em milhares de reais)						
	4T22	4T21	Var% 4T22/4T21	2.022	2.021	Var% 2022/2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.500.239	1.291.009	16,2%	5.128.235	4.548.074	12,8%
Receitas de pedágio	818.660	784.813	4,3%	3.213.273	2.935.650	9,5%
Estaduais	304.277	266.916	14,0%	1.170.396	990.839	18,1%
Federais	514.383	517.897	(0,7%)	2.042.877	1.944.811	5,0%
Outras receitas	142.045	13.647	940,9%	183.883	53.168	245,9%
Receitas de obras	539.534	492.549	9,5%	1.731.079	1.559.256	11,0%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(75.161)	(69.114)	8,7%	(289.340)	(259.484)	11,5%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.425.078	1.221.895	16,6%	4.838.895	4.288.590	12,8%
CUSTOS E DESPESAS	(1.491.834)	(815.911)	82,8%	(4.241.223)	(2.680.622)	58,2%
EBITDA	(66.756)	405.984	(116,4%)	597.672	1.607.968	(62,8%)
Margem EBITDA*	(7,5%)	55,7%	(63,2 p.p.)	19,2%	58,9%	(39,7 p.p.)
EBITDA AJUSTADO	627.914	498.737	25,9%	2.200.157	1.878.890	17,1%
Margem EBITDA Ajustada*	70,9%	68,4%	2,5 p.p.	70,8%	68,8%	2,0 p.p.
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(260.171)	(251.980)	3,3%	(1.021.186)	(982.589)	3,9%
Depreciações e amortizações	(260.171)	(251.980)	3,3%	(1.021.186)	(982.589)	3,9%
RESULTADO FINANCEIRO	(198.174)	(254.059)	(22,0%)	(824.331)	(783.222)	5,2%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(525.101)	(100.055)	424,8%	(1.247.845)	(157.843)	690,6%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(104.763)	3.609	(3002,8%)	(372.633)	(723)	51439,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(629.864)	(96.446)	553,1%	(1.620.478)	(158.566)	922,0%

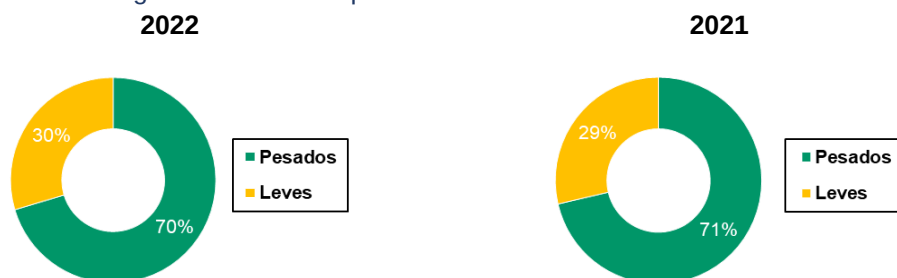
* A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

Tráfego Pedagiado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o tráfego pedagiado totalizou 687,8 mil de veículos equivalentes, crescimento de 2,4% em comparação ao mesmo exercício do ano anterior, quando somou 671,8 mil, explicado pelo aumento de 6,0% no segmento de veículos leves, em função da retomada econômica, principalmente no setor de serviços, e pelo retorno das atividades presenciais, frente a flexibilização das medidas de isolamento. O menor volume no último trimestre na Litoral Sul, em função das chuvas acima da média e do deslizamento de terra na altura do km 669, foi parcialmente compensado por maior tráfego na Planalto Sul.

Veículos Equivalentes (Mil)	4T22	4T21	Var% 4T22/4T21	2.022	2.021	Var% 2022/2021
Estaduais	34.639	33.415	3,7%	138.090	128.308	7,6%
Intervias	16.646	16.232	2,5%	66.781	63.004	6,0%
Via Paulista	17.994	17.183	4,7%	71.309	65.304	9,2%
Federais	137.865	142.522	(3,3%)	549.734	543.528	1,1%
Planalto Sul	9.458	8.184	15,6%	33.255	31.421	5,8%
Fluminense	11.362	11.473	(1,0%)	45.637	43.453	5,0%
Fernão Dias	42.374	42.946	(1,3%)	167.103	166.665	0,3%
Régis Bittencourt	40.155	41.302	(2,8%)	158.749	158.719	0,0%
Litoral Sul	34.515	38.616	(10,6%)	144.990	143.271	1,2%
Total	172.504	175.937	(2,0%)	687.825	671.836	2,4%

Composição do Tráfego em Veículos Equivalentes



Tarifa Média

A data-base dos reajustes tarifários das concessões federais da Arteris é fevereiro, para a Litoral Sul, junho, para a Fluminense, e dezembro, para Régis Bittencourt, Planalto Sul e Fernão Dias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Já para as concessões estaduais, o reajuste ocorre em julho, para a Intervias, e novembro, para a ViaPaulista.

A tarifa média consolidada registrada em 2022 foi de R\$ 4,67, o que representa um aumento de 6,9% em relação à tarifa média de 2021, de R\$ 4,37. Esse crescimento ocorre em função dos reajustes contratuais aplicados ao longo de 2022, refletindo, predominantemente, a inflação do período. Em fevereiro de 2022 as concessionárias Régis Bittencourt e Planalto Sul tiveram aumentos médios de 8,8% e 11,3%, respectivamente. Em julho de 2022, as concessionárias Fluminense e Fernão Dias tiveram reajustes de 8,2% e 17,4%, respectivamente. No caso da Fernão Dias, o reajuste incluiu R\$ 0,20 relacionados ao reequilíbrio para a construção das terceiras faixas, representando um aumento real de tarifas. Em dezembro de 2022, a Litoral Sul teve reajuste de 14,6%, com a inclusão de determinados reequilíbrios, tais como desapropriações, dois dispositivos no Contorno de Florianópolis e a construção de uma parada para descanso de caminhoneiros, também viabilizando um crescimento real da tarifa.

Além disso, o Governo do Estado de São Paulo autorizou o reajuste anual aplicado às tarifas da Intervias e ViaPaulista em dezembro de 2022, de 10,72% e 7,16%, respectivamente. Excepcionalmente em 2022, o Governo do Estado de São Paulo comunicou sua decisão de manter, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio das Concessões de 1ª e 2ª Etapa do Programa de Concessões do Estado de São Paulo, não aplicando, a partir do dia 01 de julho de 2022, os reajustes previstos e garantidos nos contratos de concessão de rodovias. No Grupo Arteris, a única concessionária afetada foi a Intervias. Em decorrência desta medida, em 17 de agosto de 2022, foi assinado, entre o Estado de São Paulo e as concessionárias afetadas, o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo ("TAM") nº 02/2022, que teve por objeto a recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da não aplicação do reajuste tarifário, até dezembro de 2022, data na qual a tarifa foi efetivamente reajustada. A recomposição total dos valores se deu mediante emprego de verbas do Tesouro, com pagamentos bimestrais realizados pelo Poder Concedente, já completamente realizados.

Receita Bruta

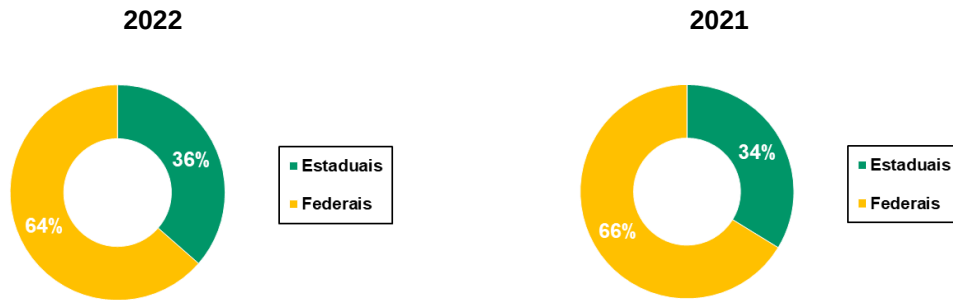
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS (Em milhares de reais)						
	4T22	4T21	Var% 4T22/4T21	2.022	2.021	Var% 2022/2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.500.239	1.291.009	16,2%	5.128.235	4.548.074	12,8%
Receitas de pedágio	818.660	784.813	4,3%	3.213.273	2.935.650	9,5%
Estaduais	304.277	266.916	14,0%	1.170.396	990.839	18,1%
Federais	514.383	517.897	(0,7%)	2.042.877	1.944.811	5,0%
Outras receitas	142.045	13.647	940,9%	183.883	53.168	245,9%
Receitas de obras	539.534	492.549	9,5%	1.731.079	1.559.256	11,0%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(75.161)	(69.114)	8,7%	(289.340)	(259.484)	11,5%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.425.078	1.221.895	16,6%	4.838.895	4.288.590	12,8%

Receita de Pedágio

Em 2022, a **receita de pedágio apresentou crescimento de 9,5%** em relação a 2021, reflexo da recuperação do tráfego frente a flexibilização das medidas de isolamento, além dos reajustes de tarifas mencionados acima.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Composição da Receita de Pedágio



Receita de Obras

As Receitas de obras totalizaram R\$ 1.731.079 mil em 2022, aumento de 11,0% comparado a 2021, quando totalizou R\$ 1.559.256 mil. A variação é decorrente, sobretudo, das obras do Contorno de Florianópolis. Vale ressaltar que, as receitas de obras são uma representação contábil e sem efeito caixa nos investimentos da Sociedade — adição de ativos intangíveis — na infraestrutura de suas rodovias, sendo que, atualmente, grande parte está relacionada às concessões federais.

Outras Receitas

As outras receitas são compostas principalmente de receitas acessórias oriundas da exploração e comercialização de serviços na faixa de domínio das rodovias concessionadas. Em 2022, foram incluídas as receitas relacionadas com a atualização monetária (remuneração) do ativo financeiro indenizável da Fluminense, no valor de R\$ 124.443 mil. Dessa forma, a rubrica de Outras Receitas apresentou um saldo de R\$ 183.883 mil, um aumento de R\$ 130.715 mil em relação ao exercício anterior.

Custos e Despesas

Os custos e despesas totais do Grupo, que incluem todos os itens não caixa, tais como custos de construção, provisões, depreciações e amortização, totalizaram R\$ 5.262.409 mil em 2022, ante R\$ 3.663.211 mil em 2021. O crescimento de 43,7% reflete, principalmente, (i) os custos de construção, relacionados aos investimentos realizados ao longo do exercício, os quais são meramente uma representação contábil, tendo sua contrapartida na linha de Receita de Obras, sem efeito na margem da Companhia e (ii) o registro da provisão para a perda de desvalorização de ativos, no montante de R\$ 1.262.618 mil, ambos efeitos não caixa.

Já em relação aos custos e despesas que possuem efeito caixa, ou seja, excetuando-se custos de serviço de construção, depreciações e amortizações, provisão para manutenção de rodovias e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos, o total registrado em 2022 foi de R\$ 907.659 mil, crescimento de 6,7% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R\$ 850.444 mil. Se desconsiderássemos o efeito do custo da remuneração do ativo financeiro indenizável, que foi reclassificado de despesas financeiras para custos operacionais, o aumento teria sido ainda menor, 5,03%, ficando abaixo da inflação do período. O crescimento observado decorre principalmente dos reajustes contratuais vinculados a inflação, do aumento do preço dos combustíveis e da energia elétrica, compensado em parte por iniciativas de redução de custos, uma vez que a Arteris segue sempre buscando eficiência na gestão de seus recursos.

Teste de Recuperabilidade de Ativos (*Impairment*)

A Companhia testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As projeções de fluxos de caixa futuros das concessões indicaram a necessidade de registro de uma provisão para desvalorização de ativos no valor total de R\$ 1.262.618 mil (efeito não caixa), no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, sob a rubrica “Provisão para Redução ao Valor Recuperável”. Desse total, R\$ 860.410 mil são relativos a Autopista Fluminense, em função do processo de relicitação, R\$ 337.199 mil da Autopista Fernão Dias, em função da postergação da inclusão na tarifa de alguns reequilíbrios futuros e R\$ 65.009 mil da Autopista Litoral Sul, decorrente do efeito da inflação e variação dos preços de insumos na construção do Contorno de Florianópolis.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O resultado operacional do Grupo, representado pelo **EBITDA**, totalizou R\$ 597.672 mil em 2022, redução de 62,8% em relação a 2021 quando totalizou R\$ 1.607.968 mil. Já o **EBITDA Ajustado**, que expurga o efeito da provisão de manutenção, bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*), uma vez que ambas não têm efeito caixa, registrou um aumento de 17,1% totalizando R\$ 2.200.156 mil, ante R\$ 1.878.890 mil em 2021. Este crescimento do EBITDA Ajustado decorre da recuperação do tráfego nas rodovias e dos reajustes tarifários mencionados acima, bem como as iniciativas para eficiência na gestão dos custos da Companhia.

EBITDA (Em milhares de reais)						
	4T22	4T21	Var% 4T22/4T21	2.022	2.021	Var% 2022/2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.425.078	1.221.895	16,6%	4.838.895	4.288.590	12,8%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(1.491.834)	(815.911)	82,8%	(4.241.223)	(2.680.622)	58,2%
EBITDA ¹	(66.756)	405.984	(116,4%)	597.672	1.607.968	(62,8%)
Margem EBITDA*	(7,5%)	55,7%	(63,2 p.p.)	19,2%	58,9%	(39,7 p.p.)
(+) Provisão para manutenção de rodovias	93.554	64.927	44,1%	339.867	243.096	39,8%
(+) Provisão para Redução ao Valor Recuperável ²	601.116	27.826	2060,3%	1.262.618	27.826	4437,5%
EBITDA Ajustado ³	627.914	498.737	25,9%	2.200.157	1.878.890	17,1%
Margem EBITDA Ajustada*	70,9%	68,4%	2,5 p.p.	70,8%	68,8%	2,0 p.p.

* A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

1 EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Sociedades.

2 Provisão para Redução ao Valor Recuperável: Considera os ajustes realizados para refletir a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*). Do total de R\$ 1,3 bilhão, R\$ 860,4 milhões são relativos a Autopista Fluminense (inclui efeitos de relicitação), R\$ 337,2 milhões da Autopista Fernão Dias e R\$ 65,0 milhões da Autopista Litoral Sul.

3 Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Sociedade entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

Resultado Financeiro

O Grupo registrou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 824.332 mil, sendo que o resultado em 2021 foi negativo em R\$ 783.222 mil.

Este resultado é proveniente da combinação dos seguintes fatores:

- As receitas financeiras totalizaram R\$ 252.111 mil em 2022 ante R\$ 80.103 mil em 2021, o que representou um aumento de R\$ 170.008 mil em função do aumento na rentabilidade das aplicações financeiras no período, devido ao aumento no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e do maior saldo médio de caixa.
- As despesas financeiras, incluindo variação cambial, operações de swap e marcação a mercado dos instrumentos financeiros, totalizaram R\$ 1.116.084 mil, crescimento de 33,5% em relação à 2021, quando totalizaram R\$ 836.133 mil. Esse efeito é decorrente de um maior saldo médio de dívida e do impacto do aumento dos índices de IPCA, correspondente a 60,3% da dívida, e do CDI, correspondente a 35,8% do total.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado Líquido

O Grupo registrou prejuízo líquido consolidado de R\$ 1.620.478 mil, ante o prejuízo líquido de R\$ 158.566 mil registrado em 2021. Excetuando-se o efeito da provisão para desvalorização de ativos, bem como a baixa dos ativos fiscais diferidos, a companhia teria registrado um lucro líquido de R\$ 263.440 mil, resultado do aumento das receitas de pedágio refletindo a recuperação do tráfego e os reajustes tarifários, bem como as iniciativas para redução de custos, apesar do efeito de juros e inflação sobre as dívidas, acarretando maiores encargos financeiros.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2022, a dívida líquida da Sociedade totalizou R\$ 9.406.047 mil, um aumento de 17,6% em relação à 2021, quando registrou R\$ 8.000.135 mil. É importante ressaltar que o perfil do endividamento é constantemente otimizado e revisado pela Companhia, composto majoritariamente por vencimentos no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2022, o nível de alavancagem medido pelo EBITDA Ajustado foi de 4,28x, contra 4,26x medido em 31 de dezembro de 2021.

Endividamento (Em milhares de reais)	4T22	4T21	Var% 4T22/4T21
Dívida Bruta	11.336.149	10.021.484	13,1%
Curto Prazo	1.255.584	1.029.132	22,0%
Longo Prazo	10.080.565	8.992.352	12,1%
Posição de Caixa	1.930.102	2.021.349	(4,5%)
Caixa e equivalentes de caixa	1.575.719	1.724.488	(8,6%)
Aplicações financeiras vinculadas ¹	354.383	296.861	19,4%
Dívida Líquida	9.406.047	8.000.135	17,6%

¹ Curto e longo prazos

Os principais movimentos relacionados ao endividamento bruto estão detalhados a seguir:

Financiamento de Projeto:

A Arteris dispõe de acesso e recursos de longo prazo concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das suas controladas. Essas linhas de financiamento de longo prazo, garantem os recursos necessários para a implantação das principais obras contratuais, e são disponibilizadas paripassu à execução física das obras. Em 31 de dezembro de 2022, 3 controladas da Sociedade contam com linhas de financiamento (ViaPaulista, Planalto Sul e Fluminense).

Até 31 de dezembro de 2022, já havia sido disponibilizado pelo BNDES para essas concessões um montante de R\$ 2,4 bilhões referente à essas linhas de crédito, restando um saldo a utilizar de R\$ 2,5 bilhões. Desse montante, foram realizadas liberações de R\$ 283,0 milhões ao longo do exercício de 2022 na ViaPaulista.

Mercado de Capitais:

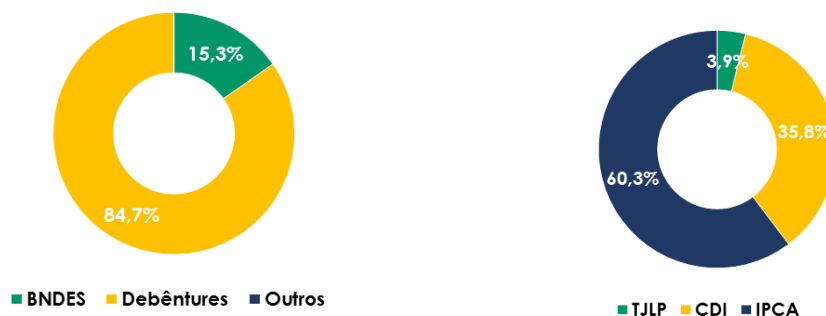
Fernão Dias: Em outubro de 2022, foi realizada a 9ª emissão de debêntures simples, em série única, no valor de R\$ 1,0 bilhão de reais, ao custo de IPCA + 6,39% a.a., com vencimento final em 2031.

Arteris: Em março de 2022, foi realizada a 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da Arteris Holding no valor de R\$ 1,0 bilhão, ao custo de CDI + 1,65% a.a., com prazo de 5 anos.

Endividamento Bruto:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Perfil da Dívida Bruta (%)



Em 31 de dezembro de 2022, a dívida bruta consolidada da Sociedade (empréstimos, financiamentos e valores mobiliários) totalizava R\$ 11,3 bilhões, sendo que deste montante 35,8% correspondem a contratos atrelados ao CDI, 60,3% a contratos atrelados ao IPCA e 3,9% correspondem a contratos indexados a TJLP.

Investimentos Realizados

Considerando todas as intervenções de melhoria e manutenção, o Grupo realizou investimentos no valor de R\$ 2.082.147 mil, crescimento de 15,2% em relação ao ano de 2021 quando realizou R\$ 1.807.545 mil. Deste total, 84,2% foram executados nas concessionárias federais. A seguir o detalhamento das intervenções mais relevantes:

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2.022	2.021	Var. 2022/2021
Autovias	895	7.721	(88,4%)
Centrovias	3.057	6.783	(54,9%)
Intervias	69.301	66.272	4,6%
Vianorte	989	11.641	(91,5%)
Via Paulista	228.334	291.507	(21,7%)
Estaduais	302.576	383.924	(21,2%)
Planalto Sul	104.599	91.948	13,8%
Fluminense	87.317	121.753	(28,3%)
Fernão Dias	210.825	204.022	3,3%
Régis Bittencourt	217.501	218.996	(0,7%)
Litoral Sul	1.133.381	763.908	48,4%
Federais	1.753.623	1.400.627	25,2%
Total	2.056.199	1.784.551	15,2%
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	25.948	22.994	12,8%
Total	2.082.147	1.807.545	15,2%

CAPEX

As obras mais relevantes no exercício, para as quais os investimentos do Grupo foram destinados, são as seguintes:

Autopista Fluminense: Ao longo do exercício, a Concessionária cumpriu o cronograma da execução de obras de 7 pontos de sinistros localizados ao longo da rodovia. Também foi executada a etapa de pré-obra referente a duplicação dos km 215 ao 217 e Trevo do Índio, com previsão para conclusão em 2023.

Autopista Fernão Dias: A concessionária concluiu as obras de rua lateral, localizada no km 1+500 ao km 3+500, no município de Betim/MG, cumprindo o cronograma de suas principais obras para 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Outras melhorias estão sendo executadas na rodovia no ano de 2022, como o início das obras das terceiras faixas, entre os km 22+300 e 41+000, nos municípios de Atibaia, Mairiporã e São Paulo e o início da obra do dispositivo no km 515+370, além da conclusão de 4 pontos de sinistros de maior complexidade localizados ao longo da rodovia.

Autopista Régis Bittencourt: A Concessionária realizou melhorias na rodovia no ano de 2022, como a conclusão da implantação de trevo em desnível no km 332+000 da BR-116/SP, além de 13 pontos de sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/PR/SP).

Autopista Planalto Sul: Durante o ano de 2022, foi concluída a recuperação de 5 pontos de sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/PR/SC).

Autopista Litoral Sul: A concessionária realiza as obras referentes ao Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras rodoviárias do país. Atualmente estão em andamento as obras ao longo de todos os trechos Norte, Intermediário e Sul, incluindo os 4 túneis duplos. No trecho Norte, que faz interseção com a BR101, foram concluídas as atividades de terraplenagem, e iniciadas a construção dos viadutos. No trecho Intermediário, houve avanço significativo com a conclusão de 15km de pista dupla pavimentada, a conclusão dos trevos no Km193 e Km204, 8 passagens de nível estão em andamento e 4 foram concluídas. Além disto, ocorreu a perfuração do túnel 4 e foram iniciadas as atividades de pavimentação. As obras do trecho Sul, onde encontram-se os túneis 1, 2 e 3, que estão em andamento, tendo sido perfurados os túneis 1 e 3. Houve, também no trecho Sul, a liberação de diversos segmentos de aterro que estavam em adensamento, permitindo a continuidade das obras. Neste segmento, importantes obras como as intersecções com a BR-282 e BR-101, um viaduto no km 225+163 e 7 passagens de nível estão em andamento.

Além disto, em 2022, a Concessionária concluiu a implantação da obra de arte especial sobre o Rio Camboriú, no km 136, Marginal Sul. Concluiu também a passarela no km 007 e o alargamento, reforma e reforço de 2 obras de arte especiais, sobre o Rio Maruim, no km 211 e sobre o Rio Passa Vinte, no km 214 na Rodovia BR-101/SC. A obra de arte especial sobre o Rio Biguaçu, no km 192, está em andamento. Houve também a recuperação de 13 pontos de sinistros ao longo da Rodovia.

ViaPaulista: Em 2022 foram concluídas as obras de duplicação entre os km 137-147 contendo 2 dispositivos, 2 pontes e conclusão das áreas de Descanso de caminhoneiros) nos km 136 e km 311. Também foram iniciadas as duplicações do km 48 ao 77, contendo 2 dispositivos de acesso, duplicação do km 155+770 ao 170+500, contendo 1 remodelação de dispositivo no km 156, implantação de 2 novos dispositivos nos km 162+250 e 167+610, Duplicação do km 170+500 ao km 172 e passarelas no km 295 e km 203 que se encontram em andamento.

Outras melhorias foram executadas na rodovia no ano de 2022, como os serviços de adequações de 6 passarelas, além da conclusão de 7 pontos de sinistros localizados ao longo da rodovia.

Intervias: Em 2022, a concessionária iniciou as obras de faixa adicional localizada na SP-191 e as tratativas do reequilíbrio referente a dispositivo localizado na SP-191 e SP-215, além da conclusão de vários pontos de sinistros localizados ao longo da Rodovia.

Manutenção das Rodovias

No ano de 2022, as manutenções realizadas pelas controladas nas rodovias totalizaram R\$ 278.309 mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Previsão de Investimentos Futuros

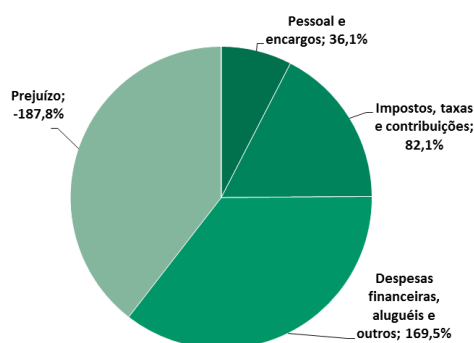
Natureza dos custos	31.12.2022					Total
	Autovias Previsão de 2023	Centrovias Previsão de 2023	Intervias Previsão de 2023 a 2028	Vianorte Previsão de 2023	ViaPaulista Previsão de 2023 a 2047	
Melhorias na Infraestrutura	-	540	34.528	-	4.834.884	4.869.952
Conserva Especial	-	-	264	-	1.753.945	1.754.209
Total	-	540	34.792	-	6.588.829	6.624.161

Natureza dos custos	31.12.2022					Total
	Planalto Sul 2023 a 2033	Fluminense 2023 a 2024	Fernão Dias 2023 a 2033	Régis Bittencourt 2023 a 2033	Litoral Sul 2023 a 2033	
Melhorias na Infraestrutura	558.036	207.043	1.373.264	1.128.628	853.546	4.120.517
Recuperações / Manutenções	244.999	141.585	456.559	344.642	572.464	1.760.249
Total	803.035	348.628	1.829.823	1.473.270	1.426.010	5.880.766

Valor Adicionado

A Arteris gerou em 2022, em termos consolidados, valor adicionado de R\$ 853.870 mil. Esse valor é resultante das receitas oriundas da prestação de serviços (R\$ 5,5 bilhões), menos custos relativos à concessão e construção, materiais e bens de consumo, serviços de terceiros e depreciação e amortização (R\$ 3,9 bilhões), mais dividendos, juros capitalizados e outras receitas financeiras (R\$ 291,8 milhões).

Distribuição do Valor Adicionado



Dividendos

Os acionistas têm direito a receber, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Para o exercício de 2022 não será deliberado dividendos mínimos, uma vez que o Grupo apresentou prejuízo no exercício.

Profissionais

A Arteris conta com 4.381 profissionais em seu quadro de pessoal, composto 46% por profissionais do sexo feminino e 54% por profissionais do sexo masculino. Deste total, 62,9% estão alocados nas concessionárias federais, 26,3% nas estaduais e o restante (10,8%) em sua *holding*.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sustentabilidade

A Agenda ESG compõe os orientadores estratégicos da Arteris e fundamentam as tomadas de decisão da companhia, considerando a análise de impactos ambientais, sociais e de governança reais e potenciais de sua atuação. Por meio de iniciativas, indicadores e metas em diversas frentes, a agenda orienta a promoção de uma gestão voltada à geração de valor compartilhado.

Importantes avanços nessa Agenda foram registrados em 2022, com a implantação de projetos que contribuem cada vez mais para o caminho do desenvolvimento sustentável. A estruturação do Comitê ESG, composto pela alta direção e acionistas, reportando diretamente ao Conselho de Administração, além da incorporação de metas ESG na avaliação de desempenho dos executivos, demonstram a robustez da governança do tema na companhia.

A redução de emissões atmosféricas, o foco na eficiência energética de suas operações e a contribuição para a economia circular são compromissos de uma das frentes prioritárias da Agenda ESG na busca pela descarbonização, seguindo a metodologia de metas baseadas na ciência da iniciativa *Science Based Target*. A primeira conquista da agenda foi a aquisição de certificados de energia renovável I-REC+REC Brazil correspondentes a 100% do consumo próprio de eletricidade de 2021, reduzindo a zero as emissões de CO₂ desta fonte.

Projetos implantados inicialmente em menor escala foram estendidos a maioria das concessionárias, como a substituição de lâmpadas tradicionais por LED, a implantação de painéis solares na ViaPaulista e no Núcleo de Soluções, escritório sede da empresa em Ribeirão Preto e a implantação de biofossas para tratamento de resíduos sanitários de forma ecológica. Outros destaques dentro do plano de descarbonização têm conexão com o consumo sustentável de combustíveis, a gestão de resíduos, a recuperação de pavimentos com utilização de asfalto reciclado e redução de consumo de energia na aplicação, dentre outras iniciativas.

Com o desafio presente na conservação da biodiversidade, a Fluminense se destacou com a relevância do projeto de passagens de fauna, infraestruturas de corredores ecológicos que interligam fragmentos florestais isolados na paisagem, reduzem o isolamento geográfico e trazem proteção para a fauna silvestre, em especial o mico-leão dourado, além do aumento da segurança viária para os usuários da BR-101/RJ. Por meio deste projeto, a concessionária conquistou o Prêmio Firjan de Sustentabilidade 2022, na categoria Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, reconhecimento do Projeto Rodovias Sustentáveis.

Como signatária da Década de Ação da ONU para a Segurança Viária (2020-2030) para reduzir 50% das fatalidades nas rodovias, a Arteris acompanha de perto os indicadores de segurança viária de suas concessões e direciona o foco para iniciativas que atuam em pontos críticos, em busca da melhoria contínua dos índices de acidentes e fatalidades. Em 2022, a companhia também procurou aprofundar a análise de dados dos acidentes rodoviários conferindo um olhar mais “individualizado” para o perfil de tráfego e de ocorrências em cada concessionária, a fim de ampliar a efetividade das ações. Esse trabalho é reflexo do amadurecimento do Grupo Estratégico para Redução de Acidentes Rodoviários (GERAR), responsável pela gestão do Plano de Redução de Acidentes (PRA), cujas ações são realizadas por meio de três frentes: (i) educação, com o Projeto Escola, Viva Meio Ambiente e Programas Viva, (ii) operação, via parcerias em campanhas de fiscalização e (iii) engenharia, com investimentos em obras e manutenção.

O Projeto Escola passou por um processo de atualização e adotou em 2022 o formato de educação híbrida. A base continua a mesma: estimular a educação para a humanização do trânsito e a vivência da sustentabilidade através da capacitação dos educadores e da distribuição de materiais pedagógicos. Nesse novo formato, os professores recebem um “cardápio pedagógico” com games, quiz, vídeos de animação, podcasts, entre outros, onde podem escolher quais experiências vão nortear o trabalho com os alunos. Ainda em 2022, o Projeto

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Escola recebeu o Prêmio Rodovias + Brasil, do Ministério da Infraestrutura, na categoria Ações Sociais em Concessões.

Entregas como a conclusão da ponte sul sobre o Rio Camboriú, na concessionária Litoral Sul, e o início da obra da terceira faixa na concessionária Fernão Dias têm importante papel na busca pela redução de ocorrências, especialmente com o objetivo de segregar os veículos que utilizam a via para longos trajetos e os que percorrem curta distância, oferecendo alternativas para que estes últimos não precisem utilizar as vias principais. Só no trecho da ponte do Rio Camboriú, observou-se redução de mais de 50% nos acidentes, em seis meses de análise após a implantação.

O compromisso da Arteris com agendas públicas, além da Década da ONU para a Segurança Viária, é representado também pela adesão a iniciativas como o Pacto Global, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Programa na Mão Certa, por meio do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras.

Por meio do Programa de Integridade, a Arteris promove ações para prevenir, minimizar ou detectar com agilidade atos de corrupção, fraude e outros desvios de conduta ética. A certificação ISO 37001 para o sistema anticorrupção, conquistada em 2022, atesta a efetividade da gestão e dos processos da companhia, considerando o mapa de riscos e as medidas de mitigação e controle para os riscos relacionados principalmente à corrupção e exposição reputacional, pontos sensíveis recorrentes na seara da interface entre os agentes públicos e privados. Essa conquista se soma ao Selo Pró-Ética, entregue em 2021 pela Controladoria Geral da União (CGU), sendo a Arteris a única empresa do setor de concessão de rodovias a ser reconhecida, e reforça a sua atuação voltada para a manutenção de um ambiente de negócio ético e de confiança na relação com os stakeholders.

Nessa linha, a Arteris vem investindo na reestruturação dos processos de suprimentos, incluindo a implantação de sistemas modernos com foco na qualidade, transparência e gestão do relacionamento com fornecedores e parceiros, em alinhamento com os parâmetros ESG.

Manter um ambiente de trabalho seguro também é um compromisso renovado a cada dia, com ações voltadas à promoção da cultura de segurança entre colaboradores e terceiros e à melhoria contínua das condições de trabalho. A criação do CCSO (Centro de Controle de Segurança e Operação), função agregada ao CCO (Centro de Controle Operacional) reforça o olhar para a segurança do trabalho. Este projeto representa uma inovação com a disponibilidade de observação remota e permanente das condições de segurança dos trabalhadores por meio de câmeras, tornando possível chegar a várias frentes de serviço de maneira rápida e segura.

A segurança cibernética também foi alvo de investimento em 2022, com a proteção das informações no espaço cibernético. A Arteris tem trabalhado com tecnologias de ponta, parceiros de negócios e os principais fornecedores de Tecnologia e Segurança de Informação para aumento da maturidade e melhoria nos seus processos.

Aspecto desafiador para muitas empresas e que vem ganhando mais foco com a Agenda ESG é a pauta da diversidade, equidade e inclusão. Ações estruturais do Programa de Diversidade Arteris, como a realização de um censo para mapear o perfil do público interno, com a participação de 80% dos colaboradores, proporcionou a definição dos pilares de atuação, voltados para gênero, raça, LGBTI+, pessoas com deficiência e gerações, e suas lideranças responsáveis, preparando o caminho para a implantação das iniciativas que integrarão essa agenda nos próximos anos, sustentados pela norma de diversidade da companhia, lançada em 2022.

Pautada no planejamento, na inovação e no uso de boas práticas, a Arteris segue na execução da Agenda ESG em 2023, sem perder a visão de futuro, na certeza de que seus resultados contribuam para a geração de valor compartilhado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Informações divulgadas pela Abertis

As demonstrações contábeis e operacionais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Sociedade, uma vez que a regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes em Brasil S.A., sociedade controladora de 82,3% da Arteris.

A evolução de tráfego das concessionárias da Sociedade medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego, representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

Considerações Finais

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03, a Sociedade informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, não contratou a KPMG Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Sociedade busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Sociedade.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Arteris S.A. declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Diretoria

Sergio Moniz Barretto Garcia
Diretor Presidente

Simone Aparecida Borsato
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica e Compliance

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade

Andre Giavina Bianchi
Diretor de Operações

Flavio Dutra Doehler
Diretor de Engenharia e Implantação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Roberto Paolini
Diretor de Pessoas e Organização

Conselho de Administração

Marcos Pinto Almeida
Presidente do Conselho

Francisco José Aljaro Navarro
Conselheiro

Henrique Carsalade Martins
Conselheiro

Fernando Martinez Caro
Conselheiro

Martí Carbonell Mascaro
Conselheiro

Jordi Fernandez Montoli
Conselheiro

Carlos Garcia Cabrera
Conselheiro

Sergio Moniz Barretto Garcia
Conselheiro

Notas Explicativas

ARTERIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Arteris S.A. ("Sociedade" ou "Controladora") é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 - 12º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Arteris S.A. é uma empresa brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) atuante no setor de concessões rodoviárias.

A Arteris S.A. é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC. e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

As demonstrações contábeis da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao exercício de 12 (doze) meses findo em 31 de dezembro de 2022 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo"). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais:

- Exploração direta, indireta e/ou por meio de consórcios e/ou por meio de participações em outras sociedades, de negócios relativos a obras, serviços públicos e/ou operação e manutenção de infraestrutura em geral através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando, a parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões;
- Realização de estudos, consultoria e assistência técnica relacionadas às atividades descritas no item acima.
- Locação e administração de bens, móveis ou imóveis, próprios ou de terceiros; e
- Participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras.

Relação de entidades controladas

As demonstrações contábeis consolidadas correspondem aos saldos da Sociedade e de suas controladas, em que a participação direta ou indireta é de 100% do capital votante, e estão apresentadas a seguir:

Controlada	31.12.2022		31.12.2021	
	Participação Indireta	Participação Direta	Participação Indireta	Participação Direta
Autovias S.A. "Autovias"	-	100%	-	100%
Centrovias Sistema Rodoviários S.A. "Centrovias"	-	100%	-	100%
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. "Intervias"	49%	51%	49%	51%
Vianorte S.A. "Vianorte"	-	100%	-	100%
ViaPaulista S.A. "ViaPaulista"	-	100%	-	100%
Autopista Planalto Sul S.A. "Planalto Sul"	-	100%	-	100%
Autopista Fluminense S.A. "Fluminense"	-	100%	-	100%
Autopista Fernão Dias S.A. "Fernão Dias"	-	100%	-	100%
Autopista Régis Bittencourt S.A. "Regis Bittencourt"	-	100%	-	100%
Autopista Litoral Sul S.A. "Litoral Sul"	-	100%	-	100%
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. "Latina Manutenção"(a)	-	0%	-	100%

Notas Explicativas

- Arteris Participações S.A. (b) - 100% - 100%
- (a) A Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (“Latina Manutenção”), constituída em 2005, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, constituída com objetivo de conservação e exploração de atividades de construção, administração e manutenção de obras relacionadas às rodovias, administrada pelas controladas da Sociedade. Em 31 de maio de 2022 os sócios deliberaram pelo encerramento das atividades da Sociedade.
- (b) A Arteris Participações S.A., constituída em 2015, domiciliada no município de São Paulo, Estado de São Paulo, situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 - 12º andar, tem por objetivo a participação em outras sociedades simples ou empresárias como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. Em novembro de 2015, a Arteris S.A transferiu para a Arteris Participações 49% da participação que possui na Intervias.

O contexto operacional de cada uma das concessionárias de rodovias, os principais compromissos e outras informações estão divulgadas na nota explicativa nº 2.

2. CONCESSÕES

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de dezembro de 2022, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais.

Concessionárias estaduais

O Grupo Arteris através da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. em 20 de setembro de 2022, celebrou entre a Intervias e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (“Poder Concedente” e, em conjunto com a Concessionária, “Partes”), com a interveniência e anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), o Acordo-Preliminar conforme Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) Preliminar nº 03/2022.

O Acordo-Preliminar tem como objetivo estabelecer as premissas para a celebração de um novo e subsequente Termo Aditivo e Modificativo da Intervias, “TAM Definitivo”, em até 120 dias (rerratificação contratual em processo de assinatura, qual altera o prazo de 120 para 210 dias), a contar da assinatura do Acordo-Preliminar, que, por sua vez, terá por finalidade o encerramento das discussões judiciais a respeito da anulação dos Termos Aditivos e Modificativos firmados em 2006 e o equacionamento de passivos e ativos regulatórios envolvendo as concessionárias Intervias, Vianorte S.A., Autovias S.A. e Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., sendo que os contratos de concessão dessas três últimas já foram encerrados em 2018, 2019 e 2020, respectivamente.

O Acordo será operacionalizado em duas etapas, quais sejam: (i) na primeira etapa, o Acordo Preliminar, que ora se celebra; e (ii) na segunda etapa será celebrado o TAM Definitivo, segundo os cálculos realizados pela ARTESP e premissas definidas no acordo preliminar. Com a assinatura do TAM Definitivo serão equacionados, permanentemente, todos os créditos recíprocos entre Poder Concedente e as concessionárias que foram elencados no Acordo.

A Intervias avaliou aspectos contábeis relacionados ao TAM Preliminar nº 03/2022 e não identificou necessidade de ajustes nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Sociedade estima que ajustes materiais poderão ocorrer somente após a assinatura do TAM Definitivo e continuará avaliando a necessidade de ajustes no decorrer dos 120 dias, que antecedem a assinatura do referido documento. Durante esse período a ARTESP fará análise das condições e premissas do termo, para realizar o encontro de contas objeto do TAM definitivo. Até a data da presente divulgação não havia acordo entre as partes relacionado a valores, estes, ainda estão sendo mensurados. Caso a Sociedade identifique necessidade de ajustes materiais, os mesmos serão refletidos nas demonstrações contábeis ou informados em nota explicativa como eventos subsequentes.

A Intervias segue avaliando esse tema e manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas ao Acordo-Preliminar e TAM Definitivo.

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. (“Intervias”)

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A..

Notas Explicativas

A Intervias iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo original de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 - Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 - Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 - Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 - Rodovia Wilson Finardi; SP215 - Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 - Rodovia Anhanguera e SP352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo – TAM nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028. A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos. Conforme determinado pelo TAM acima mencionado, de nº 14/06, em sua Cláusula Terceira, os investimentos necessários à manutenção dos níveis de serviço e os novos investimentos além dos previstos no edital de licitação original, necessários para o período de 95 meses adicionado ao contrato de concessão, deverão ser estabelecidos em forma e critério a serem descritos em instrumento convocatório a ser emitido pela agência reguladora, quando da tratativa desta sobre esse tema, para que haja também as necessárias aprovações técnicas e jurídicas da ARTESP e dessa forma seja estabelecido o reequilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão. Sendo assim, a Intervias vem mantendo tratativas com a respectiva agência reguladora sobre o tema e aguarda a emissão do termo convocatório pela ARTESP, a fim de, em cumprimento ao redigido na Cláusula Terceira do TAM nº 14/06, definir quais investimentos e intervenções na rodovia deverão ser realizados bem como seus cronogramas de execução e os devidos reflexos no reequilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão. A Intervias informa também, que tais investimentos são sempre executados em forma de ciclos, e que o último ciclo previsto originalmente no contrato de concessão para este tipo de serviço está sendo finalizado no biênio 2019/2020. Porém, todos os serviços relativos aos trabalhos de conservação rotineira da rodovia serão mantidos de forma recorrente, para que os níveis de serviços das rodovias que compõem o lote de concessão sejam mantidos, prezando pela segurança e conforto dos usuários, até que, conforme mencionado, ocorra a definição por parte da ARTESP dos novos ciclos de investimentos a serem realizados.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, aprovou a inclusão no cronograma físico - financeiro do contrato de concessão, a implantação de marginais e dispositivo de retorno no distrito industrial de Itapira – KM 46+250 – Leste/Oeste. O reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da referida inclusão, apurado de acordo com a metodologia de fluxo de caixa marginal, foi de R\$1.053, em valor presente líquido. O prazo estimado de prorrogação contratual para a recomposição do desequilíbrio é de dois meses e quinze dias, passando o período de exploração da concessão a ser até 1 de abril de 2028.

A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Na SP 147 - Rodovia Engenheiro João Tosello

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 e o km 54 e entre o km 62,45 e o km 106,32.

Na SP 191 – Rodovia Wilson Finardi

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido do km 43,8 ao km 44,9, do km 45,6 ao km 46,9 e do km 49,7 ao km 74,72.

Na SP 352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17.

Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera - Contorno Rodoviário de Araras

Notas Explicativas

- De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo - TAM nº 06/02 e 3ª readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foram construídos um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do Km 165,225 da SP 330 - Rodovia Anhanguera até o Km 42,300 da SP 191 - Rodovia Wilson Finardi.

Conforme mencionado em relação ao período de 95 meses adicionado ao contrato de concessão da Intervias através do TAM nº 14/06, os investimentos e manutenções para tal período ainda dependem de definição e aprovação da ARTESP, bem como do estabelecimento do devido reequilíbrio econômico e financeiro ao contrato de concessão.

Em 30 de junho de 2022, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), tendo em vista o atual contexto econômico extraordinário, comunicou a decisão de estabilizar, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão de Rodovias do Estado de São Paulo. A ARTESP junto com o Governo e as Concessionárias, estudará formas de promover soluções contratuais e financeiras, a serem implementadas de imediato, a fim de mitigar qualquer desequilíbrio.

Termo Aditivo Modificativo ("TAM") Coletivo nº 02/2022

O presente TAM Coletivo tem por objetivo, de manter, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio das Concessões de 1ª e 2ª Etapa do Programa de Concessões do Estado de São Paulo, desta forma, não foi autorizado a aplicação dos reajustes das tarifas de pedágio previstos e garantidos contratualmente, a partir do dia 01 de julho de 2022.

Em 30 de junho de 2022, por meio de publicação do Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOE-SP"), o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), tendo em vista o atual contexto econômico extraordinário, comunicou a decisão de estabilizar, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão de Rodovias do Estado de São Paulo. A ARTESP junto com o Governo e as Concessionárias, estudará formas de promover soluções contratuais e financeiras, a serem implementadas de imediato, a fim de mitigar qualquer desequilíbrio.

Em 7 de julho de 2022, a ARTESP publicou no DOE-SP a deliberação para implementar, de maneira imediata, medidas necessárias para reequilibrar os contratos das concessionárias afetadas pela decisão anterior do Governo do Estado de São Paulo, publicada no TAM Coletivo nº 02/2022 em 30 de junho de 2022, o presente TAM Coletivo tem por objetivo, de manter, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio das Concessões de 1ª e 2ª Etapa do Programa de Concessões do Estado de São Paulo, desta forma, não foi autorizado a aplicação dos reajustes das tarifas de pedágio previstos e garantidos contratualmente, a partir do dia 01 de julho de 2022. As soluções englobam: (i) a implementação do reajuste tarifário até o final do exercício de 2022, considerando a variação do respectivo indexador tarifário contratual referente ao exercício 2021-2022 no momento determinados pelos Contratos de Concessão, (ii) os pagamentos a serem realizados pelo Poder Concedente em forma de uma indenização financeira bimestral equivalente ao valor da perda tarifária, a ser calculada pela ARTESP até o 25º dia de cada mês, os pagamentos às Concessionárias afetadas deverão ser realizados até que o reajuste tarifário entre em vigência e (iii) a adoção de medidas para celebração dos termos aditivos dos contratos com as concessionárias, a fim de formalizar estas definições.

O desequilíbrio econômico-financeiro será mensurado a partir da diferença entre o montante de receita bruta de pedágio auferido e o montante que teria sido arrecadado caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo índice contratual, qual seja, variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGPM") para o período de junho 2021 a junho 2022, cujo resultado foi de 10,72%. Em 17 de agosto de 2022 foi assinado pelas concessionárias o Termo Aditivo Modificativo ("TAM") Coletivo nº 02/2022.

No dia 14 de dezembro de 2022 foi publicado no DOE-SP autorização para o reajuste tarifário de 10,72% passando a vigorar a partir da zero hora do dia 16 de dezembro de 2022.

Vianorte S.A. ("Vianorte")

A Vianorte S.A. é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Via Anhanguera km 312,2, Pista Norte. Constituída em 6 de março de 1998, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A..

Em conformidade ao que determina ofício OF.DGR. 0054/18 da ARTESP, às 24 horas do dia 17 de maio de 2018 a Vianorte realizou a transferência do sistema remanescente do lote rodoviário 05 para empresa licitante vencedora da concorrência Pública Internacional nº 03/2016. No entanto, a Vianorte continuará com as tratativas junto à ARTESP e Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER com objetivo de verificação e aprovação das condições de

Notas Explicativas

devolução e assim viabilizar a assinatura do Termos Definitivo de Devolução do Sistema Rodoviário conforme descrito no contrato de concessão.

Desde o dia 17 de maio de 2018 quando o contrato de concessão encerrou, a Vianorte deixou de operar as rodovias, entrando em um processo de dormência, não afetando a comparabilidade com o exercício atual.

Autovias S.A. (“Autovias”)

A Autovias S.A. é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 23 de julho de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A..

No dia 03 de julho de 2019, às 24 horas, a Autovias realizou a transferência do sistema remanescente do lote rodoviário 10 para empresa licitante vencedora da concorrência Pública Internacional nº 03/2016. No entanto, a Autovias continuará com as tratativas junto à Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER com objetivo de verificação e aprovação das condições de devolução e assim viabilizar a assinatura do Termos Definitivo de Devolução do Sistema Rodoviário conforme descrito no contrato de concessão.

Desde o dia 03 de julho de 2019 quando o contrato de concessão encerrou, a Autovias deixou de operar as rodovias, entrando em um período de dormência.

Centrovias Sistema Rodoviários S.A. (“Centrovias”)

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168, Pista Sul. Constituída em 27 de maio de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.

No dia 3 de junho de 2020, às 24 horas, a Centrovias realizou a transferência do sistema remanescente do lote rodoviário 08 para empresa licitante vencedora da concorrência Pública Internacional nº 01/2019. No entanto, a Centrovias continuará com as tratativas junto à Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER para formalização do encerramento do contrato de concessão. Esse período tem por objetivo a verificação e aprovação das condições de devolução para viabilizar a assinatura dos Termos Provisórios e Definitivos de Devolução do Sistema Rodoviário conforme descrito no contrato de concessão. Esse período também objetiva a obtenção de resposta a pleitos referentes a desequilíbrios contratuais ainda não reconhecidos pela ARTESP. Tais desequilíbrios se aceitos, terão contrapartida financeira por parte do poder concedente.

Desde o dia 3 de junho de 2020, quando o contrato de concessão encerrou, a Centrovias deixou de operar as rodovias, entrando em um período de dormência.

ViaPaulista S.A. (“ViaPaulista”)

A ViaPaulista S.A. é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 22 de junho de 2017, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A..

A ViaPaulista iniciou suas operações em 22 de novembro de 2017, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP nº0359-ARTESP - 2017, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 62.333 de 21 de dezembro de 2017, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos, a exploração do sistema Rodoviário referente ao Lote denominado Rodovias dos Calçados (Itaporanga – Franca) compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação, apoio na execução dos serviços não delegados considerados os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a ViaPaulista.

Em outubro de 2017 a ViaPaulista pagou ao poder concedente, quando da assinatura do contrato, o valor de R\$1.277.229, sendo R\$237.326 referente a primeira parcela da outorga e R\$1.039.903 referente ao ágio ofertado.

Notas Explicativas

Estava previsto inicialmente no Contrato de concessão da ViaPaulista a incorporação do Trecho Remanescente da Autovias em 19 de dezembro de 2018, porém em função dos diversos Termos Aditivos Modificativos expedidos à favor da Autovias S/A pela Agência Reguladora onde reconhece a modalidade por prorrogação de prazo para fins de recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão desta, o prazo para entrega do trecho remanescente da Autovias para a Viapaulista postergou-se para 04 de julho de 2019 conforme pleitos de reequilíbrio abaixo:

1º - TAM nº 20/18, assinado em 14 de dezembro de 2018 pelo reconhecimento do índice da tarifa de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2017, estendeu o prazo final do término do Contrato de Concessão da Autovias de 18 de dezembro de 2018 para 26 de janeiro de 2019.

2º - TAM nº 19/14, pela Obra de remodelação do dispositivo do km 307 SP 330, estendeu o prazo final de 26 de janeiro de 2019 para 01 de abril de 2019.

3º - TAM nº 21/19, pelo reconhecimento do desequilíbrio referente à alteração do índice de reajuste de tarifa de pedágio observados no período de 01 de julho de 2017 a 31 de agosto de 2018, estendeu o prazo final de 02 de abril de 2019 para 24 de abril de 2019.

4º - TAM nº 22/19, pela execução da obra de 14 quilômetros de duplicação da SP 318, entre os km 253 e 249, estendeu o prazo final de 24 de abril de 2019 para 30 de junho de 2019.

5º - TAM nº 23/19, oficializa a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão na forma de prorrogação de prazo, por 03 dias, contados a partir de 1º de julho de 2019, dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 03 de julho de 2019.

De acordo com o item 8.1, do anexo XVIII, do Contrato de Concessão, a ViaPaulista tem a garantia da transferência do trecho remanescente da Autovias para esta em até 18 meses da data da assinatura do termo de transferência inicial que se deu em 22 de novembro de 2017. Com isso, a agência teria o prazo até 21 de maio de 2019 para entrega total do trecho remanescente para a ViaPaulista. Contudo, face aos diversos Termos Aditivos Modificativos expedidos a favor da Autovias conforme citado, o trecho foi entregue à ViaPaulista em 04 de julho de 2019 e o período de 22 de maio a 03 de julho de 2019 (pós vencimento 18 meses de garantia dada pela Agência para entrega do trecho remanescente da Autovias) será reequilibrado conforme disposto no item 8.3 do citado anexo.

Em 23 de janeiro de 2019, a ARTESP autorizou o início de trafegabilidade e operação com cobrança de tarifa de 3 (três) praças de pedágio da ViaPaulista, localizadas na SP-255, implantadas no km 177+220 - Boa Esperança do Sul; km 165+600 - Jaú e km 331+500 - Coronel Macedo, com início de operação a partir das 0h:00 do dia 25 de janeiro de 2019. (Processo: ARTESP 29.788/2018 - 1º ao 3º volume (SPDOC SLT 2173932/18), acompanha Proc. ARTESP 29422/18 - 1º ao 5º volume (SPDOC SLT 2145488/18).

Em 27 de maio de 2019, a ARTESP autorizou o início de trafegabilidade e operação com cobrança de tarifa de 2 (duas) praças de pedágio da ViaPaulista, localizadas na SP-255, implantadas no km 229+040 - Botucatu; km 306+000 - Itai, com início de operação a partir das 0h:00 do dia 29 de maio de 2019. (Processo: ARTESP 31.664/2019 - 1º aos 2º volumes SPDOC SLT 839804/19).

Em 04 de julho de 2019 foi assinado o Termo de Transferência do Sistema Remanescente, conforme descrito nos anexos 2 e 18 do Contrato de Concessão Rodoviária nº 0359/ARTESP/2017, em que o sistema rodoviário atualmente sob gestão da Concessionária Autovias S.A, composto pela Rodovia SP 255 do km 2+800 ao 83+200; Rodovia SP 318 km 235+400 ao 280; Rodovia SP 330 km 240+500 ao 318+500; Rodovia SP 334 km 318 ao 406; Rodovia SP 345 km 10+500 ao 36+000 foi transferido ao controle da ViaPaulista S.A. em conformidade com os autos do Processo Administrativo ARTESP nº 026.533/2018. Nesta data foi adicionado ao sistema rodoviário mais 5 praças de pedágio referente ao sistema remanescente.

Em 04 de fevereiro de 2020, a ARTESP autorizou o início de trafegabilidade e operação com cobrança de tarifa da praça de pedágio da ViaPaulista, localizada no km 254+374 da Rodovia Thales Lorena de Peixoto (SP-318), no município de São Carlos. (Processo: ARTESP 039.095/2019 - Protocolo 471.072/19).

A ViaPaulista assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão conforme descrito abaixo:

Notas Explicativas

- Duplicação da rodovia SP 255 do km 48+100 ao km 77+100, do km 83+200 ao km 137+950, do km 137+950 ao km 147+300, do km 155+770 ao km 179+600, do km 179+600 ao km 237+430, do km 288+190 ao km 297+250, do km 297+250 ao km 320 e do km 334+250 ao km 357+430;
- Duplicação da Rodovia SP 249 do km 144+150 ao km 158+400;
- Duplicação da Rodovia SP 318 do km 249 ao km 251 e do km 251 ao km 280;
- Pavimentação dos acessos SPA 321/334 do km 0 ao km 4+300 e SPA 334/334 do km 0 ao km 9+700.

Obrigações contratuais

Em decorrência dos contratos de concessão, as concessionárias estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito de outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nº 14 e nº 21, respectivamente.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão e nos termos aditivos e modificativos subsequentes dessas concessionárias estaduais, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M ou Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, dos dois o menor, ocorrida até 31 de maio.

Para a controlada ViaPaulista, as tarifas serão reajustadas anualmente com base na variação do IPCA, no mês de outubro de cada ano.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência do modelo de contrato da ViaPaulista, pela execução da fiscalização da concessão, a ARTESP fará jus ao recebimento de um valor mensal, pago pela ViaPaulista, equivalente a 3% (três por cento) sobre a totalidade da receita bruta percebidas pela ViaPaulista no mês imediatamente anterior ao pagamento. O valor anual pago a título de verba de fiscalização, no exercício findo de 31 de dezembro de 2022 foi de R\$17.429.

Investimentos

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos – melhorias na infraestrutura e recuperações e manutenções – conservas especiais, até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

31.12.2022						
Natureza dos custos	Autovias Previsão de 2023	Centrovias Previsão de 2023	Intervias Previsão de 2023 a 2028	Vianorte Previsão de 2023	ViaPaulista Previsão de 2023 a 2047	Total
Melhorias na infraestrutura	-	540	34.528	-	4.834.884	4.869.952
Conserva especial	-	-	264	-	1.753.945	1.754.209
	-	540	34.792	-	6.588.829	6.624.161
31.12.2021						
Natureza dos custos	Autovias Previsão de 2022	Centrovias Previsão de 2022	Intervias Previsão de 2022 a 2028	Vianorte Previsão de 2022	ViaPaulista Previsão de 2022 a 2047	Total
Melhorias na infraestrutura	15.501	127	25.660	15	4.608.737	4.650.040
Conserva especial	-	-	2.827	-	1.652.345	1.655.172

Notas Explicativas

15.501	127	28.487	15	6.261.082	6.305.212
--------	-----	--------	----	-----------	-----------

Concessionárias federais

Autopista Planalto Sul S.A. (“Planalto Sul”)

A Autopista Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040, bairro Industrial. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia;
- 48,3 km de terceira faixa;
- 13,72 km de vias laterais;
- Construção de 11 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO’s;
- Implantação ou reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Autopista Fluminense S.A. (“Fluminense”)

A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua XV de Novembro, nº 4, Sala 901, Torre Sul, Centro. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-101/km 252 - RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação da rodovia;
- 3,8 km de vias laterais;
- 28,3 km de variantes e contornos;
- Construção de 17 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 7 bases de serviços operacionais – BSO’s;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Relicitação

Em continuidade ao protocolo do pedido de adesão ao processo de relicitação divulgado em 19 de maio de 2020, no qual foi comunicada a intenção de sua controlada Fluminense de aderir ao processo de relicitação referente ao objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a Fluminense, que, tomou ciência em 09 de setembro de 2021 de que a Diretoria Geral da ANTT atestou pela viabilidade técnica e jurídica do requerimento da relicitação do empreendimento público federal do lote rodoviário BR-101/RJ, no trecho entre a divisa dos Estados do Rio de Janeiro/Espírito Santo/Ponte Presidente Costa e Silva. Ato subsequente, tal como previsto no Decreto nº 9957/19, o processo foi remetido para Ministério da Infraestrutura, que, declarou a compatibilidade do requerimento de relicitação. Ainda em cumprimento ao tramite previsto no Decreto, o Ministério da Infraestrutura remeteu

Notas Explicativas

o processo ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (“CPPI”), que, aos 16 de dezembro de 2021, opinou favoravelmente à relicitação.

Em 21 de março de 2022, foi assinado pelo Presidente da República, o Decreto de nº 11.005 que qualificou no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (“PPI”), o trecho concedido para fins de relicitação. Em 15 de junho de 2022, a ANTT publicou no Diário Oficial da União (“DOU”), a Deliberação de nº 201/2022, aprovando a celebração do 2º termo aditivo ao contrato de concessão com a concessionária Autopista Fluminense S.A., estabelecendo as obrigações relativas ao processo de relicitação do trecho concedido. O prazo final de vigência do 2º termo aditivo é de 24 meses contados da data de publicação do Decreto de nº 11.005 de 21 de março de 2022. O prazo de transição do processo de relicitação poderá ser prorrogado mediante deliberação do CPPI com anuência expressa da Fluminense.

Durante o período de transição que se inicia com a assinatura 2º termo aditivo, até a entrega da concessão ao novo operador, todos os serviços de atendimento aos usuários, prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação e monitoramento, e da execução dos investimentos essenciais contemplados no Contrato de Concessão Originário e mantidos no Anexo I do termo aditivo, continuarão a ser prestados e realizados normalmente, a fim de garantir a continuidade e a segurança dos serviços essenciais relacionados ao empreendimento. A Administração da Fluminense avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que os impactos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em decorrência dos fatos acima descritos, refletem as mudanças no modelo de negócio, de acordo com norma IFRIC 12 - *Service Concession Arrangements* (ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão), uma vez que a Fluminense passa a ter direito a uma indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, recebida ao final do período de transição e paga pelo poder concedente (ou a quem ele transferir essa obrigação), prevista para 24 meses após a data da assinatura do termo aditivo do contrato, conforme apresentado na nota explicativa nº10.

A Fluminense manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema.

Teste de Recuperabilidade de Ativos (*Impairment*)

A Fluminense testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Com o advento do processo de relicitação, o prazo de concessão foi reduzido para 24 meses, e como consequência, foi necessário o reconhecimento de uma provisão para redução ao valor recuperável de R\$684.645 (efeito não caixa), no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$27.826 em 31 de dezembro de 2021). Essa provisão foi registrada no resultado da Fluminense sob a rubrica “Provisão para Redução ao Valor Recuperável” em contrapartida ao saldo do ativo intangível conforme nota explicativa nº 14.

Autopista Fernão Dias S.A. (“Fernão Dias”)

A Fernão Dias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR-381, km 850,5, Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR 381 - MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fernão Dias está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa;
- 94,26 km de vias laterais;
- 8,3 km de variantes/contornos;
- Construção de 50 passarelas;
- Construção de 8 praças de pedágio;
- Construção de 12 bases de serviços operacionais – BSO’s;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia;

Notas Explicativas

- Implantação de 8 trevos em desnível em pista dupla;
- Implantação de 208.681 metros de defensas metálicas;
- Implantação de 62.556 metros de barreiras de concreto;
- Implantação de 1 retorno operacional;
- Remodelação do Sistema Viário entre o km 88 ao km 90,4;
- Recomposição de Talude em Gabião no Contorno de Betim (fora da faixa) – Córrego Santo Antônio;
- Adicional de 48 km de terceiras faixas.

Teste de Recuperabilidade de Ativos (*Impairment*)

A Fernão Dias testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Com o aumento dos custos na construção civil, e o crescimento do econômico do país não vem acompanhando esse crescimento nas mesmas proporções, gerou uma situação de desequilíbrio.

Como consequência, uma vez que a Fernão Dias segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro de uma provisão para desvalorização de ativos, no montante de R\$337.199 (efeito não caixa), no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa provisão foi registrada no resultado da Fernão Dias sob a rubrica “Provisão para Redução ao Valor Recuperável” em contrapartida ao saldo do ativo intangível conforme nota explicativa nº 14.

Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Régis Bittencourt”)

A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, nº 216. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia;
- 30 km de terceira faixa;
- 55 km de vias laterais;
- 26,4 km de variantes e contornos;
- Construção de 51 passarelas;
- Construção de 6 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO’s;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Autopista Litoral Sul S.A. (“Litoral Sul”)

A Litoral Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, situada na rua Francisco Munhoz Madrid, 625. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa;

Notas Explicativas

- 79,7 km de vias laterais;
- 94,7 km de variantes e contornos;
- Construção de 39 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais - BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Teste de Recuperabilidade de Ativos (Impairment)

A Litoral Sul testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Com o aumento dos custos na construção civil, e o crescimento do econômico do país não vem acompanhando esse crescimento nas mesmas proporções, gerou uma situação de desequilíbrio.

Como consequência, uma vez que a Litoral Sul segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro de uma provisão para desvalorização de ativos, no montante de R\$65.009 (efeito não caixa), no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa provisão foi registrada no resultado da Litoral Sul sob a rubrica "Provisão para Redução ao Valor Recuperável" em contrapartida ao saldo do ativo intangível conforme nota explicativa nº 14.

Obrigações contratuais

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro no caso da Litoral Sul, no mês de junho no caso da Fluminense e no mês de dezembro no caso da Planalto Sul, da Fernão Dias e da Régis Bittencourt, com base na variação do IPCA.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos dos contratos das concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

Concessionária	Valor anual	Valor no período da concessão
Planalto Sul	1.846	18.768
Fluminense	2.665	3.998
Fernão Dias	7.916	80.479
Régis Bittencourt	8.436	85.766
Litoral Sul	6.424	71.735
	<u>27.287</u>	<u>260.746</u>

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

Além do recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização, as concessionárias federais firmaram compromissos decorrentes do contrato de concessão como:

Notas Explicativas

- Assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- Assumir integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- Assumir integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- Assumir integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- Os estatutos sociais das concessionárias federais previam a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- Apresentar anualmente as demonstrações contábeis auditadas para a ANTT e publicá-las.

As concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Natureza dos custos	31.12.2022					
	Planalto Sul Previsão de 2023 a 2033	Fluminense Previsão de 2023 a 2024	Fernão Dias Previsão de 2023 a 2033	Régis Bittencourt Previsão de 2023 a 2033	Litoral Sul Previsão de 2023 a 2033	Total
Melhorias na infraestrutura	558.036	207.043	1.373.264	1.128.628	853.546	4.120.517
Recuperações/Manutenções	244.999	141.585	456.559	344.642	572.464	1.760.249
	<u>803.035</u>	<u>348.628</u>	<u>1.829.823</u>	<u>1.473.270</u>	<u>1.426.010</u>	<u>5.880.766</u>
Natureza dos custos	31.12.2021					
	Planalto Sul Previsão de 2022 a 2033	Fluminense Previsão de 2022 a 2024	Fernão Dias Previsão de 2022 a 2033	Régis Bittencourt Previsão de 2022 a 2033	Litoral Sul Previsão de 2022 a 2033	Total
Melhorias na infraestrutura	572.826	846.733	787.931	1.158.008	1.681.256	5.046.754
Recuperações/Manutenções	243.477	418.383	757.012	342.344	566.893	2.328.109
	<u>816.303</u>	<u>1.265.116</u>	<u>1.544.943</u>	<u>1.500.352</u>	<u>2.248.149</u>	<u>7.374.863</u>

A segregação das estimativas de investimentos foi elaborada conforme mencionado na nota explicativa nº 3 “Momento de reconhecimento do ativo intangível”.

As concessionárias federais vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2022 estas obras estão estimadas em R\$372.829 (R\$1.937.252 em 31 de dezembro de 2021), as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

No ano de 2022 as controladas Régis Bittencourt, Litoral Sul, Fernão Dias e Planalto Sul, informam que estão em negociações com a ANTT, para firmar um Termo de Ajuste de Conduta - “TAC”, a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante proposta de execução de obras não previstas no contrato de concessão. Mas, segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento até que o TAC seja assinado. Para a controlada Fluminense as negociações com a ANTT, tem objetivo de firmar um Termo de Ajuste de Conduta - “TAC”, a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante aceitação do abatimento do Ativo Financeiro da Fluminense obtendo uma redução de 40% dos valores apurados nos referidos processos. Até a data da presente divulgação não houve formalização de nenhum termo entre as partes.

A Sociedade e suas controladas avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. De acordo com o andamento

Notas Explicativas

do processo, a Sociedade e suas controladas espera que ajustes materiais possam ser reconhecidos nas demonstrações contábeis. A Sociedade e suas controladas seguem avaliando esse tema e, manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, identificadas como Controladora. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitido pelo *Internacional Accounting Standards Board* (“IASB”) e com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2023.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, o Grupo Arteris utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo Arteris e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

Notas Explicativas

(i) Julgamentos

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 e *International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC 12, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos contratos de concessão, segregando os investimentos em dois grupos:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 22 c.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

O Grupo Arteris reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente de cada concessão.

(ii) Estimativas

Determinação das receitas de construção

De acordo com o CPC 47 e IFRS 15, quando o Grupo Arteris contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras às controladas, de acordo com o progresso físico *Percentage of completion* - POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios.

O Grupo Arteris reconhece provisão para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, fiscais, regulatórios e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 22 a.

Notas Explicativas

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 8.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

4.1 Contratos de concessão de serviços

A natureza dos contratos de concessão do Grupo Arteris está descrita na nota explicativa nº 2.

4.1.1 Receitas

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidas nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis do Grupo Arteris que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pelo Grupo Arteris. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

4.1.2 Ativos intangíveis e ágio

O Grupo Arteris, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Notas Explicativas

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que o Grupo Arteris poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

4.2 Base de consolidação

4.2.1 Controladas

O Grupo Arteris controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo Arteris obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

4.2.2 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2.3 Combinação de negócios

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve transações qualificadas como combinação de negócios.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009

Como parte da transição para as IFRS e os CPC, a Sociedade optou por não rerepresentar as combinações de negócios anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o direito de outorga incorporado representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Esse direito de outorga incorporado foi alocado como parte do ativo intangível da concessão e é amortizado pelos critérios descritos na nota explicativa nº 14 c.

4.3 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo Arteris pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

4.4 Instrumentos financeiros

4.4.1 - Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo Arteris se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.4.2 - Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (conforme nota explicativa 29). No reconhecimento inicial, o Grupo Arteris pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Compensação

Notas Explicativas

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo Arteris tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4.3 - Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Sociedade, resumem-se a “swap” que visa exclusivamente à proteção dos fluxos de caixa dos financiamentos projetados em moeda estrangeira.

São mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é mensurado através das posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

4.5 Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2) / IFRS 16

No início de um contrato, avalia-se se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O Grupo Arteris amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, o Grupo Arteris mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo Arteris.

O Grupo Arteris determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo Arteris alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo Arteris optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

4.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Notas Explicativas

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 13, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.7 Outros ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, direito de outorga e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 14. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.8 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda.

Por tratar-se basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Notas Explicativas

Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

4.9 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

4.10 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Arteris seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Notas Explicativas

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.11 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Notas Explicativas

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.13 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

4.14 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023.

Não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo Arteris:

- (a) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- (b) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- (c) IFRS 17 Contratos de Seguros;
- (d) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2);
- (e) Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo Arteris.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>				
Caixa e contas bancárias	974	235	52.294	17.228
Aplicações financeiras*	191.612	43.330	979.812	1.287.673
Total	192.586	43.565	1.032.106	1.304.901
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021

Notas Explicativas

Aplicações financeiras

Fundos de investimentos**	99.593	20.040	543.613	419.587
	99.593	20.040	543.613	419.587

*Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 99,97% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,10% a.a. em 31 de dezembro de 2021). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade e de suas controladas.

**As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	Consolidado			
	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	188.246	-	162.867	-
Cupons de pedágio a receber	3.655	-	3.895	-
Cartões de pedágio a receber	1.252	-	1.030	-
Receitas acessórias a receber (a)	10.031	15.463	11.262	8.975
Outras receitas a receber (b)	684	491	83	450
Regulatórios a receber - Poder concedente	4.248	-	4.248	-
Total	208.116	15.954	183.385	9.425

- (a) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.
- (b) Referem-se a cheques devolvidos em cobranças e receitas acessórias judicializadas.

Cronograma de recebimento

	Consolidado			
	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	202.425	15.954	179.865	9.285
Créditos vencidos até 60 dias	2.539	-	2.640	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	486	-	58	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	962	-	721	-
Créditos vencidos há mais de 181 dias	1.704	-	101	140
	208.116	15.954	183.385	9.425

A Sociedade e suas controladas avaliam a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avaliam a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avaliam individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

Notas Explicativas

A Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perda esperada com recebíveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio das concessionárias.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (a)	129.240	79.723	207.096	130.412
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	27	1.111
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e CSLL sobre saldos negativos (b)	4.537	4.720	27.925	33.833
	133.777	84.443	235.048	165.356
Programa de Integração Social - PIS	4	-	685	1.750
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	20	-	7.197	11.198
Instituto nacional do seguro social - INSS	20	-	20	23
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	26	25	1.327	1.528
Outros	987	1.240	2.417	2.652
Total	1.057	1.265	11.646	17.151
Total geral	134.834	85.708	246.694	182.507
Total do circulante	49.881	42.119	98.291	65.090
Total do não circulante	84.953	43.589	148.403	117.417
	134.834	85.708	246.694	182.507

(a) Imposto de renda retido na fonte sobre mútuos e debêntures com partes relacionadas, que poderá ser compensado nos períodos subsequentes.

(b) Saldo negativo referente a apurações do exercício findo de 2022, ao ano calendário de 2021 e anteriores.

A recuperabilidade dos impostos reconhecidos no ativo circulante atende ao plano de utilização do Grupo Arteris dos próximos 12 meses, levando em consideração o histórico dos exercícios anteriores e compensação com outros tributos administrados pela receita federal.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Controladora	
	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.620.478)	(158.567)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	550.963	53.913
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	(509.679)	(45)

Notas Explicativas

Juros sobre o capital próprio	(12.394)	(19.409)
Outras diferenças permanentes	(12)	(1.909)
Variação cambial	(2.104)	(2.993)
Instrumento financeiro derivativo	4.266	4.012
Total	31.040	33.569

Impostos diferidos não constituídos	31.040	33.569
-------------------------------------	--------	--------

Consolidado		
	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.247.845)	(157.844)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	424.267	53.667
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(20.017)	(20.929)
Ajuste referente ao processo de relicitação - Lei 13.448/17	(484.526)	-
Variação cambial	(2.104)	(2.993)
Instrumento financeiro derivativo	4.266	4.012
Total	(78.114)	33.757

Impostos diferidos não constituídos	294.519	34.480
Despesa contabilizada	(372.633)	(723)

Despesas de imposto de renda e contribuição social:

Correntes	(155.610)	(109.246)
Diferido	(217.023)	108.523
	(372.633)	(723)

Alíquota efetiva de impostos	(30%)	(0%)
-------------------------------------	--------------	-------------

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas da controladora e da controlada Arteris Participações, que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o reconhecimento integral do ativo fiscal diferido. Há a baixa dos impostos diferidos em função do processo de relicitação da controlada Fluminense, que por meio da assinatura do termo aditivo resultou na redução do prazo de concessão, dessa forma, afetando o período de recuperabilidade dos impostos diferidos. Há também o efeito da baixa dos impostos diferidos em razão da provisão para redução ao valor recuperável da controlada Fernão Dias. O valor dos impostos diferidos não constituídos está acumulado em 31 de dezembro de 2022 em R\$130.925 para a controladora e R\$899.890 para o consolidado (R\$99.885 e R\$121.078 em 31 de dezembro de 2021), para os quais não existem prescrição.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos - consolidado

Saldo patrimonial representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo		Imposto de renda e contribuição social diferido passivo		Total	
<u>Não circulante</u>	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<u>Diferenças temporárias ativas</u>						
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	3.078.360	2.588.447	-	-	3.078.360	2.588.447
Provisão de participação nos lucros	36.625	29.572	2.528	2.239	39.153	31.811
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	87.800	113.429	2.550	1.643	90.350	115.072
Outras provisões	2.706	4.473	671	1.332	3.377	5.805

Notas Explicativas

Provisão para manutenção de rodovias	572.280	480.686	113	1.640	572.393	482.326
Amortização acumulada de obras futuras	45.110	35.124	-	-	45.110	35.124
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	39.540	30.772	-	-	39.540	30.772
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	-	(27)	-	-	-	(27)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	12.557	13.061	-	-	12.557	13.061
Arrendamentos	6.406	4.076	2.129	1.043	8.535	5.119
Valor Recuperável de Intangível e ativo financeiro	1.058.350	27.826	-	-	1.058.350	27.826
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (d)						
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	47.363	47.363	-	-	47.363	47.363
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(47.362)	(47.362)	-	-	(47.362)	(47.362)
Estorno de capitalização de juros	687	686	-	-	687	686
Amortização estorno de capitalização de juros	(303)	(264)	-	-	(303)	(264)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	4.940.119	3.327.863	7.991	7.897	4.948.110	3.335.760
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Total	1.679.640	1.131.473	2.717	2.685	1.682.357	1.134.158
Diferenças temporárias passivas						
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	(3.097)	-	-	-	(3.097)	-
Direito de concessão incorporado (c)	-	-	(6.661)	(7.971)	(6.661)	(7.971)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	5.907	5.672	-	-	5.907	5.672
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	-	(41)	-	-	-	(41)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (d)						
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(556.717)	(556.717)	(23.317)	(23.317)	(580.034)	(580.034)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	231.261	191.456	14.264	12.482	245.525	203.938
Estorno de capitalização de juros	686	686	-	-	686	686
Amortização estorno de capitalização de juros	(359)	(252)	-	-	(359)	(252)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(322.319)	(359.196)	(15.714)	(18.806)	(338.033)	(378.002)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Total	(109.588)	(122.127)	(5.343)	(6.394)	(114.931)	(128.521)
Total do imposto de renda e contribuição social	1.570.052	1.009.346	(2.626)	(3.709)	1.567.426	1.005.637
Impostos diferidos não constituídos	899.890	121.078	-	-	899.890	121.078
Total do imposto de renda e contribuição social	670.162	888.268	(2.626)	(3.709)	667.536	884.559

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros das concessionárias Planalto Sul, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul e ViaPaulista S.A. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio de cada concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização dos prejuízos fiscais dos impostos de renda e bases negativas da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final de cada concessão. O prejuízo fiscal das concessionárias Autovias e Vianorte serão compensados através de lucros fiscais futuros obtidos do rendimento de mútuos e debêntures privadas que essas sociedades possuem com a Arteris.

(b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

(c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do Livro de apuração do Lucro Real – LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações

Notas Explicativas

em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.

(d) Em 31 de dezembro de 2014 a Administração da Sociedade decidiu pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 conforme previsto. Dessa forma, as controladas da Sociedade congelaram os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis e passaram a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referente a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes - EBT*). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

	Prejuízo fiscal e base negativa (a)	
	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.12.2022	31.12.2021
Arteris (*)	376.281	284.987
Autovias	4.000	10.313
Centrovias	-	4.391
Vianorte	19.626	24.095
Planalto Sul	571.773	494.341
Fluminense (*)	851.453	554.952
Fernão Dias (**)	530.468	492.634
Régis Bittencourt	527.728	452.903
Litoral Sul	190.927	211.492
Latina Manutenção (***)	-	53.242
Arteris Participações (*)	6.104	5.098
	3.078.360	2.588.447

(*) Não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(**) Houve reconhecimento parcial de imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para prejuízo fiscal da Fernão Dias limitado ao valor recuperável desse prejuízo conforme as projeções de resultados futuros.

(***) Baixa referente ao encerramento das atividades da Controlada.

Movimentos de resultados representados por:

	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo fiscal e base negativa	489.912	330.850
Provisão de participação nos lucros	7.342	8.513
Provisão / (Reversão) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(27.820)	1.628
Direito de concessão incorporado	1.310	1.310
Outras reversões	(2.430)	(23.242)
Provisão / (Reversão) para manutenção de rodovias	90.067	(40.142)
Amortização acumulada de obras futuras	9.986	9.086
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	9.003	8.525
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	68	(21)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(504)	(504)
Arrendamentos	3.416	3.372
Valor Recuperável de Intangível e ativo financeiro	1.030.524	(49)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14		
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	41.587	34.477
Amortização estorno de capitalização de juros	(143)	(73)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	1.652.318	333.731

Notas Explicativas

Alíquota nominal	34%	34%
Total	561.788	113.468
Impostos diferidos não constituídos	778.811	4.945
Total do imposto de renda e contribuição social	(217.023)	108.523

A Controladora possui créditos fiscais, que não estão sendo constituídos devido a mesma ser uma *holding* e não gerar resultado tributável.

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade e suas controladas mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais assim como obrigações referentes a empréstimos e financiamentos.

Os valores dessas aplicações em 31 de dezembro de 2022 para a controladora são de R\$59.412 (R\$59.289 em dezembro de 2021) e R\$354.383 para o consolidado (R\$296.861 em 31 de dezembro de 2021), conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado					
	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Garantia Leaseback (*)	-	59.412	59.412	-	59.289	59.289
Debêntures	39.065	-	39.065	14.710	-	14.710
BNDES	-	255.906	255.906	-	222.862	222.862
	<u>39.065</u>	<u>315.318</u>	<u>354.383</u>	<u>14.710</u>	<u>282.151</u>	<u>296.861</u>

A seguir consta breve descrição dessas obrigações:

(*) Referente a Leaseback que a Controladora deve manter valor em conta vinculada referente a garantia de contrato de aluguel.

BNDES - Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias e Litoral Sul

As controladas Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias e Litoral Sul devem depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das suas receitas operacionais (entre 35% e 71% da arrecadação das praças de pedágio).

Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

As controladas citadas devem manter depositadas em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato de financiamento. Este valor é sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os recursos depositados estão aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 98,37% a.a. da variação do CDI (95,26% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

BNDES – ViaPaulista

A ViaPaulista deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 62% da arrecadação das praças de pedágio até 31 de dezembro de 2023. A partir de 1º de janeiro de 2024 esse percentual passará para 67% até 31 de dezembro de 2028. A partir de 1º de janeiro de 2029 até 31 de dezembro de 2034 esse percentual passará para 70%. A partir de 1º de janeiro de 2035 até o final e integral cumprimento das obrigações garantidas esse percentual passará para 73%.

Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva, pagamentos e taxas.

A Controladora deve manter depositada em conta pagamentos de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente para o pagamento da próxima parcela vincenda; na conta reserva, deverão ser mantidas parcelas vincendas nos três meses subsequentes, caso

Notas Explicativas

o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja igual ou superior a 1,3 ou até que seja medido o ICSD pela primeira vez; ou parcelas vincendas nos quatro meses subsequentes, caso o ICSD esteja menor do que 1,3 e igual ou superior a 1,2; ou parcelas vincendas nos cinco meses subsequentes, caso o ICSD esteja menor do que 1,2 e igual ou superior a 1,1, metodologia de acordo com o descrito em nota explicativa nº14; na conta Taxas, deverá manter o saldo mínimo para o pagamento das obrigações contratuais referente a parcela vincenda do Ônus Variável e Taxa de Fiscalização, equivalente a 6% da receita diária reconhecida.

Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

Além disso, a ViaPaulista deve manter na conta Conserva Especial, o montante referente ao que for maior entre o valor equivalente a (i) 75% da Provisão para Conservação Especial ou Manutenção; ou (ii) a 75% dos valores indicados para cada ano na tabela que consta no contrato de financiamento com o BNDES, corrigidos pelo IPCA.

10. ATIVO FINANCEIRO

Em 15 de junho de 2022, a ANTT aprovou celebração do 2º termo aditivo ao contrato de concessão com a Fluminense, estabelecendo as obrigações relativas ao processo de relicitação do trecho concedido.

Refletindo as mudanças no modelo de negócio, uma vez que a Fluminense passa a ter direito a uma indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, a ser recebida ao final do período de transição e paga pelo poder concedente (ou a quem ele transferir essa obrigação), previsto em até 24 meses da data de assinatura do termo aditivo do contrato.

Desta forma, com base em nosso julgamento, e com base nas informações disponíveis até o momento do encerramento dessas demonstrações contábeis, a parte que a Fluminense entende que pode reaver dos investimentos não amortizados mediante esta indenização, foi reclassificada de ativo intangível para ativo financeiro, tendo seu saldo atualizado desde a data da disponibilização de cada investimento pela inflação (IPCA).

Considerando que o processo de mensuração de ativos acabou de ser iniciado, os valores do ativo financeiro indenizável serão escopo de constante atualização a luz da evolução dos trabalhos internos, de forma que a Fluminense, no uso de seu melhor juízo e com base nas mais recentes estimativas, irá atualizar tempestivamente a informação e disponibilizá-la ao mercado nas demonstrações financeiras que se seguem.

	31.12.2021	Adições (a)	Remunerações (b)	Transferências / Reclassificações (c)	Outros (d)	31.12.2022
<u>Não circulante</u>						
Ativo financeiro indenizável	-	852.030	124.443	18.653	(247.169)	747.957
Total	-	852.030	124.443	18.653	(247.169)	747.957

- (a) Bifurcação inicial do ativo financeiro considerando os valores dos bens reversíveis, líquidos de suas amortizações.
- (b) Refere-se atualizações do ativo financeiro; multas regulatórias e projeções de perdas estimadas conforme Lei 13.448/17.
- (c) Refere-se a execução de obras indenizáveis de julho a dezembro 2022.
- (d) Redução ao valor recuperável Lei 13.448/17 no montante de R\$247.169 refere-se à: (i) R\$69.818 referente a perda entre diferença da tarifa de pedágio autorizada e tarifa de pedágio calculada (excedente tarifário); (ii) R\$1.586 referente a atualização financeira sobre o excedente tarifário; (iii) R\$175.765 referente a estimativa de perda prevista na lei nº 13.448/17 deduzidas do ativo financeiro.

Em 31 de dezembro de 2022, a parcela de longo prazo relativa ao ativo financeiro apresenta vencimento para 14 de junho de 2024. O valor de indenização está sujeito a realização de auditoria independente contratada pelo poder concedente que poderá ser diferente do valor estimado pela administração.

Notas Explicativas**11. INVESTIMENTOS**

Os saldos dos investimentos da controladora em suas controladas são representados como segue:

31.12.2022											
	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo total	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	191.474	7.778	205.679	213.457	14.899	7.084	21.983	727	10.075
Centrovias	101.483.834	100%	234.755	2.129	249.773	251.902	14.402	2.745	17.147	2.467	11.537
Intervias (*)	4.763.110	51%	247.519	176.957	1.508.793	1.685.750	324.497	1.113.734	1.438.231	563.730	175.780
Vianorte	1.132.038	100%	140.381	6.649	159.222	165.871	21.297	4.193	25.490	576	9.254
ViaPaulista	1.397.784.793	100%	1.407.273	170.771	3.272.444	3.443.215	250.121	1.785.821	2.035.942	785.537	23.589
Planalto Sul	1.721.076.003	100%	684.354	47.803	1.350.336	1.398.139	157.555	556.230	713.785	268.102	(45.826)
Fluminense	658.918.293	100%	(507.787)	29.088	1.017.167	1.046.255	206.101	1.347.941	1.554.042	377.951	(1.150.520)
Fernão Dias	2.284.105.562	100%	677.671	661.764	1.621.094	2.282.858	236.999	1.368.188	1.605.187	572.300	(442.700)
Régis Bittencourt	747.759.759	100%	686.432	67.873	2.635.900	2.703.773	192.729	1.824.612	2.017.341	708.939	(59.918)
Litoral Sul	1.710.337.729	100%	1.603.762	414.156	5.317.267	5.731.423	279.000	3.848.661	4.127.661	1.558.566	(13.675)
Latina Manutenção	-	100%	-	-	-	-	-	-	-	1.161	860
Arteris Participações	1.158	100%	123.793	4.634	121.284	125.918	2.125	-	2.125	-	85.430
31.12.2021											
	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo total	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	183.918	5.648	190.559	196.207	11.013	1.276	12.289	6.244	(462)
Centrovias	101.483.834	100%	226.103	8.438	231.092	239.530	11.046	2.381	13.427	7.309	806
Intervias (*)	4.763.110	51%	347.390	557.000	1.460.844	2.017.844	337.210	1.333.244	1.670.454	493.878	136.108
Vianorte	1.132.038	100%	133.441	5.930	149.789	155.719	18.975	3.303	22.278	9.229	357
ViaPaulista	1.397.784.793	100%	1.389.286	104.047	2.909.179	3.013.226	206.404	1.417.536	1.623.940	788.719	3.998
Planalto Sul	1.721.076.003	100%	730.180	25.231	1.354.924	1.380.155	143.125	506.850	649.975	242.946	(45.859)
Fluminense	658.918.293	100%	642.733	25.851	2.096.186	2.122.037	164.655	1.314.649	1.479.304	316.714	(90.720)
Fernão Dias	2.284.105.562	100%	1.120.371	54.853	2.008.602	2.063.455	309.267	633.817	943.084	499.484	(16.625)
Régis Bittencourt	666.255.515	100%	683.350	66.586	2.653.282	2.719.868	192.567	1.843.951	2.036.518	645.506	(78.911)
Litoral Sul	1.432.019.209	100%	1.261.773	1.004.670	4.183.263	5.187.933	271.784	3.654.376	3.926.160	1.278.561	107.697
Latina Manutenção	62.595.320	100%	48.085	53.150	1.651	54.801	3.326	3.390	6.716	19.074	(16.179)
Arteris Participações	1.158	100%	172.892	18.488	170.221	188.709	15.817	-	15.817	-	66.350

(*) 49% da participação pertence a Arteris Participações.

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos de investimentos na Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2021	Aporte / Devolução de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos	Equivalência patrimonial	Provisão para passivo descoberto	Saldo em 31.12.2022
Autovias	183.918	-	(2.519)	10.075	-	191.474
Centrovias	226.103	-	(2.885)	11.537	-	234.755
Intervias	177.169	-	(140.582)	89.648	-	126.235
Vianorte	133.441	-	(2.313)	9.253	-	140.381
ViaPaulista	1.389.286	-	(5.602)	23.589	-	1.407.273
Planalto Sul	730.180	-	-	(45.826)	-	684.354
Fluminense	642.733	-	-	(1.150.520)	507.787	-
Fernão Dias	1.120.371	-	-	(477.169)	-	643.202
Régis Bittencourt (*)	683.350	63.000	-	(59.918)	-	686.432
Litoral Sul (*)	1.261.773	370.000	(14.336)	3.988	-	1.621.425
Latina Manutenção (**)	48.085	(48.945)	-	860	-	-
Arteris Participações	172.892	-	(134.529)	85.428	-	123.791
Outros investimentos	19	-	-	-	-	19
Total	6.769.320	384.055	(302.766)	(1.499.055)	507.787	5.859.341

(*) Aporte de capital da Controladora para fazer frente aos investimentos realizados e a realizar pelas Controladas, Regis Bittencourt e Litoral Sul.

(**) Devolução de capital devido a encerramento de atividades da Controlada Latina Manutenção, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

	Controladora				
	Saldo em 31.12.2020	Aporte / Devolução de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2021
Autovias	184.381	-	-	(462)	183.918
Centrovias	225.498	-	(201)	806	226.103
Intervias	125.107	-	(17.354)	69.415	177.169
Vianorte	133.173	-	(89)	357	133.441
ViaPaulista	1.446.938	(60.700)	(950)	3.998	1.389.286
Planalto Sul	771.189	4.850	-	(45.859)	730.180
Fluminense	733.453	-	-	(90.720)	642.733
Fernão Dias	1.103.796	33.200	-	(16.625)	1.120.371
Régis Bittencourt	826.761	(64.500)	-	(78.911)	683.350
Litoral Sul	1.170.485	30.700	(47.109)	107.697	1.261.773
Latina Manutenção	79.264	(15.000)	-	(16.179)	48.085
Arteris Participações	122.884	-	(16.342)	66.350	172.892
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	6.922.948	(71.450)	(82.045)	(133)	6.769.320

Notas Explicativas**12. DIREITO DE USO**

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Controladora			
	Veículos (c)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso				
Saldo em 31.12.2021	341	46.438	-	46.779
Remensuração	713	5.084	-	5.797
Saldo em 31.12.2022	1.054	51.522	-	52.576
Amortização acumulada				
Saldo em 31.12.2021	(247)	(7.059)	-	(7.306)
Amortização	(332)	(3.993)	-	(4.325)
Saldo em 31.12.2022	(579)	(11.052)	-	(11.631)
Direito de uso líquido				
Saldo em 31.12.2021	94	39.379	-	39.473
Saldo em 31.12.2022	475	40.470	-	40.945
Taxas de amortização - a.a.	71%	5%	80%	

Notas Explicativas

	Controladora			
	Veículos (c)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso				
Saldo em 31.12.2020	2.488	41.952	328	44.768
Adições	293	4.038	17	4.348
Transferências/reclassificações	(1.667)	1.695	(28)	-
Baixas	(773)	(1.247)	(317)	(2.337)
Saldo em 31.12.2021	341	46.438	-	46.779
Amortização acumulada				
Saldo em 31.12.2020	(2.002)	(3.045)	(246)	(5.293)
Amortização	(332)	(3.707)	(71)	(4.110)
Transferências/reclassificações	1.552	(1.552)	-	-
Baixa	535	1.245	317	2.097
Saldo em 31.12.2021	(247)	(7.059)	-	(7.306)
Direito de uso líquido				
Saldo em 31.12.2020	486	38.907	82	39.475
Saldo em 31.12.2021	94	39.379	-	39.473
Taxas de amortização - a.a.	71%	5%	80%	

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31.12.2021	100.117	19.087	3.790	2.517	485	75.627	-	201.623
Remensuração	5.813	625	3.622	3.979	-	11.814	-	25.853
Adições	2.234	4.548	630	79.489	207	238	-	87.346
Baixas	-	(3.551)	(2.511)	(1.862)	(193)	(27)	-	(8.144)
Saldo em 31.12.2022	108.164	20.709	5.531	84.123	499	87.652	-	306.678
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2021	(21.798)	(4.735)	(2.938)	(1.975)	(356)	(10.684)	-	(42.486)
Amortização	(21.251)	(6.778)	(1.731)	(19.944)	(35)	(6.269)	-	(56.008)
Baixa	-	3.552	2.510	1.863	56	27	-	8.008
Saldo em 31.12.2022	(43.049)	(7.961)	(2.159)	(20.056)	(335)	(16.926)	-	(90.486)
Direito de uso líquido								
Saldo em 31.12.2021	78.319	14.352	852	542	129	64.943	-	159.137
Saldo em 31.12.2022	65.115	12.748	3.372	64.067	164	70.726	-	216.192
Taxas de amortização - a.a.	26%	34%	45%	51%	48%	24%	0%	

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31.12.2020	96.722	16.800	5.795	13.737	856	69.115	765	203.790
Remensuração	2.857	210	61	57	6	5.375	-	8.566
Adições	1.490	13.462	352	876	56	893	15	17.144
Transferências/reclassificações	8.468	-	(1.667)	(8.468)	-	2.130	(463)	-
Baixas	(9.420)	(11.385)	(751)	(3.685)	(433)	(1.886)	(317)	(27.877)
Saldo em 31.12.2021	100.117	19.087	3.790	2.517	485	75.627	-	201.623
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2020	(12.093)	(9.650)	(2.594)	(3.446)	(632)	(4.864)	(653)	(33.932)
Amortização	(18.514)	(6.610)	(2.402)	(2.894)	(120)	(5.695)	(69)	(36.304)
Transferências/reclassificações	(702)	-	1.552	702	-	(1.957)	405	-
Baixa	9.511	11.525	506	3.663	396	1.832	317	27.750
Saldo em 31.12.2021	(21.798)	(4.735)	(2.938)	(1.975)	(356)	(10.684)	-	(42.486)
Direito de uso líquido								
Saldo em 31.12.2020	84.629	7.150	3.201	10.291	224	64.251	112	169.858
Saldo em 31.12.2021	78.319	14.352	852	542	129	64.943	-	159.137
Taxas de amortização - a.a.	19%	31%	64%	68%	83%	34%	64%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
 (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
 (c) Refere-se a veículos administrativos.
 (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
 (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
 (f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.
 (g) Referem-se a locação de máquinas de café e itens diversos.

Notas Explicativas**13. IMOBILIZADO**

A movimentação é como segue:

	Controladora							
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2021	2.170	11.077	113	11.174	1.250	1.312	-	27.096
Adições	128	4.474	-	-	-	-	10	4.612
Transferências/Reclassificações (*)	-	10	-	-	1.336	-	-	1.346
Alienações/baixas	(7)	(96)	-	-	-	(1)	-	(104)
Saldo em 31.12.2022	2.291	15.465	113	11.174	2.586	1.311	10	32.950
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2021	(1.752)	(5.253)	(113)	(7.155)	(944)	(969)	-	(16.186)
Depreciações	(112)	(1.912)	-	(570)	(275)	(101)	-	(2.970)
Alienações/baixas	7	94	-	-	-	1	-	102
Saldo em 31.12.2022	(1.857)	(7.071)	(113)	(7.725)	(1.219)	(1.069)	-	(19.054)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2021	418	5.824	-	4.019	306	343	-	10.910
Saldo em 31.12.2022	434	8.394	-	3.449	1.367	242	10	13.896
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	10%		

Notas Explicativas

	Controladora							
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2020	2.178	10.505	223	11.182	1.250	1.312	-	26.650
Adições	-	587	-	-	-	-	5	592
Transferências/Reclassificações (*)	-	-	-	5	-	-	(5)	-
Alienações/baixas	(8)	(15)	(110)	(13)	-	-	-	(146)
Saldo em 31.12.2021	2.170	11.077	113	11.174	1.250	1.312	-	27.096
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2020	(1.641)	(3.693)	(223)	(6.585)	(829)	(854)	-	(13.825)
Depreciações	(119)	(1.570)	-	(583)	(115)	(115)	-	(2.502)
Alienações/baixas	8	10	110	13	-	-	-	141
Saldo em 31.12.2021	(1.752)	(5.253)	(113)	(7.155)	(944)	(969)	-	(16.186)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2020	537	6.812	-	4.597	421	458	-	12.825
Saldo em 31.12.2021	418	5.824	-	4.019	306	343	-	10.910
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	10%		

Notas Explicativas

	Consolidado								
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31.12.2021	15.810	40.447	7.416	16.454	667	24.795	1.714	8.143	115.446
Adições	558	12.584	3.256	523	-	598	-	885	18.404
Transferências/reclassificações (*)	7.844	217	530	2	-	311	-	(7.845)	1.059
Alienações/baixas	(27)	(511)	(468)	(6)	-	(1.920)	(1)	-	(2.933)
Saldo em 31.12.2022	24.185	52.737	10.734	16.973	667	23.784	1.713	1.183	131.976
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31.12.2021	(12.599)	(25.876)	(7.028)	(10.439)	-	(13.337)	(1.218)	-	(70.497)
Depreciações	(1.316)	(5.199)	(563)	(1.238)	-	(2.279)	(101)	-	(10.696)
Alienações/baixas	26	497	35	3	-	1.833	1	-	2.395
Saldo em 31.12.2022	(13.889)	(30.578)	(7.556)	(11.674)	-	(13.783)	(1.318)	-	(78.798)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31.12.2021	3.211	14.571	388	6.015	667	11.458	496	8.143	44.949
Saldo em 31.12.2022	10.296	22.159	3.178	5.299	667	10.001	395	1.183	53.178
Taxas de depreciação - a.a.	33%	31%	38%	16%		25%	13%		

Notas Explicativas

	Consolidado								
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31.12.2020	15.834	36.896	13.525	26.267	667	38.769	1.714	6.662	140.334
Adições	97	3.086	1	310	-	2.394	-	2.261	8.149
Transferências/reclassificações (*)	-	982	94	5	-	21	-	6	1.108
Alienações/baixas	(121)	(517)	(6.204)	(10.128)	-	(16.389)	-	(786)	(34.145)
Saldo em 31.12.2021	15.810	40.447	7.416	16.454	667	24.795	1.714	8.143	115.446
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31.12.2020	(12.083)	(22.326)	(11.440)	(19.394)	-	(22.983)	(1.078)	-	(89.304)
Depreciações	(626)	(3.985)	(865)	(1.134)	-	(1.311)	(115)	-	(8.036)
Transferências/reclassificações	-	-	-	25	-	-	(25)	-	-
Alienações/baixas	110	435	5.277	10.064	-	10.957	-	-	26.843
Saldo em 31.12.2021	(12.599)	(25.876)	(7.028)	(10.439)	-	(13.337)	(1.218)	-	(70.497)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31.12.2020	3.751	14.570	2.085	6.873	667	15.786	636	6.662	51.030
Saldo em 31.12.2021	3.211	14.571	388	6.015	667	11.458	496	8.143	44.949
Taxas de depreciação - a.a.	24%	23%	30%	15%		16%	13%		

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

Notas Explicativas**14. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO**

A movimentação é como segue:

	Controladora		
	<i>Software</i>	<i>Software em andamento</i>	<i>Total</i>
<u>Custo do intangível</u>			
Saldo em 31.12.2021	80.538	19.991	100.529
Adições	8.925	12.411	21.336
Transferências/Reclassificações (*)	6.686	(8.032)	(1.346)
Saldo em 31.12.2022	96.149	24.370	120.519
<u>Amortização acumulada</u>			
Saldo em 31.12.2021	(53.798)	-	(53.798)
Amortizações	(12.595)	-	(12.595)
Saldo em 31.12.2022	(66.393)	-	(66.393)
<u>Intangível líquido</u>			
Saldo em 31.12.2021	26.740	19.991	46.731
Saldo em 31.12.2022	29.756	24.370	54.126
Taxas de amortização - a.a.	20%		

	Controladora		
	<i>Software</i>	<i>Software em andamento</i>	<i>Total</i>
<u>Custo do intangível</u>			
Saldo em 31.12.2020	71.435	7.358	78.793
Adições	3.771	17.965	21.736
Transferências/Reclassificações (*)	5.332	(5.332)	-
Saldo em 31.12.2021	80.538	19.991	100.529
<u>Amortização acumulada</u>			
Saldo em 31.12.2020	(42.795)	-	(42.795)
Amortizações	(11.003)	-	(11.003)
Saldo em 31.12.2021	(53.798)	-	(53.798)
<u>Intangível líquido</u>			
Saldo em 31.12.2020	28.640	7.358	35.998
Saldo em 31.12.2021	26.740	19.991	46.731
Taxas de amortização - a.a.	20%		

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

Os saldos de intangíveis em andamento se referem a softwares em desenvolvimento.

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software (f)	Adiantamento fornecedores (d)	Total do intangível	Infraestrutura em construção (e)	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2021	17.183.041	1.853.513	130.144	145.072	45.974	19.357.744	2.988.922	22.346.666
Adições	628.726	-	-	29.952	148.331	807.009	1.402.699	2.209.708
Transferências/Reclassificações (*)	317.975	-	-	(1.346)	(76.014)	240.615	(241.674)	(1.059)
Alienações/baixas	(2.654)	-	-	(188)	(384)	(3.226)	-	(3.226)
Transferência ativo financeiro (g)	(1.435.481)	-	-	-	-	(1.435.481)	(189.120)	(1.624.601)
Redução ao valor recuperável (h)	(1.086.853)	-	-	-	-	(1.086.853)	-	(1.086.853)
Saldo em 31.12.2022	15.604.754	1.853.513	130.144	173.490	117.907	17.879.808	3.960.827	21.840.635
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2021	(7.168.341)	(480.499)	(119.212)	(82.895)	-	(7.850.947)	-	(7.850.947)
Amortizações	(882.295)	(53.821)	(2.433)	(16.562)	-	(955.111)	-	(955.111)
Alienações/baixas	1.059	-	-	163	-	1.222	-	1.222
Transferência ativo financeiro (g)	753.918	-	-	-	-	753.918	-	753.918
Saldo em 31.12.2022	(7.295.659)	(534.320)	(121.645)	(99.294)	-	(8.050.918)	-	(8.050.918)
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2021	10.014.700	1.373.014	10.932	62.177	45.974	11.506.797	2.988.922	14.495.719
Saldo em 31.12.2022	8.309.095	1.319.193	8.499	74.196	117.907	9.828.890	3.960.827	13.789.717
Taxas de amortização - a.a.	10%	4%	5%	18%				

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software (f)	Adiantamento fornecedores (d)	Total do intangível	Infraestrutura em construção (e)	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2020	16.112.985	1.853.513	130.144	121.059	14.890	18.232.591	2.341.122	20.573.713
Adições	629.162	-	-	27.633	71.237	728.032	1.084.199	1.812.231
Transferências/Reclassificações (*)	475.885	-	-	(607)	(39.987)	435.291	(436.399)	(1.108)
Alienações/baixas	(7.165)	-	-	(3.013)	(166)	(10.344)	-	(10.344)
Redução ao valor recuperável (h)	(27.826)	-	-	-	-	(27.826)	-	(27.826)
Saldo em 31.12.2021	17.183.041	1.853.513	130.144	145.072	45.974	19.357.744	2.988.922	22.346.666
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2020	(6.303.757)	(426.679)	(116.779)	(71.403)	-	(6.918.618)	-	(6.918.618)
Amortizações	(868.040)	(53.820)	(2.433)	(14.505)	-	(938.798)	-	(938.798)
Alienações/baixas	3.456	-	-	3.013	-	6.469	-	6.469
Saldo em 31.12.2021	(7.168.341)	(480.499)	(119.212)	(82.895)	-	(7.850.947)	-	(7.850.947)
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2020	9.809.228	1.426.834	13.365	49.656	14.890	11.313.973	2.341.122	13.655.095
Saldo em 31.12.2021	10.014.700	1.373.014	10.932	62.177	45.974	11.506.797	2.988.922	14.495.719
Taxas de amortização - a.a.	6%	4%	5%	19%				

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Arteris complementou no montante de R\$361.498 (R\$186.134 em 31 de dezembro de 2021) o valor justo das infraestruturas em construção tomando como base os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte das infraestruturas em construção. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2022 foi de 4,69% a.a. e em 2021 5,44% a.a., do total de juros provisionados no período.

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o prazo final de cada concessão.

Notas Explicativas

- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 21.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Intervias. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.
- (d) Adiantamento de fornecedores e infraestruturas em construção, referem-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política do Grupo Arteris é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza a duplicação da BR101/RJ, o contorno de Florianópolis, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outras obras.
- (e) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.
- (f) Refere-se a renovação de licenças da *Microsoft Windows e Office* para todas as empresas do Grupo Arteris.
- (g) Reclassificação para ativo financeiro dos ativos reversíveis, vide nota explicativa nº10.
- (h) Foram realizadas projeções de fluxos de caixas futuros (análise de *impairment*), o qual indicou a necessidade de registro de uma provisão para desvalorização de ativos, motivando a realização de uma provisão de redução ao valor recuperável, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
Fluminense	684.645	27.826
Fernão Dias	337.199	-
Litoral Sul	65.009	-
	<u>1.086.853</u>	<u>27.826</u>

Análise de *impairment*

O Grupo Arteris efetuou teste de *impairment* durante o exercício de 2022 para todas suas controladas de acordo com os requisitos do CPC 01/IAS 36.

Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, para cada uma das concessionárias que tenham apresentado tais indícios, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2022.

Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram realizados e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa das Sociedades são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade para cada UGC, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em Reais, considerando efeitos inflacionários: 5,03% em 2023, 4,15% em 2024 e 3,63% de 2025 até 2033.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital após impostos é de 8,83% em 31 de dezembro de 2022 (8,5% em 31 de dezembro de 2021).

Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em qualquer premissa acarretará uma perda adicional.

Notas Explicativas**15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

As movimentações de empréstimos e financiamentos são como segue:

Controladora								
Referência	Sociedade	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2022	31.12.2021
(b)	Arteris	US\$	Capital de giro	Var Cambial + 0,9550% a.a.	mar-22	Sem garantia	-	279.605
							-	279.605
Consolidado								
Referência	Sociedade	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2022	31.12.2021
(b)	Arteris	US\$	Capital de giro	Var Cambial + 0,9550% a.a.	mar-22	Sem garantia	-	279.605
(c)	ViaPaulista	Real	Arrendamento Mercantil Financeiro	1,2482% a.m.	nov-25	Objeto do contrato Veículo Volvo XC40 8 Ultimate	384	-
(c)	ViaPaulista	Real	Arrendamento Mercantil Financeiro	1,2323 a.m.%	dez-25	Objeto do contrato Veículo Chevrolet Bolt Premier	251	-
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,58% a.a.	dez-25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	110.187	150.781
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,62% a.a.	mar-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	27.920	32.929
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+8,99% a.a.	jan-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	18.132	20.605
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP a.a.	jan-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	203	243

Notas Explicativas

(a)	Fluminense	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,45% a.a.	dez-24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	101.930	166.695
(a)	Fluminense	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP e TJLP+2,45% a.a.	nov-26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	219.868	246.243
(a)	Fernão Dias	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,05% a.a.	mar-26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	-	289.580
(a)	Fernão Dias	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,25% a.a.	dez-29	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	-	118.730
(a)	ViaPaulista	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+6,42% a.a.	set-45	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	1.304.564	994.312
Subtotal							1.782.804	2.020.118
Custo de transação							(45.293)	(45.792)
Total Geral							1.737.511	1.974.326
Circulante							205.298	568.814
Não circulante							1.532.848	1.685.117
Total							1.738.146	2.253.931

Notas Explicativas

Moeda estrangeira	Controladora / Consolidado			
	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Total	Circulante	Total
Saldo inicial	279.605	279.605	521.282	521.282
Captações/Renovações	-	-	285.210	285.210
Juros e variações monetárias provisionados	600	600	5.383	5.383
Imposto de renda retido sobre juros	(69)	(69)	(852)	(852)
Amortização de principal	(239.525)	(239.525)	(552.385)	(552.385)
Pagamento de juros	(978)	(978)	(5.857)	(5.857)
Variação cambial	(39.633)	(39.633)	26.824	26.824
Saldo final	-	-	279.605	279.605

Moeda nacional	Consolidado					
	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo inicial	292.169	1.727.949	2.020.118	545.892	2.182.982	2.728.874
Captações/Renovações	180	283.461	283.641	-	90.000	90.000
Juros e variações monetárias provisionados	152.504	68.106	220.610	255.100	-	255.100
Amortização de principal	(595.312)	-	(595.312)	(884.835)	-	(884.835)
Pagamento de juros	(145.618)	-	(145.618)	(169.021)	-	(169.021)
Transferência	504.039	(504.039)	-	545.033	(545.033)	-
	207.962	1.575.477	1.783.439	292.169	1.727.949	2.020.118
Custo de transação	(2.664)	(42.629)	(45.293)	(2.960)	(42.832)	(45.792)
Saldo final	205.298	1.532.848	1.738.146	289.209	1.685.117	1.974.326

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

(b) Contrato de empréstimos em moeda estrangeira na modalidade 4131 no valor de US\$50.000, celebrado junto ao *The Bank of Nova Scotia*. Para proteção da exposição à variação cambial, a Sociedade contratou também, na mesma data de contratação do empréstimo, operações de “swap” junto ao Scotia Bank do Brasil de forma a converter a variação cambial acrescida do *spread* pré-fixado de 0,9550% ao ano para CDI+1,25% ao ano. Os recursos obtidos foram destinados à execução do plano de investimentos do grupo e reforço de capital de giro. Os contratos foram liquidados conforme vencimentos e as operações de “swap” atreladas a estes empréstimos, foram liquidadas na mesma data.

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas brutas dos custos de transações apresentadas no passivo não circulante relativas aos empréstimos e financiamentos do consolidado possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2023	157.138
2024	174.227
2025	125.367
2026	88.304
Após 2026	1.030.441
	1.575.477

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES, possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

Notas Explicativas

1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:

a) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA - <i>Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais

b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

E, exclusivamente para os contratos da Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias e Autopista Litoral sul:

2) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre Patrimônio Líquido e "Passivo Total"

3) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes:

i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora;

ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e

iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente.

A Sociedade e suas controladas estão cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

16. RISCO SACADO

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo consolidado é de R\$0 (R\$10.778 em 31 de dezembro de 2021) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com fornecedores da Sociedade e suas controladas que aderirem ao contrato, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, em troca de poderem efetuar a antecipação dos seus recebíveis descontando os valores junto ao banco, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra as controladas para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite consolidado de R\$48.000 e taxa média de desconto para os fornecedores anteciparem seus recebíveis de 0,60% ao mês em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Notas Explicativas

17. DEBÊNTURES

As movimentações das debêntures são como segue:

Controladora							
Sociedade	Moeda	série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2022	31.12.2021
Arteris	Real	5ª emissão - 3ª série	161.540	IPCA + 5,09% a.a.	out-24	215.999	204.634
Arteris	Real	9ª emissão - 1ª série	450.000	IPCA + 4,8392% a.a.	set-27	541.143	511.639
Arteris	Real	9ª emissão - 2ª série	1.004.000	CDI + 2,50% a.a.	set-25	1.049.392	1.032.383
Arteris	Real	11ª emissão - série única	1.000.000	CDI + 1,65% a.a.	mar-27	1.044.486	-
						<u>2.851.020</u>	<u>1.748.656</u>
					Custo de transação	(21.392)	(22.975)
					Total geral	<u>2.829.628</u>	<u>1.725.681</u>
					Circulante	538.766	31.714
					Não Circulante	2.290.862	1.693.967
					Total	<u>2.829.628</u>	<u>1.725.681</u>
Consolidado							
Sociedade	Moeda	série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2022	31.12.2021
Arteris	Real	5ª emissão - 3ª série	161.540	IPCA + 5,09% a.a.	out-24	215.999	204.634
Arteris	Real	9ª emissão - 1ª série	450.000	IPCA + 4,8392% a.a.	set-27	541.143	511.639
Arteris	Real	9ª emissão - 2ª série	1.004.000	CDI + 2,50% a.a.	set-25	1.049.392	1.032.383
Arteris	Real	11ª emissão - série única	1.000.000	CDI + 1,65% a.a.	mar-27	1.044.486	-
						<u>2.851.020</u>	<u>1.748.656</u>
Intervias	Real	5ª emissão - 2ª Série	191.177	CDI+0,90% a.a.	mai-23	97.264	193.428
Intervias	Real	5ª emissão - 3ª Série	282.813	CDI+1,35% a.a.	mai-25	287.935	286.310
Intervias	Real	5ª emissão - 4ª Série	126.010	IPCA+6,76% a.a.	mai-25	164.564	155.884
Intervias	Real	7ª emissão - Série única	400.000	CDI+0,69% a.a.	set-24	276.252	408.391
Intervias	Real	8ª emissão - Série única	500.000	CDI+1,66% a.a.	mai-26	511.008	507.290
						<u>1.337.023</u>	<u>1.551.303</u>
ViaPaulista	Real	2ª emissão - série única	400.000	IPCA + 3,9407% a.a.	jun-27	351.824	384.164
						<u>351.824</u>	<u>384.164</u>
Planalto Sul	Real	2ª emissão - Série única	100.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez-25	136.099	155.993
						<u>136.099</u>	<u>155.993</u>

Notas Explicativas

Fernão Dias	Real	4ª emissão - Série única	65.000	IPCA+7,53% a.a.	set-26	-	106.526
Fernão Dias	Real	9ª emissão - Série única	1.000.000	IPCA+6,38%	set-31	1.020.459	-
						<u>1.020.459</u>	<u>106.526</u>
Régis Bittencourt	Real	8ª emissão - 1ª Série	1.000.000	IPCA + 4,5% a.a.	jun-31	1.295.127	1.239.233
Régis Bittencourt	Real	8ª emissão - 2ª Série	700.000	CDI + 0,86% a.a.	jun-27	618.626	692.201
						<u>1.913.753</u>	<u>1.931.434</u>
Litoral Sul	Real	10ª emissão - 1ª Série	245.980	CDI+1,55%	out-31	1.903.558	1.795.787
Litoral Sul	Real	10ª emissão - 2ª Série	1.754.020	IPCA+5,8550%	out-28	253.364	249.263
						<u>2.156.922</u>	<u>2.045.050</u>
Subtotal						<u>9.767.100</u>	<u>7.923.126</u>
Custo de transação						(169.097)	(168.109)
Total geral						<u>9.598.003</u>	<u>7.755.017</u>
Circulante						1.050.286	447.782
Não Circulante						8.547.717	7.307.235
Total						<u>9.598.003</u>	<u>7.755.017</u>

Moeda nacional	Controladora					
	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em inicial	37.604	1.711.052	1.748.656	14.161	1.643.840	1.658.001
Captações/Renovações	-	1.000.000	1.000.000	-	-	-
Juros e variações monetárias provisionados	245.167	88.489	333.656	102.374	67.214	169.588
Pagamento de juros	(231.292)	-	(231.292)	(78.933)	-	(78.933)
Transferência	493.760	(493.760)	-	2	(2)	-
	<u>545.239</u>	<u>2.305.781</u>	<u>2.851.020</u>	<u>37.604</u>	<u>1.711.052</u>	<u>1.748.656</u>
Custo de transação	(6.473)	(14.919)	(21.392)	(5.890)	(17.085)	(22.975)
Saldo final	<u>538.766</u>	<u>2.290.862</u>	<u>2.829.628</u>	<u>31.714</u>	<u>1.693.967</u>	<u>1.725.681</u>

Moeda nacional	Consolidado					
	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total

Notas Explicativas

Saldo em inicial	471.987	7.451.139	7.923.126	225.326	4.928.769	5.154.095
Captações/Renovações	-	2.000.000	2.000.000	-	3.050.000	3.050.000
Juros e variações monetárias provisionados	746.278	324.561	1.070.839	318.376	326.561	644.937
Amortização de principal	(508.169)	-	(508.169)	(681.288)	-	(681.288)
Pagamento de juros	(718.696)	-	(718.696)	(229.851)	(14.767)	(244.618)
Transferência	1.085.753	(1.085.753)	-	839.424	(839.424)	-
	1.077.153	8.689.947	9.767.100	471.987	7.451.139	7.923.126
Custo de transação	(26.867)	(142.230)	(169.097)	(24.205)	(143.904)	(168.109)
Saldo final	1.050.286	8.547.717	9.598.003	447.782	7.307.235	7.755.017

As debêntures da 5ª, 7ª e 8ª emissões da Intervias, não possuem garantias.

As debêntures da 1ª e 2ª séries da 9ª emissão e 11ª emissão série única da Sociedade não possuem garantias, já as debêntures da 1ª e 3ª séries da 5ª emissão são garantidas por:

1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Arteris Participações.
2. Cessão fiduciária de 100% do fluxo de dividendos da Intervias.

As debêntures da 4ª e 9ª emissão da Fernão Dias e da 2ª emissão da Planalto Sul são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

As debêntures da 2ª emissão da ViaPaulista são garantidas por:

1. Fiança integral e solidária da Arteris S.A.

As debentures da 1ª e 2ª séries da 8ª emissão da Autopista Régis Bittencourt são garantidas por:

1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Autopista Régis Bittencourt
2. Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Autopista Régis Bittencourt
3. Direitos Emergentes da concessão

As debêntures da 10ª emissão da Autopista Litoral Sul são garantidas por:

1. Fiança integral e solidária da Arteris S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas brutas dos custos de transações apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2023	437.329	1.089.125
2024	668.000	1.473.040
2025	600.226	1.213.733
2026	600.226	1.278.934
2027	-	3.635.115
Total	2.305.781	8.689.947

Notas Explicativas

As debêntures de emissão da Sociedade, assim como as de emissão de suas controladas, contêm cláusulas restritivas, que caso não cumpridas, podem ensejar em vencimento antecipado conforme estipulados nas cláusulas das escrituras de emissão de cada uma dessas emissões, as quais estão devidamente arquivadas na CVM.

Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade e suas controladas, estão adimplentes em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As escrituras de emissão da 5ª, 9ª e 11ª emissão de debêntures da Controladora possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo:

(a) Apresentar trimestralmente, índice de alavancagem consolidado menor ou igual a 4,5, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida consolidada}}{(\text{EBITDA Ajustado consolidado} - \text{Ônus fixo pago consolidado})}$$

Onde:

(i) Dívida Líquida consolidada = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades.

(ii) EBITDA Ajustado consolidado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice

(iii) Ônus Fixo Pago consolidado = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo, deduzidos os pagamentos realizados ao poder concedente no âmbito da Rodovia dos Calçados e pagamentos realizados ao poder concedente no âmbito de leilões de novas licitações.

E exclusivamente para a 5ª emissão de debentures:

(a) Apresentar trimestralmente, índice de cobertura de despesa financeira consolidado maior ou igual a 1,3, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Cobertura despesa financeira} = \frac{(\text{EBITDA Ajustado Consolidado} - \text{Ônus fixo pago consolidado})}{(\text{Despesas Financeiras})}$$

Onde:

(i) EBITDA Ajustado consolidado = lucro (prejuízo) líquido consolidado antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice

(ii) Ônus Fixo Pago consolidado = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo consolidado, deduzidos os pagamentos realizados ao poder concedente no âmbito da Rodovia dos Calçados e pagamentos realizados ao poder concedente no âmbito de leilões de novas licitações.

(iii) Despesas Financeiras = o conjunto das despesas financeiras consolidadas, conforme indicado nas demonstrações contábeis consolidadas.

As escrituras de emissão da 5ª e 7ª emissão de debêntures da Intervias, da 2ª emissão da ViaPaulista, da 2ª emissão da Autopista Planalto Sul, da 4ª emissão da Autopista Fernão Dias e da 8ª emissão da Autopista Régis Bittencourt possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo:

Autopista Planalto Sul e Autopista Fernão Dias

Notas Explicativas

Possuem as mesmas cláusulas restritivas dos contratos com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Empréstimos e Financiamentos.

Intervias

(b) Apresentar trimestralmente, índice de alavancagem menor ou igual a 3,5, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{(\text{EBITDA Ajustado} - \text{Ônus fixo pago})}$$

Onde:

(j) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades.

(jj) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice

(jjj) Ônus Fixo Pago = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo.

(c) Apresentar trimestralmente, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Disponibilidades} + \text{FCAO}}{\text{Dívida Curto Prazo}}$$

Onde:

(i) Disponibilidades = saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(ii) FCAO = Fluxo de Caixa de Atividade Operacionais apresentado no fluxo de caixa indireto da Emissora dos últimos 12 (doze) meses

(iii) Dívida Curto Prazo = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures vincenda nos 12 (doze) meses subsequentes ao período de apuração.

ViaPaulista

Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social

Notas Explicativas

(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

(b) A relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

(c) A Arteris S.A., na condição de fiadora, deve apresentar trimestralmente índice de alavancagem consolidado menor ou igual a 4,5 o qual é calculado de acordo com a fórmula exposta na seção das debêntures da Controladora.

Autopista Régis Bittencourt

1 Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,2, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{(\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{CAPEX})}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

(i) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice

(ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD

(iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens “Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado” e “Aquisições de Itens do Intangível” do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto

(b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

2 A partir do exercício social de 2027, apresentar trimestralmente índice de alavancagem, de acordo com cada ano, menor ou igual a:

3,0 – 2027

2,5 – 2028

2,0 – 2029

1,5 – 2030

1,0 – 2031

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{\text{EBITDA Ajustado}}$$

Onde:

(i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures menos todas as disponibilidades.

(ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul

Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:

- (a) a Sociedade estiver em mora com relação a qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Ativo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).
- (c) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,2, o qual será acompanhado trimestralmente e calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{(\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{CAPEX})}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

- (i) EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice;
- (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD; e
- (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens “Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado” e “Aquisições de Itens do Intangível” do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto.

Ressalvado, entretanto, o pagamento no montante de R\$415.000 devido pela Sociedade à acionista ou o pagamento de dividendo legal obrigatório, ainda sob a forma de juros sob capital próprio, previsto no Estatuto Social da Sociedade.

- (d) a Sociedade deverá apresentar trimestralmente índice de alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado), de acordo com cada ano, menor ou igual a:

4,5 – entre 2021 e 2023
4,0 – em 2024
3,5 – em 2025
3,0 – em 2026
2,5 – em 2027
2,0 – entre 2028 e 2029
1,0 – entre 2030 e 2031

Onde:

- (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures menos todas as disponibilidades de caixa; e
- (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

A Sociedade e suas controladas estão cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro e execução do plano de investimentos do Grupo Arteris.

Os saldos e transações realizadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Controladas				
Contas a receber:				
Autovias S.A. (a)	7	23	-	-
Centrovias S.A. (a)	1.156	1.288	-	-
Intervias S.A. (a)	3.865	3.774	-	-
Planalto Sul S.A. (a)	1.832	1.812	-	-
Fluminense S.A. (a)	2.494	2.317	-	-
Fernão Dias S.A. (a)	4.070	3.600	-	-
Régis Bittencourt S.A. (a)	4.503	4.385	-	-
Litoral Sul S.A. (a)	6.434	5.319	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	-	58	-	-
ViaPaulista S.A. (a)	5.406	960	-	-
Outras partes relacionadas:				
Contas a receber:				
PDC Participações S.A.	128	65	128	65
Sociedade para Participação em Infraestrutura, S.A.	8	-	8	-
Contas a receber de partes relacionadas circulante	29.903	23.601	136	65
Juros sobre capital próprio:				
Autovias S.A. (d)	7.257	7.257	-	-
Centrovias S.A. (d)	6.231	6.231	-	-
Intervias S.A. (d)	3.240	3.231	-	-
Vianorte S.A. (d)	17.067	17.067	-	-
Litoral Sul S.A. (d)	25.711	27.416	-	-
Arteris Participações (d)	1.646	5.369	-	-
ViaPaulista S.A. (d)	3.400	-	-	-
Juros sobre capital próprio a receber	64.552	66.571	-	-
Dividendos a receber:				
Autovias S.A. (d)	2.937	418	-	-
Centrovias S.A. (d)	3.086	201	-	-
Intervias S.A. (d)	-	13.631	-	-
Vianorte S.A. (d)	2.403	89	-	-
Arteris Participações (d)	-	10.090	-	-
ViaPaulista S.A. (d)	1.602	949	-	-
Dividendos a receber	10.028	25.378	-	-
Total parte relacionada no ativo circulante	104.483	115.550	136	65
Ativo não circulante	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Mútuos a receber:				
Litoral Sul S.A. (b)	755.620	676.154	-	-

Notas Explicativas

Debêntures a receber:

Planalto Sul S.A. (j)	296.449	168.581	-	-
Fluminense S.A. (e)	1.040.061	887.874	-	-
Fernão Dias S.A. (k)	302.104	152.739	-	-
Litoral Sul S.A. (f)	869.343	876.002	-	-

Créditos financeiros com controladas não circulante

3.263.577	2.761.350	-	-
------------------	------------------	---	---

Total do ativo não circulante

3.263.577	2.761.350	-	-
------------------	------------------	---	---

Passivo circulante

31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
-------------------	-------------------	-------------------	-------------------

Controladas

Contas a pagar:

Autovias S.A. (a)	8	-	-	-
Intervias S.A. (a)	2	-	-	-
Fernão Dias S.A. (a)	-	10	-	-
ViaPaulista S.A. (a)	-	9	-	-

Passivos com partes relacionadas circulante

10	19	-	-
-----------	-----------	---	---

Total do passivo circulante

10	19	-	-
-----------	-----------	---	---

Passivo não circulante

31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
-------------------	-------------------	-------------------	-------------------

Mútuos a pagar:

Autovias S.A. (c)	47.529	46.944	-	-
Centrovias S.A. (c)	105.047	101.213	-	-
Vianorte S.A. (c)	137.476	123.861	-	-

Debêntures a pagar:

Autovias S.A. (h)	140.385	125.442	-	-
Centrovias S.A. (i)	131.049	117.263	-	-
Intervias S.A. (g)	923.962	821.317	-	-

Empréstimos partes relacionadas não circulante

1.485.448	1.336.040	-	-
------------------	------------------	---	---

Total do passivo não circulante

1.485.448	1.336.040	-	-
------------------	------------------	---	---

A movimentação dos empréstimos com partes relacionadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão representados conforme abaixo:

Controladora						
Ativos Circulante e Não Circulante	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	2.761.350	2.761.350	-	2.484.575	2.484.575
Captações/Liberação	-	265.400	265.400	-	343.246	343.246
Juros provisionados	-	396.273	396.273	75	152.655	152.730
Amortização/Recebimento de principal	-	(77.735)	(77.735)	(83.500)	(54.004)	(137.504)
Pagamento/Recebimento de juros	-	(22.264)	(22.264)	(927)	(57.996)	(58.923)
Imposto de renda retido na fonte	-	(59.447)	(59.447)	118	(22.892)	(22.774)
Transferências	-	-	-	84.234	(84.234)	-
Saldo final	-	3.263.577	3.263.577	-	2.761.350	2.761.350

Notas Explicativas

Passivos Circulante e Não Circulante	Controladora					
	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	1.336.040	1.336.040	650.928	492.079	1.143.007
Captações/Liberação	-	-	-	-	360.000	360.000
Juros provisionados	-	192.093	192.093	19.830	59.537	79.367
Amortização/Recebimento de principal	(1.470)	-	(1.470)	(215.198)	-	(215.198)
Pagamento/Recebimento de juros	(7.530)	(4.765)	(12.295)	(18.006)	(1.181)	(19.187)
Imposto de renda retido na fonte	-	(28.920)	(28.920)	(2.974)	(8.975)	(11.949)
Transferências	9.000	(9.000)	-	(434.580)	434.580	-
Saldo final	-	1.485.448	1.485.448	-	1.336.040	1.336.040

(a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Sociedade adota um critério de rateio de custos da “Holding”, baseando-se na receita das controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados sem cobrança de taxas administrativas, com vencimento médio de 45 dias. A partir de 2019 os gastos com investimentos que forem rateados para as empresas do grupo serão proporcionais aos investimentos de cada empresa.

(b) Contratos de mútuo ativo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais *spread* de 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros e principal a partir de dezembro de 2024.

(c) Contratos de mútuo passivo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais *spread* de 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros e principal, em dezembro de 2024 para Vianorte, Autovias e Centrovias.

(d) Refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

(e) Refere-se a instrumento particular de escritura de 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissão de debêntures simples, de série única, não conversível em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Fluminense e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Fluminense. Os referidos títulos da 2ª, 3ª e 4ª serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,5% ao ano, já o título da 5ª emissão é remunerado a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1% ao ano e da 6ª emissão é remunerado a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1% ao ano entre a data de emissão e o dia 30 de junho de 2021 e a partir de 01 abril de 2021 o *spread* passa para 1,6% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos para 31 de dezembro 2024.

(f) Refere-se a instrumentos particulares de escritura de 2ª 3ª, 4ª 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Litoral Sul e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Litoral Sul. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do “*spread*” de 1,4% ao ano para a 2ª emissão, 1% ao ano para a 6ª, 7ª e 8ª emissão e de 1,5% ao ano para as demais, todas com vencimento do principal e juros para 31 de dezembro de 2024.

(g) Refere-se a instrumento particular de escritura de 4ª, 6ª, 8ª e 10ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Intervias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 2,0% ao ano para a 4ª emissão, 1,2% ao ano para a 6ª emissão e 1,0% para a 8ª e 10ª emissão, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2024.

(h) Refere-se a instrumento particular de escritura de 7ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Autovias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,2% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2024.

(i) Refere-se a instrumento particular de escritura de 7ª e 8ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Centrovias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,2% ao ano para a 7ª emissão e 1,0% ao ano para a 8ª emissão, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2024.

Notas Explicativas

(j) Referem-se a 5ª e 6ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Planalto Sul para execução do plano de investimentos emitidas em 20 de maio de 2019 e 5 de fevereiro de 2020, respectivamente. Os referidos títulos são remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread* de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2024.

(k) Refere-se da 5ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Fernão Dias para execução do plano de investimentos emitidas em 20 de maio de 2019. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread* respectivamente de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2024.

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias Ltda. realizou até 31 de maio de 2022, data do seu encerramento, obras exclusivamente nas rodovias das concessionárias do Grupo Arteris, em território nacional, registradas no intangível das concessionárias do Grupo Arteris, que no consolidado representam o valor de R\$450 (R\$22.439 em 31 de dezembro de 2021).

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade reconheceu na Controladora o montante de R\$118 (R\$678 em 31 de dezembro de 2021) na Controladora, já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e de R\$20.990 (R\$26.066 em 31 de dezembro de 2021) no Consolidado, a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Remuneração com encargos	16.666	16.039
Participação nos resultados	3.726	4.860
Incentivo de longo prazo	598	5.167
Total	20.990	26.066

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$22.274 para o Consolidado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pelo Grupo Arteris e suas controladas com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

19. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	Controladora					
	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	2.698	39.042	41.740	617	39.696	40.313
Remensuração	-	5.743	5.743	-	2.792	2.792
Adições/reversões	-	54	54	-	1.556	1.556
Utilização (*)	(7.699)	-	(7.699)	(7.217)	-	(7.217)
Ajuste a valor presente - AVP	4.485	-	4.485	4.296	-	4.296
Transferência	4.212	(4.212)	-	5.002	(5.002)	-
Saldo final	3.696	40.627	44.323	2.698	39.042	41.740

Notas Explicativas

	Consolidado					
	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	30.255	136.130	166.385	30.122	142.184	172.306
Remensuração	8.503	17.093	25.596	1.428	7.002	8.430
Adições/reversões	51.919	35.684	87.603	5.076	12.204	17.280
Utilização (*)	(70.209)	-	(70.209)	(46.298)	(36)	(46.334)
Ajuste a valor presente - AVP	18.591	-	18.591	14.703	-	14.703
Transferência	39.823	(39.823)	-	25.224	(25.224)	-
Saldo final	78.882	149.084	227.966	30.255	136.130	166.385

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2023	1.883	45.130
2024	1.802	32.345
2025	1.802	7.901
2026	1.802	2.790
Após 2026	33.338	60.918
	40.627	149.084

Em 31 de dezembro de 2022, não houve despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos na controladora. No consolidado é como segue:

	Consolidado			
	31.12.2022		31.12.2021	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Guinchos	77	-	80	-
Veículos operacionais	-	-	3	-
Computadores e periféricos	-	-	90	-
Imóveis	18	-	54	-
Outros	31	206	72	190
Total	126	206	299	190

(*) Das utilizações os pagamentos efetuados no período findo em 31 de dezembro de 2022 referente aos arrendamentos foram de R\$7.036 para a controladora e R\$62.385 para o consolidado (R\$6.616 e R\$42.775, respectivamente, para 31 de dezembro de 2021).

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são respectivamente R\$1.158 e R\$5.336 para PIS e Cofins (R\$765 e R3.521, respectivamente, para 31 de dezembro de 2021).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a taxa média consolidada é de 9,49% a.a. (9,10% em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade excluídos os financiamentos do BNDES.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Grupo Arteris concede a seus empregados a participação nos lucros e resultado anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e

Notas Explicativas

apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados “PPR” registrados em 31 de dezembro de 2022, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$14.786 na Controladora (R\$13.984 em 31 de dezembro de 2021) e R\$34.359 no consolidado (R\$31.811 em 31 de dezembro de 2021).

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, *Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA consolidado e por entidade do Grupo Arteris, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

O Grupo Arteris provê a seus empregados benefícios de assistência médica, assistência odontológica e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

21. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente. Para a controlada ViaPaulista, refere-se ao valor do ônus da concessão, devido à ARTESP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões foram liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias, e em março de 1998 pela Vianorte, onde a Autovias, a Centrovias e a Vianorte foram totalmente liquidadas em 2019 e a Intervias teve as parcelas liquidadas neste período. Os montantes foram reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento foi efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

O valor do ônus da controlada ViaPaulista foi liquidado em duas parcelas, sendo que a primeira foi paga na data da assinatura do contrato, em conjunto com o ágio ofertado corrigido, e a segunda parcela da outorga fixa foi liquidada na data da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente e foi corrigida desde a data base do contrato em outubro de 2017.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

		Consolidado	
		Valor presente	
Circulante		31.12.2022	31.12.2021
Intervias	Parcela variável (a)/(b)	1.006	933
ViaPaulista	Parcela variável (c)	1.585	1.435
Total		2.591	2.368

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da ARTESP prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas das concessionárias).

(b) Valor variável correspondente a 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

(c) Valor variável correspondente a 3,0% da receita bruta de pedágio mensal.

O valor do ônus da concessão da Intervias foi liquidado em 240 parcelas mensais sendo a última em janeiro de 2020.

Os valores pagos pelas controladas da Sociedade no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 ao Poder Concedente estão assim representados:

31.12.2022		
Outorga		
	Fixa	Variável
Intervias	-	11.936
ViaPaulista	-	17.429
Total	-	29.365

Notas Explicativas

	31.12.2021		
	Outorga		
	Fixa	Variável	Valor pago
Intervias	-	10.514	10.514
ViaPaulista	-	14.578	14.578
Total	-	25.092	25.092

22. PROVISÕESa) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos individuais e consolidados dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme segue:

	Controladora				
	31.12.2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos
Cíveis	-	400	-	(400)	-
Trabalhistas	-	3.097	-	-	3.097
Total	-	3.497	-	(400)	3.097

	Consolidado				
	31.12.2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos
Cíveis	39.115	31.143	(8.376)	(19.230)	4.836
Trabalhistas	9.369	14.101	(3.329)	(12.645)	104
Regulatório	66.472	18.418	(42.366)	(9.976)	5.453
Fiscal	116	285	(131)	(45)	131
Total	115.072	63.947	(54.202)	(41.896)	10.524

	Consolidado				
	30.12.2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos
Cíveis	37.516	30.123	(13.809)	(17.983)	3.268
Trabalhistas	13.167	15.030	(8.274)	(10.554)	-
Regulatório	63.005	10.206	(8.979)	(2.625)	4.865
Fiscal	-	356	(213)	(27)	-
Total	113.688	55.715	(31.275)	(31.189)	8.133

As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros. Na esfera trabalhista, em sua maioria referem-se a processos de responsabilidade solidária sobre contratações de terceiros em obras nas concessionárias.

No regulatório, os principais movimentos referem-se a processos administrativos e judiciais relativos a ANTT e ARTESP. Periodicamente as concessionárias realizam revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos internos totalizando R\$38.001 (R\$66.472 em 31 de dezembro de 2021). A Sociedade informa ainda que os processos regulatórios prováveis, possíveis e remotos são objeto de negociação de TAC de multas conforme mencionado na nota explicativa 2.

Notas Explicativas

No exercício de 2022 ocorreram arquivamentos de processos regulatórios administrativos, sancionatórios de possíveis não conformidades, os quais foram apresentadas teses jurídicas aceitas de inexecução parcial, moratória única, Bis in Idem e irretroatividade da Resolução 4.071/2013, o Grupo Arteris continua apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento.

Existem ainda outros processos regulatórios com a ANTT e ARTESP cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos internos da Sociedade e que totalizam R\$124.227 (R\$95.306 em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados abaixo:

Possíveis	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Cíveis (*)	104	-	127.061	50.392
Trabalhistas	883	65	5.242	6.660
Ambiental	-	-	5.184	4.867
Fiscal	4.469	3.068	38.209	20.184
Total	5.456	3.133	175.696	82.103

(*) Os processos possíveis classificados como cíveis advêm em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

Em 31 de dezembro de 2022 os depósitos judiciais de R\$9.599 e R\$98.391, na Controladora e no Consolidado, respectivamente, (R\$8.341 e R\$96.832, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais em que não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto, exceto no Consolidado onde o montante de R\$1.244 está relacionado a processos cujo prognóstico de perda é provável e as provisões foram registradas pelo Grupo Arteris.

O saldo referente aos depósitos de naturezas diversas, das concessionárias estaduais, federais e da Controladora é composto da seguinte forma:

Depósitos Judiciais	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Regulatório	-	-	667	667
Cível	2.411	2.411	87.264	84.810
Trabalhista	39	28	2.767	4.908
Fiscal	7.149	5.902	7.693	6.447
Total	9.599	8.341	98.391	96.832

b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021, considerando os valores da próxima intervenção de acordo com o contrato de concessão, para as federais temos ciclos de 4 anos, estaduais de 6 anos e especificamente para a ViaPaulista os ciclos são de 5 anos.

c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme segue:

Notas Explicativas

Provisões	Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2021	95.321	218.822	126.969	263.504	222.290	482.326
Adições/Reversões	(1.744)	126.199	17.198	213.668	15.454	339.867
Utilizações	(305)	(282.247)	-	-	(305)	(282.247)
Ajuste a valor presente	4.129	16.648	5.127	15.799	9.256	32.447
Transferências	(12.950)	140.906	12.950	(140.906)	-	-
Saldo em 31.12.2022	84.451	220.328	162.244	352.065	246.695	572.393

Provisões	Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2020	80.664	285.884	124.656	236.584	205.320	522.468
Adições/Reversões	-	53.242	8.576	188.926	8.576	242.168
Utilizações	(1.024)	(306.448)	-	-	(1.024)	(306.448)
Ajuste a valor presente	1.433	8.660	7.985	14.150	9.418	22.810
Transferências	14.248	177.484	(14.248)	(176.156)	-	1.328
Saldo em 31.12.2021	95.321	218.822	126.969	263.504	222.290	482.326

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referente às manutenções realizadas foram de R\$278.309 (R\$299.697 em 31 de dezembro de 2021).

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDOCapital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$5.353.848 (R\$5.353.848 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 760.338.900 (760.338.900 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias sem valor nominal.

Em 21 de setembro de 2021 foi aprovado aumento de capital através de AGE no valor de R\$250.000 com emissão de 28.857.626 ações novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas em moeda corrente nacional.

Reserva legal e retenção de lucros - Controladora

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos - Controladora

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem

Notas Explicativas

do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade não constituiu dividendos mínimos obrigatórios devido a apuração de prejuízo no exercício de 2022.

24. RECEITAS

A conciliação entre receita bruta e receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Receita de serviços prestados	3.213.273	2.935.650
Receita de serviços de construção	1.731.079	1.559.256
Outras receitas	59.440	53.168
Remuneração do ativo financeiro (*)	124.443	-
	5.128.235	4.548.074
Receita bruta	5.128.235	4.548.074
ISSQN	(163.974)	(147.824)
PIS	(21.715)	(19.410)
COFINS	(100.227)	(89.585)
Outras deduções	(3.424)	(2.666)
Receita líquida	4.838.895	4.288.589

(*) Remuneração do ativo financeiro reconhecido pela controlada Fluminense em razão do processo de relicitação, conforme previsto no artigo 12 da Resolução 5.860/2019 que prevê que os valores dos bens indenizáveis serão reajustados pelo IPCA, a partir da data em que o ativo estiver disponível para uso, até a data da extinção antecipada do contrato de concessão.

25. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Custos:		
Com pessoal	(200.613)	(189.488)
Serviços de terceiros	(148.591)	(139.509)
Conservação	(145.124)	(145.504)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(18.893)	(16.483)
Consumo	(34.429)	(34.541)
Transportes	(42.181)	(30.848)
Verba de fiscalização	(79.753)	(71.132)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(2.180)	(1.759)
Seguros / Garantias	(23.602)	(18.928)
Ônus variável	(29.588)	(25.393)
Provisão de manutenção em rodovias	(339.867)	(243.096)
Custos de serviços da construção	(1.731.079)	(1.559.256)

Notas Explicativas

Depreciação / Amortização	(939.802)	(905.103)
Amortização da Outorga	(53.820)	(53.820)
Outros	(5.452)	(5.090)
Total	(3.794.974)	(3.439.950)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(378)	(1.011)	(107.818)	(102.634)
Serviços de terceiros	795	(4.528)	(22.517)	(23.638)
Manutenção de bens e conservação	(7)	2	(12.428)	(11.805)
Consumo	(183)	(15)	(10.238)	(10.124)
Transportes	(16)	7	(946)	(513)
Seguros/Garantias	(20)	(29)	(307)	(300)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(3.497)	-	(8.705)	(22.004)
Comunicação e marketing	-	-	(2.866)	(2.875)
Indenizações à terceiros	-	-	(878)	(513)
Publicações legais	-	-	(1.418)	(2.204)
Depreciação / Amortização	(19.261)	(17.067)	(27.564)	(23.666)
Outros	(232)	2	(21.890)	(7.184)
Total	(22.799)	(22.639)	(217.575)	(207.460)

26. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras:				
Juros ativos	396.273	152.730	-	-
Aplicações financeiras	73.291	5.773	245.766	65.780
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	-	-	21
Créditos fiscais	1.946	910	6.110	2.162
Outras receitas	-	-	235	1.613
Total	471.510	159.413	252.111	69.576

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Encargos financeiros (*)	(526.349)	(254.338)	(918.382)	(719.286)
Atualização monetária do ônus da concessão	-	-	(1.587)	-
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(4.485)	(4.296)	(60.346)	(47.258)
Atualização monetária	-	-	(846)	-
Outras despesas	(34.254)	(21.421)	(88.995)	(69.589)
Total	(565.088)	(280.055)	(1.070.156)	(836.133)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Outros resultados financeiros líquidos:				
Variação cambial líquida	39.649	(26.886)	39.641	(27.192)

Notas Explicativas

Operações de <i>swap</i> liquidas	(46.727)	5.374	(46.727)	5.374
Ajustes a valor de mercado de derivativos líquidos	800	5.153	800	5.153
Total	(6.278)	(16.359)	(6.286)	(16.665)

(*) Do total dos juros de empréstimos e financiamentos e debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$1.279.880, o Grupo Arteris complementou o montante de R\$361.498 (R\$905.420 e R\$186.134 em 31 de dezembro de 2021) o valor justo das infraestruturas em construção tomando como base os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte das infraestruturas em construção. Do montante complementado em 2022, devido a relicitação da Fluminense, R\$1.816 foi considerado como despesa operacional, na rubrica “outras despesas operacionais” redutora do ativo financeiro.

27. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Total das adições de intangível e Infraestrutura em construção (b)	2.209.708	1.812.231
Total das adições de imobilizado (a)	18.404	8.149
Juros capitalizados - Mútuos e Debêntures privadas (b)	(126.075)	(35.295)
Juros capitalizados - Financiamentos (b)	(41.480)	(72.510)
Juros capitalizados - Debêntures (b)	(193.943)	(78.329)
	1.866.614	1.634.246
Aquisição (adições)	(1.866.614)	(1.634.246)
Depósitos judiciais para desapropriação	-	(2.339)
Fornecedores	49.000	75.139
Obrigações fiscais	12.121	58.461
Contas a pagar - partes relacionadas	5.382	(13.200)
Cauções contratuais	(14.938)	7.536
Realização manutenção IFRIC 12 em rodovias	(282.247)	(306.448)
Reversão (provisão) para investimentos em rodovias	15.149	7.552
	(2.082.147)	(1.807.545)
Fluxo de caixa imobilizado	(18.404)	(8.149)
Fluxo de caixa intangível	(2.063.743)	(1.799.396)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(2.082.147)	(1.807.545)

Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:

Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(215.533)	(173.299)
--	-----------	-----------

(a) Vide nota explicativa nº 13.

(b) Vide nota explicativa nº 14.

Notas Explicativas

28. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo do prejuízo, prejuízo básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Básico/Diluído				
Prejuízo líquido do exercício	(1.620.478)	(158.567)	(1.620.478)	(158.567)
Número de ações durante exercício	760.339	739.467	760.339	739.467
Prejuízo por ação	(2,1313)	(0,2144)	(2,1313)	(0,2144)

Os quadros abaixo apresentam as médias ponderadas das ações:

Exercício						
Evento	Data	Dias (evento e final do exercício)	%	Ações emitidas no ano	Saldo atual de ações	Média ponderada de ações
	31.12.2021				760.338.900	760.338.900
Ata AGE	31.12.2021	365	100,00%	-	760.338.900	-
	31.12.2022	365			-	760.338.900
Média ponderada (em milhares)						760.339

Exercício						
Evento	Data	Dias (evento e final do exercício)	%	Ações emitidas no ano	Saldo atual de ações	Média ponderada de ações
	31.12.2020				731.481.274	731.481.274
Ata AGE	21.09.2021	101	27,67%	28.857.626	760.338.900	7.985.261
	31.12.2021	365			-	739.466.535
Média ponderada (em milhares)						739.467

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	Controladora			
			31.12.2022		31.12.2021	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	192.586	192.586	43.565	43.565
Aplicação financeira	Nível 2	1	99.593	99.593	20.040	20.040
Contas a receber de partes relacionadas	Nível 2	2	29.903	29.903	23.601	23.601
Empréstimos a receber de partes relacionadas	Nível 2	2	3.263.577	3.263.577	2.761.350	2.761.350
Juros sobre capital próprio receber	Nível 2	2	64.552	64.552	66.571	66.571
Dividendos a receber	Nível 2	2	10.028	10.028	25.378	25.378
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	59.412	59.412	59.289	59.289
Outros créditos	Nível 2	2	1.220	1.220	364	364
			3.720.871	3.720.871	3.000.158	3.000.158

Notas Explicativas

Passivo						
Empréstimos moeda estrangeira	Nível 2	2	-	-	279.605	279.605
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	2	1.485.448	1.485.448	1.336.040	1.336.040
Instrumento financeiro derivativo passivo	Nível 2	1	-	-	12.536	12.536
Contas a pagar de partes relacionadas	Nível 2	2	10	10	19	19
Debêntures **	Nível 2	1	2.851.020	2.932.036	1.748.656	1.682.289
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	13.048	13.048	7.853	7.853
Outras contas a pagar	Nível 2	2	11.337	11.337	21.128	21.128
Arrendamento mercantil a pagar ***	Nível 2	2	44.323	44.323	41.740	41.740
			4.405.186	4.486.202	3.447.577	3.381.210

** Valor bruto

*** Não é escopo do CPC 48

			Consolidado			
			31.12.2022		31.12.2021	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	1.032.106	1.032.106	1.304.901	1.304.901
Aplicação financeira	Nível 2	1	543.613	543.613	419.587	419.587
Contas a receber clientes	Nível 2	2	208.116	208.116	183.385	183.385
Contas a receber de partes relacionadas	Nível 2	2	136	136	65	65
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	354.383	354.383	296.861	296.861
Outros créditos	Nível 2	2	27.539	27.539	19.021	19.021
			2.913.850	2.165.893	2.223.820	2.223.820
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	2	1.782.804	1.782.804	2.020.118	2.020.118
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	2	-	-	10.778	10.778
Empréstimos moeda estrangeira	Nível 2	2	-	-	279.605	279.605
Instrumento financeiro derivativo passivo	Nível 2	1	-	-	12.536	12.536
Debêntures **	Nível 2	1	9.767.100	10.869.930	7.923.126	7.923.126
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	325.832	325.832	258.908	258.908
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	6.838	6.838	6.225	6.225
Credores pela concessão	Nível 2	2	2.591	2.591	2.368	2.368
Outras contas a pagar	Nível 2	2	47.024	47.024	130.516	130.516
Arrendamento mercantil a pagar ***	Nível 2	2	227.966	227.966	166.385	166.385
			12.160.155	13.262.985	10.810.565	10.810.565

** Valor bruto

*** Não é escopo do CPC48/IFRS 9

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Notas Explicativas

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

O Grupo Arteris avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pelo Grupo Arteris com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos mútuos a receber, a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas do Grupo Arteris, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado

No decorrer do período ocorreram liquidações dos contratos de empréstimos.

	Valor de referência (nacional) R\$ mil	31.12.2021	Swap	Ajuste a valor justo	Pagamento	Recebimento	31.12.2022
SWAP-Scotia Bank	-	(12.536)	(46.726)	799	58.463	-	-
Total		(12.536)	(46.726)	799	58.463	-	-

Instrumento financeiro derivativo

A Sociedade possui derivativos do tipo “*swap*” contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira.

Houve a liquidação das operações “*swap*” atreladas a empréstimos liquidadas nos respectivos meses de vencimento.

	Controladora / Consolidado			
	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor Principal (Notional)	Valor justo	Valor Principal (Notional)	Valor justo
Ponta Ativa:				
Posição Comprada Dólar	-	-	279.610	279.777
Total	-	-	279.610	279.777
Ponta Passiva:				
Taxa CDI pós-fixada	-	-	291.450	292.313
Total	-	-	291.450	292.313

Notas Explicativas

Instrumento financeiro derivativo líquido	-	-	(11.840)	(12.536)
--	----------	----------	-----------------	-----------------

A operação de “*swap*” financeiro consiste na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI pós-fixado.

Para o instrumento financeiro derivativo mantido pela Sociedade em 31 de dezembro de 2022, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não por meio da BM&FBOVESPA, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos são baseadas na taxa contratada na operação para a ponta pré-fixada em dólar e nas curvas de juros futuro divulgada pela BM&FBOVESPA somada ao *spread* da operação para a ponta pós fixada em CDI. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando a curva de mercado de “*swap*” DI x dólar e pela curva futura de juros zero cupom, ambas divulgadas pela BM&FBOVESPA. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito do Grupo Arteris e da contraparte, calculado com base nos *spreads* de crédito derivados de *credit default* “*swaps*” ou preços atuais de títulos negociados.

30. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo Arteris ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno

a) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

A característica deste instrumento e os riscos aos quais estão atrelados estão descritos a seguir:

A Sociedade está exposta ao risco de câmbio resultante de instrumentos financeiros em moedas diferentes de suas moedas funcionais. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade está exposta basicamente ao risco de flutuação do dólar norte-americano. Para proteger a exposição cambial, a Sociedade contratou operação com instrumento financeiro derivativo do tipo “*swap*”. O derivativo contratado pela Sociedade deverá limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o período em curso.

Em 31 de dezembro de 2022, o balanço patrimonial da Controladora e Consolidado inclui contas denominadas em moeda estrangeira que representam um passivo de R\$0 (R\$279.605 em 31 de dezembro de 2021). Essas contas são protegidas com o derivativo tipo “*swap*”.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50%, e redução de (-25%) nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Controladora				
Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases				
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (-25%)
CDI	12,25%	15,31%	18,38%	9,19%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(302.071)	(366.856)	(431.640)	(237.286)
Receita de aplicações financeiras	73.856	92.320	110.784	55.392
Receita financeira de mútuo (*)	444.905	546.082	647.262	343.626
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(198.552)	(242.782)	(287.012)	(154.320)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	18.138	28.764	39.394	7.412
IPCA	5,31%	6,64%	7,97%	3,98%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(79.366)	(89.911)	(100.455)	(68.821)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(79.366)	(89.911)	(100.455)	(68.821)
Juros a incorrer líquido	(61.228)	(61.147)	(61.061)	(61.409)

Consolidado				
Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases				
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (-25%)
CDI	12,25%	15,31%	18,38%	9,19%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(567.609)	(693.773)	(819.937)	(394.888)
Receita de aplicações financeiras	212.836	266.042	319.252	159.547
Juros a incorrer - Notas Promissórias (*)	(31.037)	(38.796)	(46.556)	(23.277)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(385.810)	(466.527)	(547.241)	(258.618)
TJLP	7,37%	9,21%	11,06%	5,53%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(46.185)	(54.873)	(63.562)	(37.498)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(46.185)	(54.873)	(63.562)	(37.498)
IPCA	5,31%	6,64%	7,97%	3,98%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(214.924)	(245.567)	(276.208)	(184.281)
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(420.681)	(485.739)	(550.795)	(355.623)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(635.605)	(731.306)	(827.003)	(539.904)
Juros a incorrer líquido	(1.067.600)	(1.252.706)	(1.437.806)	(836.020)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 13 de janeiro de 2023, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco do Grupo Arteris incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição do Grupo Arteris ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias o Grupo Arteris interromper a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2022 as controladas apresentavam valores a receber no valor de R\$188.246 (R\$162.867 em 31 de dezembro de 2021) das empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (“Sem Parar”), Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registradas na rubrica “Contas a receber”.

As controladas possuem cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo Arteris irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo Arteris na gestão do risco de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo Arteris.

O risco de liquidez é gerenciado pela Controladora, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

O Grupo Arteris reconheceu um prejuízo de R\$ 1.620.478 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 158.567 em 31 de dezembro de 2021), nesta data o passivo circulante excedeu o ativo circulante, respectivamente para a controladora e para o consolidado em, R\$158.703 e R\$225.827, e, em 2021, para a controladora excedeu em R\$ 144.101, enquanto para o consolidado o capital circulante líquido se apresentava positivo.

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais.

A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Controladora Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	9,09%	44.323	115.279	1.979	5.937	4.888	9.570	92.905
Partes relacionadas	15,51%	1.485.448	1.715.898	-	-	1.715.898	-	-
Debêntures - CDI	15,51%	2.093.878	2.798.942	152.528	414.951	440.402	1.346.447	444.614
Debêntures - IPCA	11,70%	757.142	1.143.902	12.694	246.841	150.308	382.405	351.654
Fornecedores e cauções contratuais	-	13.048	13.048	816	2.445	9.787	-	-
Fornecedores partes relacionadas	-	10	10	10	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	11.337	11.337	297	888	3.854	600	5.698
		4.405.186	5.798.416	168.324	671.062	2.325.137	1.739.022	894.871

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Consolidado Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
BNDES Automático	11,95%	1.782.804	1.792.893	57.638	166.753	224.510	229.428	1.114.564
Leasing Financeiro	15,83%	635	635	185	-	206	244	-
Arrendamento mercantil a pagar	9,39%	227.966	315.202	33.642	51.721	50.058	57.661	122.120
Debêntures - CDI	15,51%	4.138.327	7.753.273	542.643	581.988	1.028.599	2.683.221	2.916.822
Debêntures - IPCA	11,70%	5.628.773	6.369.767	145.041	498.645	664.104	3.129.680	1.932.297
Fornecedores e cauções contratuais	-	325.832	329.857	294.290	10.833	24.734	-	-
Credores pela concessão	-	2.591	2.591	2.591	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	47.024	47.024	35.984	888	3.854	600	5.698
		12.153.952	16.611.242	1.112.014	1.310.828	1.996.065	6.100.834	6.091.501

Notas Explicativas

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, os quais requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em construção civil e concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2, nº 4 e nº 17.

a) Demonstração do resultado por segmento

Resultado	31.12.2022						
	Concessão	Construção Civil	Participações	Total	Holding	Eliminações	Saldo consolidado
Receita líquida	4.838.895	1.161	1.161	4.840.056	-	1.161	4.838.895
Custos	(2.801.400)	(6)	(2.801.352)	(2.801.406)	-	(54)	(2.801.352)
Custos de depreciação/amortização	(993.567)	(55)	(993.622)	(993.622)	-	-	(993.622)
Lucro (prejuízo) bruto	1.043.928	1.100	(3.793.813)	1.045.028	-	1.107	1.043.921
Despesas gerais e administrativas	(1.450.148)	(1.791)	(105)	(1.451.939)	(3.538)	(2.955)	(1.452.627)
Despesas de depreciação/amortização	(8.224)	(79)	-	(8.303)	(19.261)	-	(27.564)
Outras (despesas) receitas operacionais	12.688	684	-	13.372	1.232	1.848	12.756
Equivalência patrimonial	-	-	86.132	-	(1.499.055)	(1.412.923)	-
Receitas financeiras	366.873	1.782	312	368.655	471.510	588.366	252.111
Despesas financeiras	(1.092.440)	(83)	(911)	(1.092.523)	(565.088)	(588.366)	(1.070.156)
Variação cambial líquida	(8)	-	-	(8)	39.649	-	39.641
Operações de swap líquidas	-	-	-	-	(46.727)	-	(46.727)
Ajuste de valor de mercado de derivativos líquidas	-	-	-	-	800	-	800
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos	(1.127.331)	1.613	(3.708.385)	(1.125.718)	(1.620.478)	(1.412.923)	(1.247.845)
Imposto de renda e contribuição social:							
Correntes	(154.857)	(753)	(155.610)	(155.610)	-	-	(155.610)
Diferidos	(217.023)	-	(217.023)	(217.023)	-	-	(217.023)
Lucro (prejuízo) do líquido do exercício	(1.499.211)	860	(4.081.018)	(1.498.351)	(1.620.478)	(1.412.923)	(1.620.478)

Resultado	31.12.2021						
	Concessão	Construção Civil	Participações	Total	Holding	Eliminações	Saldo consolidado
Receita líquida	4.288.590	19.074	-	4.307.664	-	19.075	4.288.589
Custos	(2.481.299)	(12.312)	-	(2.493.611)	-	(12.585)	(2.481.026)
Custos de depreciação/amortização	(958.130)	(794)	-	(958.924)	-	-	(958.924)
Lucro (prejuízo) bruto	849.161	5.968	-	855.129	-	6.490	848.639
Despesas gerais e administrativas	(207.023)	(8.033)	(104)	(215.160)	(5.572)	(9.114)	(211.618)
Despesas de depreciação/amortização	(7.016)	417	-	(6.599)	(17.067)	-	(23.666)

Notas Explicativas

Outras (despesas) receitas operacionais	11.898	1.543	-	13.441	1.206	2.624	12.023
Equivalência patrimonial	-	-	66.693	66.693	(133)	66.560	-
Receitas financeiras	140.099	2.065	96	142.260	159.413	232.097	69.576
Despesas financeiras	(787.719)	(121)	(335)	(788.175)	(280.055)	(232.097)	(836.133)
Variação cambial líquida	(306)	-	-	(306)	(26.886)	-	(27.192)
Operações de <i>swap</i> líquidas	-	-	-	-	5.374	-	5.374
Ajuste de valor de mercado de derivativos líquidas	-	-	-	-	5.153	-	5.153
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos	(906)	1.839	66.350	67.283	(158.567)	66.560	(157.844)
Imposto de renda e contribuição social:							
Correntes	(108.841)	(405)	-	(109.246)	-	-	(109.246)
Diferidos	126.136	(17.613)	-	108.523	-	-	108.523
Lucro (prejuízo) do líquido do exercício	16.389	(16.179)	66.350	66.560	(158.567)	66.560	(158.567)

b) Balanços por segmento

31.12.2022							
Ativos	Concessão	Construção Civil	Participações	Total	Holding	Eliminações	Saldo consolidado
CIRCULANTES							
Caixa e equivalentes de caixa	838.778	-	742	839.520	192.586	-	1.032.106
Aplicações financeiras	444.020	-	-	444.020	99.593	-	543.613
Contas a receber	208.116	-	-	208.116	-	-	208.116
Aplicações financeiras vinculadas	39.065	-	-	39.065	-	-	39.065
Contas a receber partes relacionadas	5.981	-	3.113	9.094	104.483	113.441	136
Outros circulantes	77.406	-	779	78.185	56.302	-	134.487
Total circulante	1.613.366	-	4.634	1.618.000	452.964	113.441	1.957.523
NÃO CIRCULANTES							
Ativo Financeiro	747.957	-	-	747.957	-	-	747.957
Aplicações financeiras vinculadas	255.906	-	-	255.906	59.412	-	315.318
Imposto de renda e contribuição social diferidos	670.162	-	-	670.162	-	-	670.162
Outros não circulantes	1.668.325	-	121.284	1.789.609	9.217.500	10.729.631	277.478
Direito de uso	175.247	-	-	175.247	40.945	-	216.192
Imobilizado	39.282	-	-	39.282	13.896	-	53.178
Intangível	9.799.134	-	-	9.799.134	29.756	-	9.828.890
Intangível em andamento	3.936.457	-	-	3.936.457	24.370	-	3.960.827
Total não circulante	17.292.470	-	121.284	17.413.754	9.385.879	10.729.631	16.070.002
Total dos ativos	18.905.836	-	125.918	19.031.754	9.838.843	10.843.072	18.027.525

Notas Explicativas

31.12.2022							
Passivos	Concessão	Construção Civil	Participações	Total	Holding	Eliminações	Saldo consolidado
CIRCULANTES							
Empréstimos e financiamentos	205.298	-	-	205.298	-	-	205.298
Debêntures	511.520	-	-	511.520	538.766	-	1.050.286
Fornecedores e cauções	312.761	-	23	312.784	13.048	-	325.832
Arrendamento mercantil a pagar	75.186	-	-	75.186	3.696	-	78.882
Obrigações sociais e fiscais	131.154	-	458	131.612	36.807	-	168.419
Credores pela concessão	2.591	-	-	2.591	-	-	2.591
Dividendos Propostos	10.028	-	-	10.028	-	10.028	-
Provisão	304.779	-	-	304.779	-	-	304.779
Manutenção/investimentos	144.282	-	1.646	145.928	4.748	103.413	47.263
Total circulante	1.697.599	-	2.127	1.699.726	597.065	113.441	2.183.350
NÃO CIRCULANTES							
Empréstimos e financiamentos	1.532.848	-	1.532.848	1.532.848	-	-	1.532.848
Debêntures	6.256.855	-	8.547.717	6.256.855	2.290.862	-	8.547.717
Arrendamento mercantil a pagar	108.457	-	149.084	108.457	40.627	-	149.084
Provisão	514.309	-	514.309	514.309	-	-	514.309
manutenção/investimentos	3.446.740	-	256.309	3.446.740	2.066.381	5.256.812	256.309
Total não circulante	11.859.209	-	11.000.267	11.859.209	4.397.870	5.256.812	11.000.267
Patrimônio líquido	5.349.028	-	4.843.908	5.349.028	4.843.908	5.472.819	4.843.908
Total dos passivos	18.905.836	-	15.846.302	18.907.963	9.838.843	10.843.072	18.027.525

31.12.2021							
Ativos	Concessão	Construção Civil	Participações	Total	Holding	Eliminações	Saldo consolidado
CIRCULANTES							
Caixa e equivalentes de caixa	1.229.508	30.589	30.589	1.260.097	43.565	-	1.304.901
Aplicações financeiras	381.852	17.695	17.695	399.547	20.040	-	419.587
Contas a receber	183.385	-	-	183.385	-	-	183.385
Aplicações financeiras vinculadas	14.710	-	-	14.710	-	-	14.710
Contas a receber partes relacionadas	6.710	-	-	6.710	115.550	138.395	65
Outros circulantes	42.089	4.866	4.866	46.955	43.369	-	91.373
Total circulante	1.858.254	53.150	53.150	1.911.404	222.524	138.395	2.014.021
NÃO CIRCULANTES							
Aplicações financeiras vinculadas	222.862	-	282.151	222.862	59.289	-	282.151
Imposto de renda e contribuição social diferidos	888.268	-	888.268	888.268	-	-	888.268
Outros não circulantes	1.524.151	1.399	241.460	1.525.550	9.582.601	11.036.912	241.460
Direito de uso	119.664	-	159.137	119.664	39.473	-	159.137
Imobilizado	33.890	149	44.949	34.039	10.910	-	44.949
Intangível	11.459.963	103	11.486.806	11.460.066	26.740	-	11.486.806

Notas Explicativas

Infraestrutura em construção	2.988.922	-	3.008.913	2.988.922	19.991	-	3.008.913
Total não circulante	17.237.720	149	44.949	17.239.371	9.739.004	11.036.912	16.111.684
Total dos ativos	19.095.974	53.299	98.099	19.150.775	9.961.528	11.175.307	18.125.705

31.12.2021

Passivos	Concessão	Construção Civil	Participações	Total	Holding	Eliminações	Saldo consolidado
CIRCULANTES							
Empréstimos e financiamentos	289.209	-	581.350	289.209	292.141	-	581.350
Debêntures	416.068	-	447.782	416.068	31.714	-	447.782
Risco sacado	10.778	-	10.778	10.778	-	-	10.778
Fornecedores	249.395	1.660	258.908	251.055	7.853	-	258.908
Arrendamento mercantil a pagar	27.557	-	30.255	27.557	2.698	-	30.255
Obrigações Sociais e Fiscais	123.230	1.027	152.296	124.257	27.409	(630)	152.296
Credores pela concessão	2.368	-	2.368	2.368	-	-	2.368
Dividendos propostos	28.384	-	-	28.384	-	38.474	-
Provisão Manutenção/investimentos	314.143	-	314.143	314.143	-	-	314.143
Outros circulantes	204.914	639	130.141	205.553	19.412	100.551	130.141
Total circulante	1.666.046	3.326	1.928.021	1.669.372	381.227	138.395	1.928.021
NÃO CIRCULANTES							
Empréstimos e financiamentos	1.685.117	-	1.685.117	1.685.117	-	-	1.685.117
Debêntures	5.613.268	-	7.307.235	5.613.268	1.693.967	-	7.307.235
Arrendamento mercantil a pagar	97.088	-	136.130	97.088	39.042	-	136.130
Provisão manutenção/investimentos	390.473	-	390.473	390.473	-	-	390.473
Outros não circulantes	2.925.437	3.390	214.343	2.928.827	1.382.906	4.097.390	214.343
Total não circulante	10.711.383	3.390	9.733.298	10.714.773	3.115.915	4.097.390	9.733.298
Patrimônio líquido	6.718.545	48.085	6.464.386	6.766.630	6.464.386	6.939.522	6.464.386
Total dos passivos	19.095.974	54.801	18.125.705	19.150.775	9.961.528	11.175.307	18.125.705

32. GARANTIAS E SEGUROS

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus das concessões, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram as concessões, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações - Estaduais				
		Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte	ViaPaulista

Notas Explicativas

Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	-	-	180.000	-	180.000
	Responsabilidade civil	-	10.000	38.665	-	23.387
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	108.830	113.066	306.101	140.023	833.344

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações - Federais				
		Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	81.382	119.065	190.198	224.732	192.962

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguro de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$75.000.

Foram contratadas apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. Em 31 de dezembro de 2022, o valor dessas garantias é de R\$319.742 (R\$258.357 em 31 de dezembro de 2021) provenientes de autos de infração da ANTT, auto de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, proveniente de prestação de garantia nos autos de ação de execução fiscal e de auto de infração da ARTESP.

A Autovias e a Vianorte contrataram apólice de seguro garantia financeira com cobertura de R\$100.000 cada uma, referente ao processo de finalização do contrato de concessão e a ação judicial movida pela ARTESP (Processo FIPE), conforme estabelecido no Termo Aditivo Modificativo nº 16/2018.

33. EVENTO SUBSEQUENTERegis Bittencourt

Abaixo a relação de integralização de capital ocorrida na Sociedade:

Data	Aprovação	Valor integralizado
05.01.2023 (*)	AGE	2.000
20.01.2023 (*)	AGE	14.000
		<u>16.000</u>

(*) Integralização de capital referente a Ata constituída em 07 de fevereiro de 2022 referente ao aumento de capital no montante subscrito de R\$74.000.

Planalto Sul

Abaixo relação de recursos recebidos oriundos da liberação parcial da 10ª emissão de debêntures privadas, respaldada pela ata constituída em 20 de abril de 2022 referente a emissão de R\$99.500:

Notas Explicativas

<u>Data</u>	<u>Emissão</u>	<u>Liberação</u>	<u>Valor integralizado</u>
05.01.2023	10 ^a	13 ^a	2.100
			2.100
			<u><u>2.100</u></u>

Litoral Sul

Em 20 de janeiro de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$796.000, e integralizados R\$47.000, mediante a emissão de 846.808.511 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$0,94. Nessa data, foram integralizados R\$47.000, em moeda corrente nacional, e o restante no valor de R\$749.000 serão integralizados em até doze meses a partir dessa mesma data.

Fluminense

A Arteris realizou as seguintes liberações de debêntures privadas para a controlada Fluminense:

<u>Data</u>	<u>Emissão</u>	<u>Liberação</u>	<u>Valor integralizado</u>
05.01.2023	6 ^a	35 ^a	1.000
05.01.2023	6 ^a	36 ^a	2.000
20.01.2023	6 ^a	37 ^a	3.800
06.02.2023	6 ^a	38 ^a	3.000
			9.800
			<u><u>9.800</u></u>

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da Arteris S.A. São Paulo – SP Opinião Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Arteris S.A. (“Sociedade” ou “Grupo Arteris”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arteris S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Arteris S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase Relicitação do contrato de concessão da controlada Autopista Fluminense S.A. Chamamos a atenção para nota explicativa nº 2, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022, pelo fato de que em 15 de junho de 2022 a controlada Autopista Fluminense S.A. celebrou o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão em decorrência do processo de relicitação, previsto na Lei nº 13.448/17, do empreendimento público federal do lote rodoviário BR-101/RJ, no trecho entre a divisa dos Estados do Rio de Janeiro/Espírito Santo/Ponte Presidente Costa e Silva. O processo de relicitação está previsto para ser concluído dentro do prazo de 24 meses contados a partir de 15 de junho de 2022. Nossa opinião não está ressalvada em relação em assunto. Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão – individual e consolidado Veja as notas explicativas 4.1.2, 4.8 e 14 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Arteris mantém no ativo intangível em operação, nas suas demonstrações contábeis consolidadas, ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, o Grupo estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, das suas unidades geradoras de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); e (iv) taxa de desconto. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria dado que as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa são subjetivas, e variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas nos saldos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (corporate finance); (i) se a estimativa do valor em uso das UGCs foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de mercado usualmente utilizadas na avaliação dos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas citadas, utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados da estimativa do valor em uso da UGC está razoável quando comparados com um cálculo independente. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima mencionados, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso das UGCs, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos – Consolidado

Veja as notas explicativas 3(ii), 4.10 e 8 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Principais assuntos de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Arteris possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis consolidadas, imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo líquido no montante de R\$ 667.536 mil. Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração do Grupo Arteris e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); e (iii) taxa de inflação esperada (IPCA).

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados a elaboração dos fluxos de caixa futuro para determinação dos lucros tributáveis futuros afim de certificar-se da recuperabilidade dos prejuízos fiscais, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos; - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (corporate finance): (i) se os fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração do Grupo Arteris foram elaborados de forma consistente com as práticas e metodologias de

avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas nos fluxos de caixa preparados pela administração do Grupo Arteris são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado; (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração; (v) se os resultados dos fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração do Grupo Arteris estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente; e (vi) da confiabilidade e relevância dos dados utilizados no cálculo do valor em uso. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima mencionados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Reconhecimentos dos custos capitalizados no ativo das concessões - Consolidado Veja as notas explicativas 3(i), 4.11 e 14 das demonstrações contábeis consolidadas. Principais assuntos de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Arteris reconheceu adições no montante de R\$ 1.415.110 mil referente a infraestrutura em construção que estão sendo realizadas nas rodovias sob concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 (IFRC 12) – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos bem à natureza da política contábil relativa ao assunto que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a capitalização dos custos com melhorias ou ampliações de infraestrutura, realizadas pelo Grupo Arteris, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos;
- Testes documentais, em base amostral, nas adições relacionadas a infraestrutura em construção realizando a: (i) inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; (ii) validações das medições realizadas de acordo com o andamento das obras junto com a área de engenharia;
- Avaliação, com base em amostra, da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nos contratos de concessão; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Ativo financeiro indenizável - Consolidado Veja as notas explicativas 2 e 10 das demonstrações contábeis consolidadas Principais assuntos de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Arteris mantém o montante de R\$ 747.957 mil referente a ativo financeiro de bens reversíveis e indenizáveis que representam um direito contratual de receber caixa do Poder Concedente, relativo ao contrato de concessão Autopista Fluminense S.A., conforme 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão para o trecho de rodovia entre a divisa dos Estados do Rio de Janeiro/Espírito Santo/Ponte Presidente Costa e Silva. Esse 2º Termo Aditivo estabelece que quando extinta a concessão existe direito à indenização do saldo residual da: (i) infraestrutura; e (ii) dos equipamentos utilizados para operar a infraestrutura (ambos, bens reversíveis e indenizáveis) ajustados de acordo com os critérios definidos na Lei nº 13.448/17, Resolução ANTT nº 5.860/2019 e Decreto nº 9.957/2019. A administração do Grupo Arteris exerceu julgamentos para determinar o montante dos investimentos não amortizados sujeitos a indenização e que foram, consequentemente, reconhecidos como ativos.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos bem como à natureza da política contábil relativa ao assunto e os julgamentos realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas com conhecimento na Lei nº 13.448/17 (Deal Advisory & Strategy): (i) Das bases contábeis dos ativos indenizáveis quanto a expectativa de indenização destes frente a Lei nº 13.448/17 e aos critérios definidos na Resolução ANTT nº 5.860/2019 e Decreto nº 9.957/2019; (ii) No recálculo do valor presente dos respectivos valores líquidos a serem indenizados; - Inspeção, em base amostral, dos documentos que suportam o ativo financeiro indenizável reconhecido, tais como nota fiscal, medições, comprovantes de pagamento; e - Avaliação se as divulgações das demonstrações contábeis estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o montante reconhecido como ativo financeiro dos bens reversíveis e indenizáveis bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos Demonstrações do valor adicionado As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a

elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:— Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. — Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas. — Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. — Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. — Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. — Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto - SP, 16 de fevereiro de 2023. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2 SP-027666/F Gustavo de Souza
Matthiesen Contador CRC 1SP293539/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Em reunião realizada nesta data, às 10:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da ARTERIS S.A. ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após exame dos documentos e propostas da Administração submetidos a sua análise nesta data, e considerando o parecer sem ressalva emitido pelos auditores independentes KPMG Auditores Independentes, por unanimidade opinam favoravelmente à aprovação, em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, e com base no Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia).

Tendo em vista a Companhia ter registrado, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, prejuízo de R\$ 1.620.478.444,37 (um bilhão, seiscentos e vinte milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e sete centavos), conforme consta das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, sendo que R\$ 1.132.809.991,17 (um bilhão, cem e trinta e dois milhões, oitocentos e nove mil, novecentos e noventa e um reais e dezessete centavos) foi absorvido nas contas de reserva de retenção de lucros e reserva legal, e o restante, R\$ 487.668.453,20 (quatrocentos e oitenta e sete milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), como prejuízo acumulado. Desta forma, a Companhia não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco foi proposto pela Administração da Companhia a distribuição de dividendos aos seus acionistas.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

"Confere com a original lavrada em livro próprio"

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Secretária da Mesa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria. Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 16 de fevereiro de 2023 Sergio Moniz Barreto Diretor Presidente Simone Aparecida Borsato Diretora Financeira e de Relações com Investidores Flavia Lúcia Mattioli Tâmega Diretora Jurídica Giane Luza Zimmer Freitas Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade André Giavina Bianchi Diretor de Operações Flavio Dutra Doehler Diretor de Engenharia e Implantação Roberto Paolini Diretor de Pessoas e Organização

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria. Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativos ao período social em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 15 de fevereiro de 2023. Sergio Moniz Barreto Diretor Presidente Simone Aparecida Borsato Diretora Financeira e de Relações com Investidores Flavia Lúcia Mattioli Tâmega Diretora Jurídica Giane Luza Zimmer Freitas Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade André Giavina Bianchi Diretor de Operações Flavio Dutra Doehler Diretor de Engenharia e Implantação Roberto Paolini Diretor de Pessoas e Organização